



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

André da Costa Gonçalves

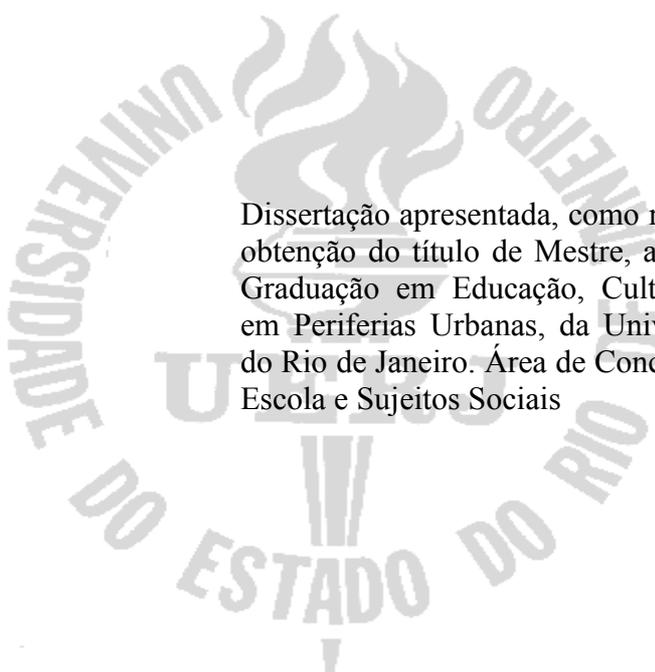
**Adolescentes em conflito com a lei nas instituições sócio-educativas do Rio  
de Janeiro: identificação e discurso**

Duque de Caxias

2010

André da Costa Gonçalves

**Adolescentes em conflito com a lei nas instituições sócio-educativas do Rio de Janeiro: identificação e discurso**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Escola e Sujeitos Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Sonia Regina Mendes dos Santos

Duque de Caxias

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

G 635 Gonçalves, André da Costa  
Adolescentes em conflitos com a lei nas instituições sócio-educativas do Rio de Janeiro: identificação e discurso / André da Costa Gonçalves. – 2010.  
124 f. + 1CD.

Orientadora: Sonia Regina Mendes dos Santos.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de educação da Baixada Fluminense.

1. Adolescência – Teses. 2. Comportamento do adolescente – Teses. I. Santos, Sonia Regina Mendes dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título

CDU 159.922.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

André da Costa Gonçalves

**Adolescentes em conflito com a lei nas instituições sócio-educativas do Rio de Janeiro:  
identificação e discurso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Escola e Sujeitos Sociais

Aprovado em 06 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Sonia Regina Mendes dos Santos (Orientadora)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Monica Dias Peregrino Ferreira

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Vanise Gomes de Medeiros

Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2010

## DEDICATÓRIA

À minha esposa, Lívia, às minhas filhas, Maria Luísa e Marina, pelo exercício de paciência e compreensão, pelos momentos de ausência física e espiritual, por terem ajudado a transformar em realidade um sonho, o nosso sonho.

À minha mãe, Maria do Carmo, pelo exemplo de luta e de perseverança. Jamais permitiu que seus filhos desistissem.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve presente em minha vida, orientando e guiando meus passos. Tudo posso Nele!

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Mendes dos Santos, pelo eterno apoio, pela paciência e dedicação ao desafio de orientar este trabalho. Cada crítica, cada conversa, cada sugestão, tudo ajudou-me a crescer como aluno e pesquisador. Sou grato por tudo!

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanise Medeiros, por, prontamente, aceitar em participar da banca de avaliação deste trabalho. Grande companheira do Laboratório Arquivo do Sujeito.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monica Peregrino, mesmo sem me conhecer, mesmo sem saber quem eu sou, também, prontamente, aceitou o convite para participar da banca de avaliação deste trabalho. O meu muito obrigado!

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bethania Mariani, por ter me aceitado como aluno em seu curso sobre Análise do Discurso e por ter participado da banca de minha qualificação. Os caminhos apontados, as leituras indicadas, as conversas na UFF, tudo isso foi de enorme contribuição para a conclusão deste trabalho. Obrigado, Bethania!

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Henrique Sobreira, por, igualmente, ter participado de minha banca de qualificação. As críticas ao trabalho, bastante contundentes, me fizeram ver que tudo que é bom, pode ser aprimorado. Obrigado, amigo Henrique!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da FEBF, em especial, Amélia Amaral, pelos longos e férteis diálogos em suas aulas. Igualmente, obrigado, Amélia!

Ao secretário do Programa, Sandro Hilário, que sempre nos atendeu com um sorriso, sempre paciente e solícito ante nossas dúvidas. Você é um modelo para a FEBF!

Aos meus colegas do mestrado, especialmente Ricardo, Bruno, Fábio, Lisis, Ana Lúcia e Raquel, pelas conversas inteligentes e pelas trocas que fizemos ao longo destes dois anos. Espero poder encontrá-los em outras oportunidades.

À Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR), representada por seu comandante, Coronel Aviador Mrad, por todo o apoio prestado a mim no período em que estive no mestrado. Além de chefe, é um grande amigo.

Aos amigos instrutores e professores da EAOAR, pela paciência nos dias mais difíceis e momentos de angústia, comuns para aqueles que se envolvem com pesquisa.

Aos representantes do DEGASE, na pessoa da Prof<sup>a</sup> Janaína Abdala, quem me atendeu prontamente na época da pesquisa de campo.

Aos funcionários do CRIAAD de Duque de Caxias, pela participação e ajuda na condução deste trabalho. O apoio incondicional foi fundamental para chegarmos até aqui.

Aos adolescentes do CRIAAD, que voluntariamente participaram dos grupos focais. O diálogo, a participação, a liberdade no discurso e a troca de experiências foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...”, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos do estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (sabe Deus onde a ideologia obteria, então, sua supremacia!), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...

*Louis Althusser*

## RESUMO

GONÇALVES, André da Costa. **Adolescentes em conflito com a lei nas instituições sócio-educativas do Rio de Janeiro: identificação e discurso.** 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

O presente estudo teve como objetivo verificar, a partir das relações de poder dentro do CRIAAD de Duque de Caxias e das possíveis influências que os jovens recebem por sua relação com o do tráfico de drogas, quais são as categorias de identificação presentes na formação identitária dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no DEGASE. A geração de dados se fez por ocasião de grupos focais com dois segmentos de adolescentes, o primeiro com idade de 17 a 19 anos; o segundo com adolescentes de 14 a 16 anos. Foram realizados dois grupos focais, além de entrevistas com técnicos do CRIAAD. Todo o processo de coleta de dados foi devidamente autorizado pelo Juizado da Infância e do Idoso de Duque de Caxias e pela Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire. Este estudo apoiou-se principalmente na Análise do Discurso da Linha Francesa, proposta por Michel Pêcheux, além dos estudos sobre as instituições de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, conforme Altoé, o estudo sobre as prisões e as relações de poder, conforme Foucault e uma parte histórica sobre o surgimento do Comando Vermelho, de acordo com Carlos Amorim e o estudo sobre o slogan, de acordo com Olivier Reboul. A pesquisa constatou que há um discurso de resistência por parte dos adolescentes, utilizando-se a categoria de silêncio, e o discurso de silenciamento por parte dos profissionais que atuam com as medidas sócio-educativas, de acordo com Orlandi. Tais aspectos conferem as instâncias sócio-educativas uma relação de poder que não se apagou, mesmo com as mudanças no sistema de atendimento à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: Discurso do Adolescente. Degase. Adolescente em Conflito com a Lei. Processos de Identificação.

## ABSTRACT

GONÇALVES, André da Costa. **Adolescents in conflict with the law in the socio-educational institutions of Rio de Janeiro**: identification and speech. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

This study aimed to verify, through the power relations within the CRIAAD Duque de Caxias and the influences the relationship with the drug trade may exert over young people, what are the categories of identification present in the identity formation of the adolescents who imposed socioeducational measures in DEGASE. Data was collected through focus groups with two segments of adolescents, the first aged 17-19 years, the second with adolescents aged 14-16 years. Besides the research with the two focus groups, interviews with technicians from CRIAAD were also conducted. The whole process of data collection was authorized by the Juvenile Court for Children and the Elderly in Duque de Caxias and the Paulo Freire Socio-educational Management School. This study primarily relied on the French Discourse analysis style, proposed by Michel Pêcheux, in addition to Alton's studies on institutions that care for adolescents in conflict with the law, Foucault's study of prisons and power relations, Carlos Amorim's historical part of the emergence of Comando Vermelho and the study on the slogan, by Olivier Reboul. The survey found that there is a discourse of resistance among the adolescents, who use the category of silence, and there is a silent speech from the professionals who deal with the socioeducational measures, according to Orlandi. Such aspects give the Socioeducational instances a power relationship that has not vanished, even with the changes introduced to the system of assistance for children and adolescents.

Keywords: Adolescent Discourse. Degase. Lawer Adolescent Conflit. Identity Process.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
CRIAM	Centro de Referência Integrada ao Menor
CRIAAD	Centro de Referência Integrada ao Adolescente
CV	Comando Vermelho
CVRL	Comando Vermelho – Rogério Lemgruber
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DESIPE	Departamento do Sistema Penitenciário
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FD	Formações Discursivas
FI	Formações Ideológicas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
GF	Grupo Focal
IPS	Instituto Padre Severino
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LSN	Lei de Segurança Nacional
SAM	Serviço de Apoio ao Menor
SEE	Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>CONSTRUINDO A PESQUISA</b> .....	13
2	<b>A PROBLEMÁTICA DO MENOR</b> .....	16
2.1	<b>O Código Melo Matos</b> .....	20
2.2	<b>O Serviço de Apoio ao Menor – SAM</b> .....	23
2.3	<b>A FUNABEM</b> .....	25
2.4	<b>O Código de Menores de 1979</b> .....	27
2.5	<b>O Estatuto da Criança e do Adolescente</b> .....	30
2.6	<b>O DEGASE</b> .....	32
3	<b>ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS</b> .....	36
3.1	<b>Identidade e identificação</b> .....	36
3.2	<b>Análise do Discurso</b> .....	43
3.2.1	<u>Língua e fala, língua e discurso</u> .....	44
3.2.2	<u>Formação Discursiva</u> .....	47
4	<b>MÉTODOS DE PESQUISA</b> .....	51
4.1	<b>Limitação do método</b> .....	55
5	<b>MEMÓRIA, SUJEITO, IDEOLOGIA</b> .....	57
6	<b>COMANDO VERMELHO – CVRL</b> .....	60
7	<b>PENSANDO O DEGASE</b> .....	65
8	<b>A CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DO DEGASE</b> .....	70
9	<b>CONSTRUINDO A ANÁLISE: O DISCURSO</b> .....	79
10	<b>SUJEITO E AD: O TÉCNICO E O ADOLESCENTE</b> .....	84
10.1	<b>Dialogando com os técnicos</b> .....	88
10.2	<b>Dialogando com os adolescentes do CRIAAD</b> .....	94
10.3	<b>Pensando a identificação nos adolescentes do CRIAAD</b> .....	97
10.3.1	<u>O adolescente: sujeito jurídico</u> .....	97
10.3.2	<u>O adolescente: sujeito do crime</u> .....	102
10.3.3	<u>Paz, justiça e liberdade: a força do slogan</u> .....	106
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	112
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
	<b>APÊNDICE A – Roteiro do grupo focal</b> .....	122
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para técnicos do CRIAAD/DC</b> .....	123
	<b>APÊNDICE C – CD com a transcrição dos discursos</b> .....	124

## INTRODUÇÃO

A problemática do menor infrator com a lei não é um tema novo, da última década. Há muito, desde o final do império, a elaboração dos primeiros códigos e leis já vislumbrava a inserção do menor em seus artigos, seja no que tange às escolas correcionais, seja no que tange ao próprio sistema social, definido como “proteção”.

Passado pouco mais de um século, a situação não é muito diferente. Há uma (re)atualização e uma (re)significação da idéia do menor infrator. Muito se tem discutido, muitos organismos oficiais e não-oficiais se fazem presentes nos mais diversos círculos de debates a respeito do menor, agora denominado “adolescente em conflito com a lei”. Será que a mudança da nomenclatura surte o efeito tão desejado e, mais ainda, necessário? Será que as atuais instituições sabem quem de fato é este adolescente, não apenas quanto ao aspecto sócio-econômico, mas quanto ao aspecto de sua identidade? Será que estas mesmas instituições estão preparadas para lidar com os conflitos existentes entre grupos dentro das instituições? Será que ao menos têm idéia de que existem grupos, com sua hierarquia, suas regras e normas de conduta?

Estes são questionamentos importantes ao pensarmos na função das instituições de internação coletiva, como o DEGASE (Departamento Geral de Ações sócio-educativas), por exemplo. Este departamento recebe adolescentes enviados pelos juizados da infância de todo o estado do Rio de Janeiro para o cumprimento das medidas sócio-educativas, por períodos não superiores a três anos. Os tipos de delitos cometidos por estes adolescentes são os mais diversos, vão desde o pequeno furto, tráfico de drogas, e homicídio. Boa parte destes adolescentes já estiveram face à face com a criminalidade, face à face com a violência urbana que assola todo o país. Alguns como espectadores, outros como protagonistas, investidos em seus papéis com todo o aparato que circunda o universo do crime organizado. É importante ressaltar que o jovem, o adolescente não é violento, sendo preciso desmistificar esta afirmação. O que ocorre é que os adolescentes apreendidos pelos órgãos policiais encontram-se inseridos em situações de violência, sendo este o espaço constituído em que tais adolescentes se inserem, muitas vezes como autoafirmação, outras como autoproteção.

## 1 CONSTRUINDO A PESQUISA

Nesta pesquisa, foram investigados como se constroem os processos identitários dos adolescentes internados nas unidades do DEGASE, a partir de sua vivência no sistema, de sua inserção no crime e, principalmente, a partir de sua inserção no tráfico de drogas, o que, conforme verificado, tem relação direta com todos os atos infracionais cometidos. Considera-se que tal constatação seria um diferencial na elaboração de uma possível proposta de educação nas redes formais e informais de ensino direcionadas diretamente a este público (há muitas ONGs atuando junto a este público), já que acredita-se que o atual sistema de ensino não leva em consideração o perfil do adolescente internado. Nesta Instituição, considera-se somente o perfil sócio-econômico, não se levando em consideração a formação identitária desse grupo de adolescentes, inseridos em um sistema que tem características próprias e que induzem os sujeitos ali internados a construir/assumir uma identidade social, tendo em vista que, são obrigados a integrar-se a um “grupo social”, muitas vezes, às facções criminosas conhecidas, como Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos etc.

Diante de todas essas observações, a questão de investigação deste trabalho é: quais são as categorias de identificação atuantes na formação identitária dos adolescentes internados no DEGASE, particularmente no CRIAAD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescentes)? A escolha do CRIAAD se deu em virtude de sua própria proposta: recebe adolescentes que cumpriram medidas sócio-educativas em unidades de regime fechado, e que estão prestes a serem postos em liberdade, ou seja, conhecem o sistema, suas normas explícitas e implícitas, e vivem a realidade das relações de poder dentro das unidades.

Estas categorias, depois de conhecidas podem ser utilizadas para um direcionamento na proposta de um ensino diferenciado, aplicado exclusivamente aos adolescentes infratores que são internos das unidades do DEGASE, submetidos a um currículo comum, construído de acordo com as diretrizes da SEE. A identidade destes alunos é levada em consideração nas propostas de educação voltadas a este público?

Nas instituições de internação coletiva, como o DEGASE, estão presentes as relações poder, tendo em vista a própria dinâmica da institucionalização, representadas nos discurso destes adolescentes, conforme os estudos de Pêcheux, que considera como elementos atuantes o materialismo histórico, a ideologia, a teoria do discurso e o inconsciente na construção deste discurso. Por meio da identificação, estudada por Pêcheux, e sua contribuição para a

formação das identidades individuais e coletivas, serão estudadas as categorias acima apresentadas.

Como a investigação dessa questão perpassa por conceitos fundamentais ligados à formação de identidade específica desses grupos, serão úteis os conceitos de ideologia, conforme Althusser, em suas obras “Aparelhos Ideológicos do Estado” e “Sobre Reprodução” em que há discussões sobre a luta de classes, sem deixar de se considerar o Estado, o direito e a ideologia; as relações de poder, conforme os estudos de Foucault, em que há discussões sobre o poder, sua genealogia e as relações de poder advindas das próprias relações humanas.

Como o objetivo não é esgotar o estudo, em virtude das delimitações metodológicas propostas, este trabalho terá como foco as categorias de identificação e de identidade, utilizando como ferramenta de análise os métodos de Análise do Discurso, propostos por Pêcheux.

Algumas questões nortearão esta pesquisa, a saber:

- a) Quais são as categorias de identificação presentes na formação identitária deste adolescente?
- b) Como a formação/manutenção da identidade deste adolescente é representada em seu discurso?

Os objetivos deste trabalho são:

- a) Verificar quais são os aspectos presentes na identificação deste adolescente quanto à construção de uma identidade coletiva.
- b) Verificar como as relações de poder se apresentam no discurso dos adolescentes internos do DEGASE.

A importância da pesquisa se dá pelo fato de existirem diversos trabalhos em que os discursos a respeito da formação identitária dos adolescentes internos do DEGASE são descritos por técnicos, docentes, agentes de disciplina e demais envolvidos com o sistema institucional, contudo tais trabalhos não apresentam como foco o discurso destes adolescentes, conseqüentemente, a identidade que se atribui a estes adolescentes é sempre a partir das representações que se têm deles. Considera-se importante ouvi-los, deixá-los se apresentar, dizer quem são, como se percebem como indivíduo e como sujeito coletivo.

No levantamento da literatura existente destacam-se três pesquisas que foram consideradas: Silvana Bezerra (2006), por exemplo, discute a construção das identidades de adolescentes em conflito com a lei, a partir das representações sociais, utilizando material coletado na imprensa. A perspectiva deste trabalho é como a identidade destes adolescentes é construída, é representada principalmente pela mídia, em contraste com o discurso destes

adolescentes. A autora utiliza-se da teoria das representações sociais. Adota como referenciais Guareschi e Jovchelovich, Moscocivi, Minayo, Alevanto, Rangel e Spink. Maria Claudia Gonçalves Maia (2006), em sua tese de doutorado, discute as instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores. A autora utiliza-se da Análise do Discurso para análise dos relatórios estudados. Este trabalho discute como se constrói a identidade dos adolescentes infratores a partir dos relatórios produzidos pelos técnicos do DEGASE (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos), partindo da percepção destes técnicos a respeito dos adolescentes internos. Sonia Aparecida Bortolloto Torezan (2005) apresenta em sua dissertação de mestrado, *Ser Jovem em meio à violência: identidade X singularidade no confronto com a lei*, o que os educadores e os adolescentes têm a dizer a respeito de sua relação conflituosa. São jovens que cumprem medidas sócio-educativas e estão inseridos no ensino regular. Não se chega a traçar as marcas da identidade destes adolescentes, centrando o trabalho na relação de conflito entre os dois segmentos. A autora utiliza como referencial os processos de subjetivação propostos por Guattari (2000). Estes são apenas alguns trabalhos verificados, mas em todos não percebemos o foco no discurso do próprio adolescente, como se percebem, como estabelecem suas marcas de identificação entre si e entre si e o sistema institucional.

Dos trabalhos acessados pelo banco de teses da CAPES, no período de 2008 a 2010, estes são apenas alguns trabalhos em que o objeto de estudo seja o sistema e mesmo os jovens, trabalhos estes em que não há percepção sobre o discurso do próprio adolescente, como se percebem, como estabelecem suas marcas de identificação entre si e entre si e o sistema institucional. Ouvi-los, ouvir a voz dos adolescentes institucionalizados, como eles se percebem como sujeitos, integrantes de um grupo social, como constroem e mantêm a identidade de seus grupos sociais e, por fim, como se autodenominam dentro do sistema, compõem o interesse pelo discurso produzido e difundido nas instituições sócio-educativas.

## 2 A PROBLEMÁTICA DO MENOR

O final do século XIX e o início do século XX foram decisivos para a introdução de novos padrões culturais, sociais e econômicos no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. A cidade começou um novo processo de urbanização, de modernidade, de um lado, e a pauperização das camadas mais pobres, pelo outro. Esta dicotomia gerou vários conflitos sociais.

Ainda neste período, observa-se um crescimento do pequeno comerciante, da classe média profissional ou burocrática e uma intensificação do trabalho, dada a nova concepção que se construía naquele período.

No final do século XIX e início do século XX novos padrões culturais, econômicos e sociais foram introduzidos na sociedade brasileira, advindos pela industrialização, pela modernidade, pela urbanização e pela crescente pauperização das camadas populares, característica marcante deste período. Associado a isso, houve um crescimento do pequena comerciante, da classe média profissional ou burocrática e uma intensificação da divisão do trabalho (SANTOS, 2000, p. 212).

A sociedade que antes era rural, agora convive com um processo de industrialização que impõe novos padrões de vida. Este novo processo de industrialização não substitui o antigo modelo rural, calcado nas grandes propriedades. As grandes lavouras de café, por exemplo, possuíam um quadro técnico que alavancava a produção, que antes era incipiente, representando um novo modo capitalista da produção (SANTOS, 2000, p.212).

Um fato marcante para este processo de industrialização, as lavouras cafeeiras, foi a imigração de europeus para o Brasil, substituindo a mão-de-obra negra. Entendia-se que o trabalhador europeu era mais qualificado, trabalhadores ideais, e que contribuiriam para a formação da mão-de-obra qualificada.

Os centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, cresciam de forma desordenada (economicamente, geograficamente e urbanisticamente), o que gerou o inchado destes centros e, conseqüentemente, diversos problemas sociais. A saúde, a alimentação, a habitação e as condições de trabalhos eram precárias. Com isto verifica-se um agravamento das crises sociais que antes eram pouco relevantes no cenário destas cidades (SANTOS, 2000, p.213). Dentre as diversas conseqüências decorrentes deste processo, uma afeta diretamente todas as classes sociais advindas da industrialização: o aumento da criminalidade, reflexo da incidência dos conflitos urbanos presentes neste período.

O Estado Brasileiro, até o momento, não havia se preparada para lidar com este tipo de problema. Não havia um planejamento estratégico para minimizar os efeitos do processo de industrialização, tampouco para a redução das taxas de criminalidade. É neste contexto que se insere o menor brasileiro, no século XX: de um lado, a modernização, o aumento do capital e da produção, o aparelhamento das indústrias, de outro o surgimento dos cortiços, o agravamento das crises sociais, a maior incidência da criminalidade, a miséria e a marginalidade.

Diante deste quadro, o menor buscava conseguir o seu sustento e o de sua família nas ruas da cidade, “o local perfeito para pôr em prática as artimanhas que garantiriam sua sobrevivência” (SANTOS, 2000, p.214). Vários menores se dispunham a praticar crimes devido à “deterioração das condições sociais, as modificações das formas e modos de relacionamento”, além disso, “os diferentes e novos padrões de convívio que a urbanidade impunha a seus habitantes eram ignorados pelo discurso oficial, que estabelecia a oposição entre lazer-trabalho e crime-honestidade” (SANTOS, 2000, p.215).

O Estado não tinha um programa para lidar com esta nova realidade, o agravamento da crise social. Como solução, recorre a um discurso moralista<sup>1</sup> que não buscava a causa desta crise, mas que se limitava a fazer a contraposição entre trabalho e vadiagem. Sem programa, o Estado utilizava-se da hostilidade. Sob a influência de uma política industrial, a elite apregoava que todos aqueles que não estivessem inseridos no mercado de trabalho, incluindo os menores, seriam considerados marginais, condenados à vadiagem, crimes previstos no art 339 e 400 do Código Penal de 1890. Como vadios, também eram considerados aqueles que viviam no mercado informal, e como não podiam provar suas ocupações eram presos de acordo com o dispositivo jurídico da época. É importante ressaltar que o trabalho industrial norteou a vida de inúmeros menores que conviveram em um cotidiano permeado pela violência, seja por acidentes de trabalho, seja por maus-tratos impostos pelos patrões como uma forma de manter estes menores na linha.<sup>2</sup>

Os menores, neste ambiente hostil, buscavam sua sobrevivência e de suas famílias, através de atividades ilegais, ante a impossibilidade de realização de uma atividade lícita. Segundo Santos (2000, p.219), muitos menores transitavam pelas atividades lícitas e ilícitas, servindo como mão-de-obra em pequenos serviços, e na falta destes, praticando delitos,

---

<sup>1</sup> Este discurso moralista era um discurso elitista que se prestava a legitimar a nova moralidade que se apresentava, como por exemplo, a contraposição trabalho-vadiagem (ABREU, 2000).

<sup>2</sup> Segundo a repartição de estatística da época, os menores representavam um quarto da força produtiva na época (MOURA, p. 265).

roubos e furtos, acobertando-se no imenso fluxo de pessoas nas calçadas paulistanas. Há um texto da época que descreve bem essa situação:

É extraordinário o número de meninos que vagam pelas ruas. Durante o dia, encobrem o seu verdadeiro mister apregoando jornais, fazendo carretos; uma vez, porém, que anoitece, vão prestar auxílio eficaz aos gatunos adultos que, por esta forma, se julgam mais garantidos contra as malhas policiais (MOTA, 2000, p.219).

O comportamento destes menores, considerado avesso ao discurso moralizante que preconizava os valores trabalho/honestidade em oposição à vadiagem/criminalidade, torna-se um problema para o Estado. Este por sua vez, é chamado a intervir, em seu papel repressor das demandas sociais em nome de uma moral elitista (que não é o reflexo da realidade, mas sim constitutiva desta própria realidade) de um pequeno grupo da sociedade. Não era preocupação do Estado de proporcionar a todos condições de se enquadrar nesta moral. Um exemplo é o questionamento: havia possibilidade de todos os menores frequentarem a escola?

É importante ressaltar que no final do século XIX e início do século XX o pensamento positivista, que tem como expoente Augusto Comte, é a corrente dominante. Sua influência se estende a todos os campos do cotidiano, das relações sociais à educação. Este pensamento se aplica às escolas da época, e sua influência será decisiva na orientação dos menores que integrarão estas escolas.

O positivismo prega o reconhecimento das evidências evolutivas das relações sociais, no intuito de reforçar o que há de positivo para a coesão social, desprezando todos os fatos que interfiram no devido funcionamento da ordem, entendida como a ordem instituída pelo poder dominante. Daí decorre a moral da época. Reforça-se o que é positivo, a relação trabalho/honestidade e excluí-se tudo aquilo que contraria esta moral. Por isso, a aplicação do código penal de 1890. As leis, portanto, serão definidas a partir de critérios tais como “regularidade”, “normalidade”, “funcionalidade”, “ordem” etc, no sentido de garantir a coesão de determinado projeto político, assumido e difundido como “natural”. É esse o cenário filosófico em que ocorreram as definições e revisões dos padrões de comportamento da sociedade industrial da época (SCHEINVAR, 2002, p. 85).

Como afirma Foucault (2008), o direito não é apenas a lei, mas o conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que o aplicam. Neste sentido, o Estado organiza, na década de 20, a assistência ao menor abandonado e ao delinqüente. Nos dois casos, são referidos como vagabundagem e criminalidade sob a perspectiva policial.

Neste contexto histórico, o chefe de polícia do Rio de Janeiro incita a criação de um centro de internação de menores, surge a Escola Correccional XV de Novembro em 1899 e,

com um discurso de profissionalização (atendendo ao modelo industrial da época), nasce com um caráter “repressivo”, “corretivo” e “utilitário”, destinada a “menores viciosos e abandonados”(MAGLIARI, 1993, p. 143).

Uma das atribuições desta escola era deslocar para a Colônia Correccional aqueles que tivessem que cumprir pena por delito penal. Percebe-se que há duas instituições: a Escola Correccional e a Colônia Correccional, ambas com funções distintas, mas ligadas à idéia de trabalho. Os argumentos que diferenciavam a Escola da Colônia giravam em torno do motivo pelo qual o menor permaneceria interno, sendo que a justificativa para a existência da Escola era a educação – localizada no aspecto da profissionalização – e a proteção, enquanto os discursos em torno da Colônia eram voltados necessariamente ao trabalho, assumido este, inclusive, como um processo de auto-sustentação deste aparelho oficial, e por que não policial?

No processo de internação dos menores, não há sequer o respeito a estas condições previstas na Escola e na Colônia. Segundo declarou, em 1905, o próprio diretor da Escola XV de Novembro, Mário Franco Vaz, em uma visita à Casa de Detenção, na qual encontrou antigos internos da instituição que tinham sido transferidos por serem considerados como “incuráveis”, embora não tivessem cometido nenhum crime. À época, a definição da internação na Colônia ou na Escola era indicada com base no discernimento, o que significava que, ao ser considerado “sem discernimento” um menor, este teria que ser amparado por não ser uma pessoa de má índole, mas “limitado” e só nesse caso, considerado passível de ser “profissionalizado”.(SCHEINVAR, 2002, p. 91)

O discurso da repressão está sempre presente nas políticas públicas destinadas aos menores, de maneira geral, sobretudo aqueles pobres, e na prática institucional violenta, repressora e exploradora, justificada pela necessidade de uma correção, um enquadramento aos padrões morais vigentes à época. A idéia de criminalidade está intimamente ligada à idéia de pobreza (como ainda é hoje), e o discurso para isto é um outro discurso, o da prevenção, discurso este apoiado nas idéias higienistas da época, disseminadas com enorme penetração, visando o controle social<sup>3</sup>. A pobreza passa a ser considerada como a causa da delinquência, da violência, sendo alvo de teorias, estudos e discursos das ciências. As leis e normas não visam somente punir as ocorrências, mas visam também conter qualquer possibilidade de sua

---

<sup>3</sup> Entende-se como higienistas, inicialmente, os médicos que preocupavam-se com as taxas de mortalidade infantil elevada, com menores abandonados e a medicalização da célula-mãe social: a família. Ditavam regras de como viver, comportar, morar, amar. São os filhos da ciência. Sua tutela se aplica a todos as classes sociais, mas principalmente aos pobres, tentando tornar estes em corpos produtivos, evitando os desajustes sociais, as insatisfações etc. No Brasil, no século XIX/XX este movimento extrapola o campo da medicina, aliando-se a arquitetos, pedagogos, urbanistas e juristas, por exemplo.(BASTOS, 2002, p. 62)

ocorrência. Esta é a política educacional voltada ao menor pobre. Cabe ressaltar que há diferenças quanto à educação das classes sociais. Havia uma educação elitizada, destinada aos filhos das classes mais abastadas, por outro lado os filhos de classes menos favorecidas não tinham a oportunidade de acesso a esta educação. É importante ressaltar também que as medidas de correção, nas unidades de internação destinavam-se àqueles carentes de recursos, além dos infratores. A desigualdade social da época tem um grande reflexo no próprio sistema educacional<sup>4</sup>.

## 2.1 O Código Mello Mattos

À ocasião da elaboração do Código de Menores de 27, conhecido como Código Mello Mattos, o contexto sócio-econômico da época foi considerado. Os debates que antecederam o a elaboração deste código – envolvendo juristas, médicos, policiais e jornalistas, em torno da questão da pobreza – centraram-se na questão da delinqüência, da universalização da escola, do controle estatal sobre a família e, principalmente, no tema do trabalho, questão que dominou a tônica do debate. A própria destinação aos sujeitos demonstra que o caráter sócio-econômico, o caráter jurídico, o caráter de segurança, todos eram contemplados pelo código de 27. A questão da proteção do menor não era a tônica deste código, como pode-se observar o artigo 1º da lei:

Capítulo I – Do objecto e fim da Lei

Art. 1º – **O menor**, de um ou outro sexo, **abandonado ou delinquente**, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Código (grifo nosso).

Havia uma polêmica de qual seria o principal aspecto previsto como medida de correção no código. Os industriais, obviamente, alegavam que o trabalho deveria ser o ponto principal do código e da escolarização, como única possibilidade de educação das classes populares. Os juristas e médicos, de sua parte, defendiam uma jornada de trabalho de seis horas para os menores, e uma idade mínima de 14 anos. Isso permitiria

“Salvar” a “raça”, ou seja, os **menores** e possíveis adultos, mesmo que isso custasse a desorganização da indústria. Desta forma, a idade biológica permitida para o trabalho, assim como para a punição penal, se constrói de acordo com os interesses e posições dos agentes em disputa. Para os empresários, quanto menos idade tivessem

<sup>4</sup>As concepções menor/jovem são movências de sentido, conforme Pêcheux.

o indivíduo classificado como **menor** melhor seria para a organização do trabalho em suas indústrias. Assim como para a polícia que teria poderes para reprimir e levar ao Juiz de **Menores** os supostos “delinquentes”, tirando-os das ruas, espaço em que vistos e considerados transeuntes ilegítimos”(NOVAIS, 1996, p.4, grifo do autor).

Percebe-se que nesta postura encontramos presente o caráter higienista citado anteriormente. A perspectiva da “cura social” ou do “remédio social” se apresenta na filosofia do Código Mello Mattos, reflexo da cultura industrial da época. Era importante “sanar” as doenças sociais, principalmente dos pobres, em particular dos menores, por meio do trabalho. Este seria uma forma de educar, corrigir, docilizar o menor. Se nos remetermos aos dias de hoje, é possível fazer um paralelo da tônica do código da época com as perspectivas das medidas sócio-educativas aplicadas aos adolescentes institucionalizados, internos do DEGASE. E o que dizer, na década de 70 e 80 do SENAI? A perspectiva da educação pelo trabalho e formação de mão-de-obra para atender a indústria não estava presente? Não que este serviço fosse destinado a jovens infratores, mas era destinado aos filhos das classes menos favorecidas. A política de educação do trabalho, neste caso, é fortemente marcada. Preparava-se mão-de-obra qualificada destinada a atender às necessidades das indústrias, e estas ofereciam bolsas de estudo para estes jovens. Não é propósito desqualificar o serviço prestado pelo SENAI, porém a formação destes jovens era destinada a suprir o trabalho braçal das indústrias. Os cursos que ofereciam grande número de vagas, normalmente, eram os de tornearia mecânica, pedreiro, encanador, eletricitista. Somente a partir da década de 90 é que houve a preocupação com a formação tecnológica, tendo em vista uma nova necessidade das empresas.

O Código Mello Mattos, ao se constituir como a primeira legislação específica direcionada aos menores, partia do contexto da criminalidade e das longas jornadas de trabalho como método de educação e reabilitação. Há também uma outra questão importante: o delineamento do termo “menor”. Menor, neste contexto era aquele identificado com a delinquência, a marginalidade, o abandono, conforme a conceituação no artigo 1º do Código Mello Matos, já citado anteriormente. O reflexo desta política hoje em dia é o termo “dimenor”, que representa o menor que comete o ato infracional de forma habitual ou o menor que encontra-se envolvido no tráfico de drogas. Não é o menor que, por exemplo, provoca um acidente automobilístico ao pegar o carro dos pais e que, em virtude do ato, é condenado a cumprir medida sócio-educativa.

Uma outra questão é a definição cronológica de quem é considerado menor. A partir de que idade e até que idade um indivíduo pode ser considerado menor? O Código de

Menores de 27, Código Mello Mattos, estabelece não só esta idade, mas também outras categorias de menores envolvidos em algum tipo de ato contrário à moral vigente

É no artigo 26 do Código de Menores e na Lei nº 5.528, alterada pela Lei nº 5.439 onde se encontram definidos os destinatários do Código de Menores. Nesses artigos e respectivos incisos, o legislador estabelece o objeto do Código: não qualquer criança entre 0 e 18 anos, mas, aquelas denominadas de “expostos” (as menores de 7 anos), “abandonados” (as menores de 18 anos), “vadios” (os atuais meninos de rua), “mendigos” (os que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas) e “libertinos” (que freqüentam prostíbulos). (SILVA, 2008)

O Código de Menores de 27 estabelece um sistema de atendimento aos menores assentados em efeitos sociais do processo de industrialização, processo este que agrava ainda mais estes efeitos. Pelo Código, não era qualquer criança considerada “menor”, mas sim aquelas das classes menos favorecidas, moradoras de cortiços, mal alimentadas, sem escolaridade, carentes culturalmente, socialmente, economicamente. Estas condições, muitas vezes, impeliam estes menores a ganhar a vida nas ruas, seja nos pequenos trabalhos, seja na própria criminalidade, o que, no último caso, as tornava delinqüentes de fato.

Durante muitos anos, os fundamentos do Código Mello Mattos foram aplicados, cumprindo seu papel após o conflito ser instalado. Não havia o caráter preventivo, somente o punitivo. Isto significa que o código atuava em cima de seus objetos, os delinqüentes, os vadios, os abandonados, isto é, os desajustados sociais eram objeto da intervenção do poder judiciário. Este atuava somente se houvesse algum enquadramento nas categorias citadas anteriormente, por meio do Código de Menores, em que os juízes de menores tinham papel primordial na condução do destino destes menores. Não há por parte do Estado qualquer política pública a fim de evitar que tais enquadramentos ocorressem, o que existia era apenas o Estado Policial, responsável pela manutenção da “ordem social” e do bem-estar do “cidadão”. Esta era a ordem vigente na época.

De acordo com Novais (1996), este modelo encontra seu ápice nos anos de 1930 a 1964, quando o emprego do Código de Menores se consolida, principalmente, para os casos de delinqüência

Os internatos vivem neste período o seu apogeu com o SAM (Serviço de Assistência ao Menor) fundado em 1940 e tendo como proposta recuperar as crianças e os adolescentes, os menores, ao mesmo tempo que deveria proteger as crianças pobres, “abandonadas”, que necessitavam do abrigo do Estado para poderem alimentar-se e estudar. Grande parte destas crianças tinha família, e eram levadas por elas ao internato até saírem com a maioridade” (NOVAIS, 1996).

Os internatos eram pautados como uma instituição de controle social, ou seja, os menores deveriam ser “moldados”, “corrigidos”, enquadrando-se nas diretrizes do modelo social vigente, algo parecido com as atuais instituições de internação de menores.<sup>5</sup> Ressalta-se que a responsabilidade por estes menores era da família (caráter preventivo), caso a família falhasse na manutenção deste menor (alimentação, educação etc), o Estado atuaria, escudado no Código de Menores, buscando corrigir ou sanar uma “patologia social”. Fica claro aqui qual era o verdadeiro papel do Estado: o caráter punitivo, travestido de educativo. Interessante se faz comentar que ainda aqui o caráter higienista se faz presente. O fato de se tentar “erradicar uma doença social”, como era um dos objetivos das instituições de internação, demonstra claramente este aspecto.

## **2.2 O Serviço de Apoio ao menor – SAM**

Na década de 40, temos uma sociologização da temática do menor. Passamos da visão estritamente médica e biológica para uma visão sociológica. Isto significa dizer que os conceitos higienistas perdem força, declinam em seu prestígio, o que não quer dizer que sejam substituídos. Ainda encontram-se presentes, mas com menor impacto. Há uma culpabilidade em torno do meio social, ou seja, busca-se entender e explicar os motivos que levam menores à delinquência. Os altos índices de criminalidade entre crianças e adolescentes passam a ser explicados como um problema da própria infância, ou seja, do meio social em que estão inseridos.

Em 1941 o SAM (Serviço de Apoio ao Menor) é criado pelo Governo Federal, com o intuito repressivo-correcional. Este serviço utiliza os internatos, reformatórios e casas de repressão para os menores infratores e escolas de aprendizagem de ofícios para os menores carentes e abandonados (BEZERRA, 2006, p. 50). É possível perceber que a perspectiva da Escola e da Colônia de Correição se repete. Há unidades de internação para menores infratores e unidades de internação para os carentes de recursos. Não se percebe aqui nenhuma inovação positiva na política de bem-estar do menor, há uma repetição de filosofias de “reintegração” (infratores) e inserção (no mercado de trabalho, no caso dos abandonados e

---

<sup>5</sup> É curioso o relato de que nesta época os menores internos deveriam andar enfileirados, de cabeça baixa e as mãos para trás. Se observarmos nas unidades do DEGASE, esta prática se perpetua até hoje.

carentes). É possível notar que, mais uma vez, a idéia do trabalho como educação se faz presente.

A finalidade do SAM era “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes internados em estabelecimentos oficiais e particulares” (PASSETI, 1987, p. 362). Era dividida em seção de administração, seção de pesquisas tratamento sômato-psíquicos, seção de triagem e fiscalização e seção de pesquisas sociais e educacionais. Neste período também surgem diversos órgãos federais de assistência ao menor: Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Trabalhador, Fundação Darcy Vargas, Legião Brasileira de Assistência (LBA).

O SAM centralizava toda sua política de atendimento como aplicadora de medidas sócio-educativas aplicadas por juízes. Desta forma, sua função era mais de administração do que de políticas de bem-estar de menores infratores. A finalidade do SAM, conforme o Decreto-Lei nº 3.799/41, em seu artigo 2º, era

a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame sócio-psico-pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas de abandono e da delinquência infantil, para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (BRASIL, 1941).

Nota-se que a estrutura do SAM funciona com um sistema penitenciário para menores de 18 anos, infratores e abandonados/carentes. Os primeiros eram internados em casas de correção e os demais, em instituições de aprendizagem de ofícios ou colônias agrícolas. O instrumento mais eficaz considerado por este sistema, em ambos os casos, era a privação de liberdade (LIBERATI, 2003). A institucionalização era a solução tanto para os casos de infração, quanto os casos de pobreza, mendicância, vadiagem, miséria. A eficiência deste processo estava em retirar das ruas os menores considerados “risco social”.

Este modelo calcado no internamento começa a sofrer críticas no final dos anos 40 e durante a década de 50. A razão destas críticas ao modelo instituído, o internato, se devia às denúncias de violência e maus-tratos sofridos pelos internos e a incapacidade dos menores infratores abandonarem a delinquência e a criminalidade. Tal fato foi constatado após a publicação de nomes de criminosos famosos egressos do SAM (NOVAIS, 1996). Deveria haver uma mudança no tratamento do assunto relativo aos menores, sem, contudo, abandonar o método de internação, que ocupava a posição central de todo o sistema, já que, apesar de existirem pessoas contrárias a este método, eram minoria. A nova perspectiva é de que se

criasse uma nova instituição, de caráter nacional, que formulasse políticas de bem-estar aos menores: criou-se a FUNABEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) (SEGUNDO, 2008).

### 2.3 A FUNABEM

Após 1964, com o regime militar, as políticas sociais não são vistas com um fim em si, mas como meio para outras finalidade, ligadas aos efeitos econômicos e do controle social, dentro do referencial da Segurança Nacional. Temos, neste ano, a Lei 4513/64 – Política Nacional de Bem Estar do Menor. Mais uma vez, esta lei se destina apenas a adolescentes considerados em situação irregular. São criados órgãos Nacionais – FUNABEM – e FEBEMs – Fundação Estaduais de Bem-Estar do Menor.

Após apontar que a FUNABEM fora criada dentro do espírito da Doutrina de Segurança Nacional, norteadora das ações dos governos militares, cuja formulação teórica fora estabelecida na Escola Superior de Guerra, Roberto Silva, op. cit., aponta que “a FUNABEM propunha-se a resolver um problema nacional, pois nas palavras de seu primeiro presidente, o médico Mário Altfender, ‘cada vez mais se acentuava a necessidade da elaboração de uma nova política, cuja execução fosse entregue a um órgão federal, fazendo desaparecer a idéia de que cada um pode resolver seus problemas locais, estanques, quase pessoais, sem pensar na Nação, como que ignorando a existência de 22 Estados e territórios e que tudo se chama Brasil’ (In: Anais da X Semana de Estudos do Problema do Menor, São Paulo, 1971:476”. (SEGUNDO, 2008, p.19).

Esta postura retrata que a criação da FUNABEM tem como filosofia um reflexo dos preceitos da ditadura militar. Pensa-se em integração nacional, centralização do poder, defesa do Estado, bem-estar e ordem pública. Estas características permearão toda a política de atendimento prestada por este órgão.

A questão se coloca dessa maneira: o modelo de internação, característica fundamental estabelecida pelo Código Mello Mattos, apresentava sinais de esgotamento ante os resultados pífios de recuperação de menores e aos inúmeros desvios de finalidade encontrados nestas instituições.

A solução para resolver os dois problema acima foi a criação da FUNABEM e das FEBEMs, sem contudo abandonar o sistema de internações, ao contrário, ele foi ampliado com a criação das FEBEMs. Porém, a criação da FUNABEM pretendia corrigir as falhas observadas no SAM, já que, como responsável pela formulação de uma política nacional de bem-estar de menores, teria subordinada, às suas diretrizes, todas as entidades públicas e privadas que prestassem serviço de atendimento à criança e ao adolescente. Financeira

autônoma, a FUNABEM incorporaria a estrutura do SAM existente nos estados, incluindo-se aí, tanto o atendimento aos menores carentes e abandonados quanto os infratores. (SILVA, 2008).

As criações da FUNABEM e das FEBEMs estaduais, em dezembro de 1964, assim como toda a questão do menor, podem ser entendidas no âmbito da doutrina de Segurança Nacional, cuja matriz brasileira foi a Escola Superior de Guerra e teve como matriz americana o National College War e a sua National Security Act, de 1947. A ditadura militar, iniciada em abril de 1964, concebeu amplas reformas que incluiu, dentre outros, a outorga de uma nova Constituição e, no campo educacional, a reforma do sistema educacional brasileiro, a reforma do ensino universitário em 1968, objetivando constituir barreiras ideológicas, culturais e institucionais à expansão da ideologia marxista (SILVA, 2008). Tal situação caracterizaria o trabalho executado pela FUNABEM/FEBEM como sendo escorado nos preceitos do militarismo<sup>6</sup>, com ênfase na segurança, na disciplina e na obediência. Esta também é a percepção de Novais (1996), quando diz que os primeiros ideólogos da FUNABEM mudaram a perspectiva do menor “trabalhador” para a perspectiva do menor “infrator” e o menor “carente”. Estes acreditavam que para assegurar a ordem e manter a doutrina da Segurança Nacional, os menores deveriam ser enclausurados.

Há um aspecto que não pode ser desprezado. Toda a mudança na perspectiva de atendimento a menores, com a criação da FUNABEM, em 1964, ocorreu sem que o Código Mello Mattos fosse revogado, na verdade houve alteração deste Código, a partir da criação de leis voltadas a menores (Lei 4.655/65, Lei 5.528/67 e Lei 4.439/68). Entende-se, então, que o Código de Menores de 27, Código Mello Mattos, assentou a estrutura de gerenciamento do conflito social desde sua criação, como uma solução à questão do menor no período industrial, até as políticas públicas elaboradas para atendimento ao menor com a criação da FUNABEM. Segundo (2008) afirma que houve um deslocamento da autoridade no atendimento ao menor: passa da autoridade do Juiz de Menores, o que não significa que esta figura desaparece do panorama vigente, à autoridade do executivo. Isto significa uma centralização do Estado, decorrente da doutrina de segurança nacional iniciada na ditadura, com o executivo federal como promotor e executor de medidas voltadas àquele grupo, em detrimento dos juízes de menores.

---

<sup>6</sup> Segundo (2008), a ótica da “política dos muros retentores”, ao invés da “política de portões abertos”, além dos preceitos da disciplina, hierarquia e fiel obediência às normas são um reflexo do sistema da ditadura militar. A presença de inspetores de alunos, monitores ou jovens vigorosos e a presença da guarda permanente é uma reedição do sistema penitenciário.

## 2.4 O Código de Menores de 1979

O Código de Menores de 1979 começa a ser traçado no Congresso Nacional, a partir de um projeto de lei do Senador Nelson Carneiro, que previa dentre outros o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes à educação, profissionalização, recreação e segurança social, responsabilizava ainda a família, a comunidade e o Estado pela proteção e assistência social ao menor, proposta esta que tinha por base a Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU de 1959.

As inovações propostas pelo senador podem ser apontadas como precursoras do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao menos no que prevê a responsabilidade de todos, família, comunidade e Estado, em assegurar os meios necessários para que a família carente pudesse manter seus filhos<sup>7</sup>. Seu projeto redundou no Código de Menores de 1979, porém, durante a tramitação no Congresso Nacional, as disposições identificadas como de direitos das crianças e adolescentes foram suprimidas, acatando projeto elaborado por juízes de menores, que foi substituída pelo modelo de tipificação dos casos em que menores estariam em situação irregular. A justificativa para esta substituição era de que a Declaração da ONU de 1959 não era um texto legal, sendo uma declaração, não tinha caráter normativo (SEGUNDO, 2008)<sup>8</sup>.

O Código de 1979, na verdade foi uma atualização do Código Mello Mattos. Alterou-se a disposição dos artigos, atualizou-se a linguagem jurídica, mas a estrutura jurídica se alicerça em fundamentos comuns. Um exemplo é a caracterização das situações irregulares abrangidas por cada código, os quais revelam os destinatários para quem cada código é dirigido, conforme o artigo 1º do Código Mello Mattos e o artigo 2º do Código de Menores de 1979:

Art. 1º - O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código (BRASIL, 1927).

Art 2º - Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

<sup>7</sup> Art. 23 – A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder;

Parágrafo único – Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantida em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

<sup>8</sup> Há diferenças quanto ao acatamento do texto jurídico. Leis, decretos, portarias são considerados textos normativos. Parece que esta foi a saída (ou justificativa) para não acatar o que previa a Declaração de 1959. Este fato representa a manutenção do status quo dos juízes de menores.

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal (BRASIL, 1979).

Nota-se que cinquenta e dois anos separam os códigos, mas o alicerce ideológico se mantém. Não há a preocupação em garantir os direitos das crianças e adolescentes, tendo em vista que não havia no Código de Menores de 1979 a enunciação dos direitos destes menores. O argumento era de que tais direitos estavam implícitos já que se atribuíam a responsabilidade do bem-estar do menor exclusivamente à família. Há um fator interessante, conforme aponta Segundo(2008): no código de 1979, não se conferia às crianças a possibilidade de reivindicar a exigibilidade de um direito, pois esses não eram enunciados no código. Dessa forma tem-se que há o poder-dever, garantido juridicamente, de assegurar o bem-estar da criança, por outro lado, não garantia à criança ou adolescente a possibilidade de lhe ser assegurada o bem-estar em caso da impossibilidade da família em assegurar-lhe. Isto significa que a família tem o dever e o compromisso de assegurar toda a proteção ao menor, enquanto o Estado não se compromete em assegurar o bem-estar da família. Novamente, voltamos à questão da patologia social. A questão é que muitas famílias são desagregadas por diversos motivos (dificuldades financeiras e pobreza não são resolvidas no âmbito familiar). O fato é que o cotidiano das famílias é influenciado diretamente por questões econômicas, culturais e sociais, e tais fatores influenciam no desafio de se criar filhos. O Estado, neste caso, não tem compromisso com a família antes da ocorrência do delito, da situação irregular, mas somente após a ocorrência destes. Isto representava um estímulo à ocorrência destas situações irregulares, ao invés de prevenir suas ocorrências.

Não estando obrigado a efetivar direitos, pois isto exigiria recursos e investimentos financeiros, cabe ao Estado esperar o resultado dessa omissão para agir de forma repressiva, a internação ainda é o método privilegiado pelo código. Diante disto, pode-se afirmar que a

ação do Estado e da sociedade no Código de Menores de 1979 é negativa, já que toda e qualquer responsabilidade pelo bem-estar dos menores é da família. Ignora-se um sistema de proteção à infância e adolescência, sob o argumento de que a família é a instituição suficiente para garantia deste bem-estar. A discussão não é sobre os motivos que geram as desigualdades sociais e seus conflitos, mas desloca-se para uma moral dominante. Esta perspectiva é uma reprodução fiel da filosofia do Código Mello Mattos e das medidas anteriores aplicadas a menores.

Um outro problema, além dos apresentados, é que enunciar direitos representa também enunciar deveres, significa discutir políticas públicas específicas de cada setor governamental (ministérios, secretarias), voltados para a família e para a criança. Isto implica em discussão das próprias relações de estrutura de poder, de orçamento e da prioridade dos gastos públicos, significa mais: representa a possibilidade de acionar o poder judiciário para a exigência de tais direitos.

A aplicação do Código de Menores de 1979, desta forma, estava restrita aos casos de “patologia social”, isto é, o sujeito a quem se destinava a legislação não era qualquer menor, e sim o menor considerado um “risco social”, aquele menor que tivesse sua conduta tipificada pelo artigo 2º do documento. Este menor era quem tinha direito ao “acesso à justiça”, já que nesse caso houve uma “falha” do menor ou de sua família, em virtude da carência (art 2º I a IV) ou por desvio de conduta (art 2º V e VI). Há um componente moral bastante presente, a partir do momento em que se culpabiliza alguém pela falha, o que redundava em conduta social inadequada e, conseqüentemente, acesso às medidas judiciais.

É assim que, direcionado somente a algumas crianças e adolescentes, o Código de Menores de 1979 é considerado um instrumento legal de eficácia jurídica, pois para este fim era perfeito, do que um instrumento legal que garantisse a possibilidade da prevenção aos fatos geradores dos incisos do artigo 2º, caracterização da situação irregular. A questão da proteção à família, da garantia de direitos, da proteção da sociedade e do Estado, sequer eram citados em qualquer um dos artigos. Ainda tem-se um remédio para a chamada “patologia social”.

## 2.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Brasil, mesmo elaborando legislação própria à criança e ao adolescente desde 1927, “em nenhuma delas o legislador constituinte preocupou-se em estabelecer os princípios do direito da criança no texto das mesmas, como já fizeram todas as nações do mundo” (CHAVES, 1997, p. 41-2). Tal fato demonstra que o Estado Brasileiro, mesmo após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, documento do qual o Brasil é signatário, negligenciou o tema quanto à proteção e ao bem-estar dos menores no país.

Com a Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, é que este panorama se altera, ao se prever no artigo 227 que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão<sup>9</sup>.BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 é o primeiro documento legal que prevê a responsabilização do Estado e da sociedade quanto à proteção ao menor, bem como à prevenção das, antes, “situações irregulares”. Este instrumento legal baseia-se no fundamento da doutrina da proteção integral, conflitante com o Código de Menores de 1979, cuja doutrina era a da “situação irregular”. Percebe-se que a partir do artigo 227 da Constituição Federal, há a necessidade de se criar um outro instrumento legal destinado, especificamente, à criança e ao adolescente, consagrando a doutrina da proteção integral. É neste cenário que, em 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Importante ressaltar que, ao contrário do Código de Menores de 1979, em que os direitos das crianças e adolescentes foram omitidos, no Estatuto da Criança e do Adolescente tais direitos estão expressos, enunciados que agora passam a ser exigíveis. Havia no código de 1979 apenas o caráter disciplinar e punitivo, agia-se no intuito de impedir o delito pelo meio do exemplo da punição, da restrição de direitos. No ECA, ao contrário, os direitos são enunciados, ou seja, o menor passa da condição de objeto do direito para o sujeito deste

<sup>9</sup> “O artigo 227 da Constituição Federal foi fruto de uma emenda popular denominada ‘CRIANÇA, PRIORIDADE NACIONAL’. Organizada pelas entidades Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Federação Nacional das sociedades Pestalozzi (FENASP), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC) e Serviço Nacional Justiça e Não-Violência, a emenda pretendia alertar para a grave situação da infância e da juventude brasileira, além de criar condições de que a Constituição tivesse dispositivos que promovessem e defendessem os direitos das crianças e adolescentes” (SEGUNDO, 2008, p.22)

direito. Isto implica na possibilidade de acionamento da justiça para que os direitos previstos neste instrumento legal sejam concretizados. Sob esta nova perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente é sancionado em 13 de julho de 1990, tornando-se a lei 8.069, que entraria em vigor em 12 de outubro do mesmo ano. Os artigos 3º e 4º prevêem

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O que demonstra que a perspectiva do ECA é totalmente oposta ao antigo Código de Menores de 1979. O atual instrumento legal responsabiliza a todos, sociedade, família, poder público, quanto à manutenção do bem-estar da criança e do adolescente (antes designados como menores), podendo o Estado, inclusive, ser chamado à responsabilidade judicialmente no caso de não garantir tais direitos. É igualmente importante lembrarmos que isto é uma lei, e que muitas vezes não corresponde à realidade presente. As crianças e adolescentes passam da condição de objetos do direito a sujeitos de direito, ou seja, no ECA seus direitos são descritos, as crianças e adolescentes têm seus direitos positivados no código, enquanto nos códigos anteriores prescreviam-se as medidas e punições a que os menores estavam sujeitos. Este foi, talvez, o maior avanço do ECA, ao incluir todas as crianças e adolescentes em seu escopo de abrangência, ao contrário dos códigos anteriores que previam somente àqueles em “situação irregular”, ou seja, pobres, abandonados, trabalhadores não-formais e delinquentes.

Fundamentando-se na doutrina de proteção integral e, conseqüentemente, se constituindo em um instrumento legal, que estabelece direitos, mas também deveres, às crianças e adolescentes, o ECA, já em seu artigo 1º estabelece: “Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Essa proteção integral

Quer dizer amparo completo, não só da criança e do adolescente, sob o ponto de vista material e espiritual, como também a sua salvaguarda desde o momento da concepção, zelando pela assistência à saúde e bem-estar da gestante e da família, natural ou substituta da qual irá fazer parte. (CHAVES, 1997, p. 51)

A doutrina de proteção integral, como descrito acima, não é somente um documento legal, mas visa assegurar os direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes na crença de que tais direitos lhes proporcionarão o pleno desenvolvimento. Significa dizer que, sob os

efeitos de tal doutrina, os direitos previstos no ECA concretizariam o princípio da dignidade humana, gerando, em um futuro próximo, crianças e adolescentes mais felizes, humanos e justos. Diante deste quadro, a atual estrutura da FUNABEM, herdeira do Código Mello Mattos e do Código de Menores de 1979, não atenderiam aos preceitos legais previstos no ECA. Surge então a necessidade de uma reestruturação no sistema de atendimento à criança e ao adolescente.

## 2.6 O DEGASE

Em 1993 foi criado, no Rio de Janeiro, o DEGASE como forma de descentralizar a política administrativa em relação aos jovens infratores. É o órgão responsável pela execução de medidas sócio-educativas e sua linha de atuação, conforme a lei, é baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na doutrina de proteção integral, apesar de ser um órgão vinculado, atualmente, à Secretaria Estadual de Educação (SEE) (a partir de 2008), o DEGASE ainda encontra-se fortemente marcado pelas políticas carcerárias, em virtude da vinculação aos órgãos que gerenciavam este departamento e o DESIPE. Esta vinculação, apesar dos esforços da SEE, não se desfaz por documentos e diretrizes, e sim pela atuação direta e efetiva nas ações de ressocialização das crianças e adolescentes institucionalizados.

É preciso ressaltar que essa preocupação, no que diz respeito a uma ligação estreita entre DEGASE e DESIPE, conforme a dinâmica social do século XIX, início do século XX (atualmente denominado de Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP), já se revela há certo tempo. Altoé (1993) dedica-se a pesquisar o tema, revelando, por exemplo, que um censo realizado pelo DESIPE em 1989, e divulgado pelos jornais, mostra que 22% da população carcerária teria sido anteriormente cliente da Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM).

O DEGASE foi criado para assumir a estadualização das políticas anteriormente gerenciadas pelo governo federal através da FUNABEM. O contexto de criação do DEGASE foi justamente em um período em que o Brasil começava a sentir os efeitos do desmonte da estrutura de proteção social existente. A conjuntura política da época em que este departamento foi concebido interferiu significativamente nos contornos que o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei assumiu no Rio de Janeiro. Cumpria com o papel de

descentralização anteriormente estabelecido, mas não rompia a repressão e a violência e nem com o aparelhamento sócio-pedagógico estabelecido na FUNABEM (MOREIRA, 2007).

A descentralização do atendimento aos adolescentes foi marcada pelo repasse das unidades anteriormente gerenciadas pela FEBEM. Neste período ocorreram diversas rebeliões, destruição do patrimônio público (por que não repressivo?) e desorientação metodológica no processo de transferência e atendimento ao público-alvo.

A década de 90 representa um período de grandes mudanças. Os índices de desemprego se elevam, assim como os índices de criminalidade. Há um descaso dos governos no que diz respeito à criação e manutenção de empregos, reflexo de uma política neoliberal que atinge todo o mundo. O impacto dessa política é desastroso. O número de pessoas envolvidas com o crime, principalmente com o tráfico de drogas se eleva, sendo muitos integrantes adolescentes das comunidades carentes.

A política de encarceramento volta à tona com todo o prestígio. Estruturalmente, o DEGASE é subordinado à mesma Secretaria na qual o DESIPE também é subordinado, a Secretaria de Justiça. Esta subordinação torna-se prejudicial ao atendimento dos adolescentes internados no DEGASE, pelo fato de se ter políticas penitenciárias aplicadas também a este departamento. É possível afirmar que o DEGASE de hoje é o DESIPE de amanhã. Esta afirmação se confirma ao observarmos o Educandário Santo Expedito, unidade do DEGASE, que era um presídio no complexo de Bangu, destinado a apenas do DESIPE. A transferência se deu de forma desastrosa, agravada pela forma como se concebeu e se arranhou, de forma desarticulada com outras instâncias, a questão social e educacional de atendimento à criança e ao adolescente.

Num dia temos adultos presos, noutro adolescentes internados. A própria estrutura do dito educandário possibilita a reafirmação do adolescente em conflito com a lei (atual designação) no mundo do delito. O encarceramento assume velhos contornos nesse processo, como uma contenção da pobreza, revivendo também velhas práticas dos códigos anteriores. As unidades são marcadas por um forte processo disciplinar e do trabalho improdutivo, uma forma de impor a institucionalização aos internos.

As equipes que trabalham nas unidades do DEGASE são organizadas de forma a garantir a continuidade da doutrina de proteção integral, mas o que se tem, quando se fala em aplicação das leis, é uma violação dos direitos dos adolescentes. Segundo Moreira (2007), a estrutura do DEGASE, na última década, recebeu baixos investimentos em projetos pedagógicos, organizados a partir de níveis de violência, que são refinados à medida que o tempo na instituição aumenta. Quanto mais tempo o adolescente permanece internado,

maiores são as chances de ele legitimar e reproduzir o sistema de atendimento. Isto significa dizer que, uma vez que o adolescente permanece mais tempo dentro das unidades de internação, mais ele será um reprodutor do sistema em que está inserido. Moreira (2007) afirma que a proposta dos projetos pedagógicos está vinculado aos níveis de violência, ora, se o adolescente encontra-se no contexto destes projetos, logo será um reflexo desta dinâmica, ou seja, suas práticas também estarão permeadas pela violência<sup>10</sup>. Este é um fator dificultador de qualquer proposta educacional que leve em conta. Isto não significa que é um equívoco que o DEGASE use os mesmos moldes da escola formal, o equívoco é pensar o DEGASE como uma escola comum, o que não corresponde à realidade. O público-alvo destas escolas é específico, em virtude dos próprios motivos de sua internação nas unidades do DEGASE.

A temática da escolarização e do trabalho esteve presente em todos os instrumentos legais voltados aos adolescentes. O ECA prevê, em seu artigo 53, “a criança e o adolescente têm direito à **educação**, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes...”(BRASIL, 1990) (grifo nosso). No caso dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas, o artigo 123, parágrafo único prevê:

Art. 123 – A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único – Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas (BRASIL, 1990).

Assim como o artigo 124, inciso XI também prevê:

Art. 124 – São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

...

XI – receber escolarização e profissionalização (BRASIL, 1990).

Tais artigos reafirmam a necessidade do processo pedagógico nas unidades de internação do DEGASE. No ano de 2008, o DEGASE passou a ser vinculado a SEE (Secretaria Estadual de Educação), mas ainda há um forte caráter prisional em suas unidades. As escolas que se encontram dentro do DEGASE estão sob a gerência da mesma coordenadoria das escolas que estão dentro das unidades do DESIPE. No CRIAAD, há uma situação diferente, pois, segundo um dos técnicos, esta unidade não é obrigada a proporcionar

<sup>10</sup> Aqui podemos entender violência não só como física, mas também como violência psicológica, em virtude das possíveis ameaças a que o adolescente está submetido, a violência institucional, a partir do momento em que os direitos destes adolescentes são desrespeitados. Há depoimentos de funcionários do DEGASE em que fica claro que itens básicos (como papel higiênico, toalhas, sabonetes etc) não são fornecidos pelo Estado, mas pelas famílias dos próprios internos.

tais atividades, mas oferecê-las, encaminhando os adolescentes que cumprem medidas às escolas.

Nossa obrigação, aqui, é matricular. É como eu falei pra você, eu matriculo, mas eu matriculo mesmo não sendo o responsável...

Não é o foco...do CRIAAD (ênfase) ter cursos, ter nada assim, mas como os meninos vêm para cá e ficam, então a gente termina criando alguma coisa pra não ficar tanto tempo ocioso...

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina escolaridade e profissionalização para que haja o desenvolvimento de habilidades que tenham colocação no mercado de trabalho, devendo-se evitar atividades sem utilidade prática – atividades lúdicas estão excluídas sob esse raciocínio. Há orientações para se estabelecer convênios com entidades de ensino técnico. Um dos problemas é que não sequer qualquer atividade voltada à verificação de vocações dos internos nas unidades do DEGASE, ou seja, o que este adolescente deseja?

Nesse percurso histórico, ressalta-se a questão pedagógica. Ela está presente em todos os órgãos e instrumentos legais destinados ao trabalho com o infrator e com o ECA ganhou um peso ainda maior, tornando-se obrigatória a escolaridade dentro das unidades de internação, conforme os artigos supracitados, com a implantação de escolas públicas dentro dessas instituições. São escolas dentro de escolas, ligadas à Secretaria de Educação. Não deixa de ser interessante trabalhar, a partir dessa genealogia institucional, os aspectos importantes à formação educacional do adolescente internado nas unidades do DEGASE.

Um outro ponto a ser observado é o assujeitamento<sup>11</sup> dos adolescentes. Cumprir medida sócio-educativa no DEGASE significa sujeitar o menor ao sistema. O adolescente, ao cumprir a medida sócio-educativa deve sujeitar-se à instituição, passa a ser um reflexo do que é a instituição. Não há a possibilidade do adolescente fazer uma retificação, rever sua conduta. A medida, nos atuais moldes, tem a função de assujeitamento, e serve apenas para livrar este adolescente da justiça, através da reclusão nas unidades do DEGASE, o que muitas vezes não surte o efeito desejado, pois este processo torna-se a porta de entrada para as unidades do DESIPE.

---

<sup>11</sup> Em Análise do Discurso, o processo pelo qual o indivíduo reconhece e aceita o pré-construído como sendo seu sentido, chama-se *assujeitamento*, o qual é condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito. Consideramos esta perspectiva, a da AD, tendo em vista a utilização como método de análise neste trabalho.

### 3 ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS

O processo de análise dos dados coletados leva em consideração as teorias adotadas e suas contribuições. Não há a intenção de examinar exaustivamente todas as teorias existentes que se propõem a trabalhar com as noções de identidade e de discurso. Desta forma, estabelecemos um recorte teórico que marcará nossa posição quanto à verificação de determinadas perspectivas, determinando, por conseguinte, quais são as acepções de discurso e de identidade abordadas neste trabalho.

#### 3.1 Identidade e identificação

Ao abordarmos o conceito de identidade percebemos que se deve pensar na constituição do sujeito e no conceito de identificação antes de partirmos para uma “definição” de identidade. Tal proposta se faz em virtude das próprias perspectivas da Análise do Discurso, de seus métodos e técnicas, o que feito de outra forma, poderia nos levar a uma incompatibilidade conceitual.

Remetemo-nos aos anos 80, período dos movimentos sociais, permeados pelas idéias marxistas. Estes movimentos, no final dos anos 80 perderam seu prestígio, tanto no registro da política, quanto do imaginário. Com a queda dos regimes socialistas e a derrota dos poderes mais à esquerda, percebeu-se que havia uma projeção demasiada nos movimentos sociais, existindo uma compreensão quantos aos limites (internos) e as limitações (internas) de tais movimentos. O sujeito era pensado a partir destes movimentos. Com esta mudança de perspectiva acreditava-se que “a morte do sujeito” fora proclamada. As classes não podiam ocupar a posição de um “sujeito universal”, como falharam em seu intento (intento este organizado pelos militantes dos movimentos de classe). Esta via movimentalista fora derrotada, dando lugar a um sujeito narcísico, autônomo, descompromissado de vincular sua “criatividade” e a “liberdade” a tais movimentos sociais. Com o advento da globalização, nos anos 90, há um ressurgimento do sujeito liberal, resultado da vitória da lógica do mercado sobre a lógica coletivista, o mundo voltaria a ser o império da individualização e da fragmentação, regidos pelos desígnios dos interesses próprios e da competição.

Importante lembrar que, no contexto deste trabalho, devemos trazer à tona a história das organizações criminosas no Rio de Janeiro, particularmente o Comando Vermelho (CV). Estas se organizaram na década de 80, período do fortalecimento dos movimentos sociais, já que derivavam de uma concepção marxista, conforme a história de sua formação, na Ilha Grande (AMORIM, 1993). Na década de 90 há uma fragmentação desta facção, derivando outras facções (Terceiro Comando – TC; Amigos dos Amigos – ADA etc). Nestas fragmentações, indivíduos passaram a se intitular integrante da facção A ou da facção B. Este processo acompanha toda a dinâmica apresentada até o momento, ou seja, a própria queda dos movimentos sociais gera um sujeito fragmentado, liberal. Nas facções, tal cenário não é diferente.

A partir da constatação da crise, na segunda metade dos anos 80, duas vertentes retomaram a concepção moderna de sujeito por meio da categoria de identidade (BURITY, 1997): uma primeira, mais à esquerda, reconheceu a fratura do sujeito-classe em inúmeras posições de sujeito e iniciou um processo de adoção de políticas de diferenças, políticas estas de afirmação de identidades particulares, irreduzíveis a movimentos de classe e ao individualismo possessivo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivas a partir das próprias identidades estabelecidas.

Uma segunda vertente, mais à direita, considerou identidade não só uma resistência aos valores universais, adotados principalmente pelos Direitos Humanos, reflexo das guerras mundiais e dos regimes totalitários, afirmando a diferença como critério de apartação (étnica, moral, religiosa etc). O reflexo dessas políticas de identidade são a xenofobia, o moralismo, a intolerância.

Em toda esta problemática, permanece intacta a figura do sujeito como fundamento da ação social. Seja como sujeito individual, seja como sujeito coletivo, assume-se que ao sujeito corresponde uma identidade individual e plena. Se isto não se dá coerentemente ou inteiramente, é por causa de impedimentos externos (estado, sociedade, outros sujeitos) ou por não ter consciência de si e de seu lugar na história (alienação, por exemplo). Nos dois casos é só afastar o bloqueio e a identidade vem à tona. “Este jogo da identidade - pelo qual se postula um outro<sup>12</sup> que a ameaça, constrange ou impede, e se propõe a afastá-lo, neutralizá-lo ou mesmo exterminá-lo como condição para ser "de fato" quem já se é "de direito" - está no centro da problemática da ação coletiva hoje” (BURITY, 1997). As instituições de internação de menores, como o DEGASE, representam bem isso hoje. A força das relações de poder existentes entre menores, entre os menores e a própria instituição (Aparelhos Ideológicos de

---

<sup>12</sup> O sujeito só se reconhece a partir do outro.

Estado - AIE) reflete bem esta idéia da problemática da ação coletiva. Foucault (2007), em seus estudos sobre o sistema penitenciário, nos apresenta o problema do assujeitamento, interferindo na identidade dos internos. A idéia de panopticon<sup>13</sup> retrata bem isso.

As atuais perspectivas perdem de vista esta constituição do sujeito e a construção de sua identidade (vista como não rígida, mas flexível, adquirida, de acordo com o contexto em que este sujeito esteja inserido), no sentido de uma identidade provisória, que seria a base para a formação do sujeito – individual ou coletivo. O conceito de identidade, longe de expressar choques entre entes, expressa a relação imaginária entre os contedores (o AIE, por exemplo) e a relação identificatória pela qual o que se é está presente ou ausente no outro. A identidade não é um bem, um objeto positivo que se possui, mas só existe na relação com o outro. Se o outro apresenta características semelhantes, quer-se ser como este outro; se apresenta características repugnantes, quer-se ser contra este outro, o que significa que não existem identidades em estado puro, nem que se chegue a concluir a formação de uma identidade. O sujeito é afetado por práticas de identificação, transitórias, em um momento de instabilidade desta prática de identificação. Pensamos que as identidades, a partir destas práticas de identificação, no DEGASE são construídas através de mecanismos de autodefesa ou de resistência. As identidades dos adolescentes internos refletem bem este aspecto, pois há um movimento de resistência contra o sistema de internação e a autodefesa, como forma de sobrevivência<sup>14</sup> dentro do próprio sistema.

Considera-se que este é o cerne para uma formulação em que se acredita que a psicanálise tem importante contribuição. A categoria de identificação é importante para a concepção do sujeito em psicanálise, pois traduz o caráter descentrado da subjetividade “individual”, o lugar do desejo na afirmação da identidade do indivíduo (BURITY, 1997).

Freud apresenta estudos sobre a categoria de identificação. Para ele o conceito de identificação aparece como categoria central de análise e revela-se como um momento decisivo no processo de socialização do homem, no que diz respeito à inserção do homem na sociedade. Esta categoria torna-se importante porque podemos considerar que sociedade refere-se a grupos sociais constituídos. No caso desta pesquisa, a própria dinâmica de internação do DEGASE compõe um grupo social, com sua representação simbólica, códigos de ordenamento, linguagem própria.

---

<sup>13</sup> O panopticom (pan – todos; óptico – olho) usa o olhar do outro como objeto de controle. Funciona como se o olhar, a opinião do outro fosse um mecanismo de vigilância. Entendemos que o panopticon obedece a dois princípios, o da verticalidade, ou seja, a vigilância exercida pelas instâncias de poder de forma hierarquizada, e o princípio da horizontalidade, que transforma todos em vigilantes, uns dos outros.

<sup>14</sup> Sobrevivência, aqui, não se entende somente como física.

A partir dos estudos de Gustave Le Bon e Willian Mac Daugall, Freud questiona a sugestibilidade como fonte de incorporação de um indivíduo a um grupo social (GUIMARÃES ; CELES, 2007). Os autores consideravam que o indivíduo era “hipnotizado”, ou seja, a sugestão era fundamental para que o indivíduo se integrasse a um grupo. O argumento de Freud contra este conceito se dá pela indagação de qual seria a fonte desta sugestibilidade. Um importante questionamento é: se esta sugestão ocorre de fato, quem substitui o hipnotizador no caso do grupo? Ainda para Guimarães e Celes (2007), para Freud, a consideração de que o contágio emocional e a sugestão explicavam a constituição de fenômenos grupais não era suficiente, para ele era necessário protestar contra a opinião de que a própria sugestão, que neste aspecto explicava tudo, era isenta de explicação. (GUIMARÃES ; CELES, 2007).

Diante deste questionamento, Freud aprimora o conceito de identificação, apontando três casos referentes a este processo. A primeira forma de identificação, identificação primária, é aquela que desempenha uma função na pré-história do complexo de Édipo. Neste processo, tipicamente masculino, o menino quer ser o pai; o segundo processo de identificação caracteriza-se tal qual como ocorre na neurose, como processo de formação de sintomas, conforme o exemplo abaixo:

No ensaio de 1921, Freud discorre a respeito do caso de uma menina que desenvolve o mesmo sintoma que a mãe – uma tosse atormentadora. Essa identificação pode advir do complexo de Édipo, que significa o desejo hostil da menina em tomar o lugar da mãe, já que o pai é o objeto de desejo. O sintoma, nesse caso, representa o amor pelo pai e, sob a influência do sentimento de culpa, o desejo de assumir o lugar da mãe é atendido – a tosse aterrorizante. Por outro lado, o sintoma pode ser o mesmo que o da pessoa amada. Freud, nesse mesmo ensaio, retoma o sintoma de Dora (caso publicado em 1905) – a imitação da tosse do pai, como ilustração dessa identificação. Nesse caso, pode-se afirmar " *que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação*" (Freud, 1921/1976, p. 135). Nesse sentido, essas identificações destinam-se a internalizar um só traço do objeto, por meio do processo de regressão. (GUIMARÃES; CELES, 2007, p. 342).

O terceiro processo de identificação<sup>15</sup>, e este é o que nos interessa, não contempla a relação do objeto com a pessoa que está sendo imitada. Segundo Freud, não há o investimento libidinal. Apresenta um caso de uma moça de um internato que recebeu de alguém, por quem estava apaixonada, uma carta que provocou-lhe crises de histeria. Algumas de suas amigas também desenvolveram uma crise por algum processo mental. O mecanismo de identificação consiste em colocar-se na mesma situação. Esta terceira modalidade de identificação é a que

---

<sup>15</sup> Neste trabalho não nos prendemos à explicação pormenorizada dos dois princípios anteriores de identificação, tendo em vista que a perspectiva do terceiro princípio é que atende diretamente aos objetivos propostos.

mais desperta a atenção de Freud, pois encontra-se intimamente ligada à formação de coletividades, por ligar os membros entre si. Segundo Florence (1994), esta modalidade

Pode nascer a cada vez que é percebido um ponto em comum com uma pessoa que não é objeto sexual, e quanto mais essa **comunhão é significativa**, mas essa **identificação parcial pode criar novos laços sociais** (a relação com o chefe, a simpatia e toda forma de compreensão, mesmo intelectual). (FLORENCE, 1994, p. 136, grifo nosso).

Há ainda a hipótese central formulada por Freud em *Psicologia do Grupo e Análise do Ego*, em que a formação dos grupos encontra justificativa mediante o processo de identificação que ocorre em seu interior.

Já começamos a adivinhar que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é de natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder (FREUD apud GUIMARÃES; CELES, 2007).

Para Freud, o membro de um grupo identifica-se com um líder, para depois identificar-se com os demais integrantes deste grupo. É a renúncia do ideal de ego em favor de um líder. Os membros de um grupo substituem seu ideal de ego por um novo objeto, um líder. O que permitirá a coesão interna deste grupo é a identificação recíproca entre os diferentes egos. Pensando na transposição deste princípio de Freud para a constituição da dinâmica do CV, temos nas inscrições pichadas nos muros das comunidades: CVRL - Comando Vermelho, Rogério Lemgruber (Bagulhão). Lemgruber era um dos fundadores do Comando Vermelho, em seu início, no presídio da Ilha Grande<sup>16</sup>. Até hoje estas pichações são produzidas, mesmo após a morte de Bagulhão há mais de 10 anos. O papel do líder se faz presente, e a associação a outros membros do grupo, possivelmente, se faz por meio deste processo de identificação.

Com a limitação do narcisismo no grupo, o idéia de líder tem um papel fundamental, pois a vontade do grupo prevalece sobre as vontades individuais, e a instauração do líder como o ideal de ego faz com que cada membro do grupo sacrifique suas pretensões individuais em favor do grupo, sob a iminência da proteção de um pai – a figura do líder ideal. Novamente nos remetemos à facção do CV. Em nome de um líder (atualmente, há a fragmentação desta facção, quando existe a presença de vários líderes, de acordo com as comunidades em que o CV mantém seu domínio), há uma manutenção da coletividade, de acordo também com os preceitos invocados pelo próprio CV: paz, justiça e liberdade. Em nome deste preceito, há um Ideal a ser atingido pelos integrantes desta facção.

---

<sup>16</sup> Amorim (1993)

Um importante processo observado em grupos, com o intuito de manter sua coesão, refere-se ao movimento de reprimir o ódio no interior do grupo e encaminhá-lo para aqueles que não pertencem à coletividade. Este fenômeno foi chamado por Freud de narcisismo das pequenas diferenças, que subtende a não-aceitação da diferença e, conseqüentemente, uma intolerância às relações pessoais que ultrapassam o círculo grupal. Assim, a tarefa direciona-se para eliminar as diferenças no interior do grupo, supervalorizando uma identidade coletiva e reconhecendo a diferença somente no que lhe é externo.

Com isto podemos perceber que a identificação “tem o poder de limitar a agressividade contra as pessoas contra as quais alguém se identificou” (FLORENCE, 1994, p. 137). É importante não esquecermos de considerar que o outro – não pertencente ao grupo – é o escoadouro das agressividades. Segundo Freud, “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (FREUD, 1930, p.136). Explicita-se nesta passagem um processo de inclusão/exclusão em um grupo social, através do processo de identificação, do fortalecimento dos laços neste grupo e da manutenção de uma identidade coletiva.

Na perspectiva de Freud, a internalização do superego constitui num processo decisivo na constituição psíquica da criança, e o mecanismo responsável por este processo denomina-se identificação, procedimento pelo qual o sujeito constitui-se e modifica-se pela assimilação de traços ou atributos de pessoas com as quais se relaciona. Freud (apud GUIMARÃES; CELES, 2007) compara a identificação com a incorporação oral de um outro sujeito, por meio do simbólico. A ação de identificação com um objeto equivale ao processo de canibalização. Identificar um objeto é devorar este objeto, colocá-lo para dentro de si.

Torna-se necessário estabelecer a distinção de identificação e escolha objetal e a dependência mútua destes processos. No complexo de Édipo, a criança encontra duas possibilidades – a ativa e a passiva – de satisfação pulsional, uma direcionada a se colocar no lugar do pai e ter a mãe como objeto sexual, e a outra que se refere a tomar o lugar da mãe. Quando o menino se identifica com o pai, pode-se dizer que ele quer “ser igual ao seu pai, se o menino fizer dele o objeto de sua escolha, o menino quer tê-lo, possuí-lo” (FREUD apud GUIMARÃES; CELES, 2007, p. 343). Isto é a escolha objetal, de qualquer forma, pode também acontecer uma identificação com uma pessoa que foi tomada como objeto sexual. “Se alguém perdeu um objeto, ou foi obrigado a se desfazer dele, muitas vezes se compensa disto, identificando-se com ele e restabelecendo-o novamente no ego, de modo que, aqui, a escolha objetal regride, por assim dizer à identificação” (FREUD apud GUIMARÃES; CELES, 2007, p. 343). Nesta exemplificação de Freud, citada por Guimarães & Celes, fica clara a distinção

entre escolha objetal e identificação. Aquela tem como mecanismo a assunção da posição de um objeto (o pai, por exemplo), esta tem como mecanismo a criação de uma espécie de “laço de solidariedade” com o objeto, caracterizando uma identificação com o próprio objeto.

Podemos afirmar, então, que a identificação é um processo indispensável para a constituição do ser humano, pois é pela identificação que a relação com o outro efetiva-se em busca da individuação e da socialização. Imbricado neste conceito cabe ainda ressaltar a importância do objeto de pulsão e da satisfação pulsional na constituição da subjetividade.

No ensaio *Além do princípio do prazer*, Freud, (1976) apresenta um jogo chamado *Fort-Da*<sup>17</sup>, como um momento de socialização da criança, de simbolização. Esta brincadeira representava a saída e o retorno da mãe, de maneira que a criança podia se posicionar como dona da situação. Esta brincadeira representava a renúncia pulsional, pois a criança renunciava a presença da mãe a qualquer momento, apropriando-se da forma ativa do sofrimento que sentia com a ausência da mãe, mediante a simbolização desta ausência.

A relevância da descoberta de Freud nesta brincadeira reside no fato da criança repetir a brincadeira inúmeras vezes (experiência desagradável do afastamento da mãe) para dominar o desprazer que sentia com esta ausência. Este acontecimento indica que algo estava implicado no processo além do princípio do prazer – a pulsão de morte. Neste jogo estava presente a identificação, como substituto do prazer pulsional, além disso, estava presente a pulsão de morte, expressa na repetição.

Importante também ressaltar que à medida que há um investimento como força de ligação libidinal, dá-se a emergência de um vínculo com a realidade. Florence (1994, p. 139) afirma que a identificação consiste em um processo que “vem a seguir de um investimento de objeto, ela permite conservar em outra cena a relação abandonada: o eu, metamorfoseado conforme o objeto abandonado, oferece-se ao isso como objeto substitutivo”. Essa dinâmica apontada pontua que os objetos concretos da realidade externa passam a ser a realidade psíquica na vida do sujeito. Nas relações dentro do DEGASE, por força de uma coerção institucional, possivelmente esta substituição faça parte do discurso dos adolescentes internos, que são impelidos, devido a esta coerção da instituição, das próprias relações sociais entre os outros internos, a assumirem determinada identificação, o que constituirá uma identidade coletiva, não na totalidade destes adolescentes, mas talvez em subgrupos que representem diferentes modos de identificação.

---

<sup>17</sup> A brincadeira era realizada quando a mãe de uma criança de 1 ano e meio se ausentava e consistia na atividade de atirar para longe um carretel atado em um cordão e, em seguida apanhá-lo. À medida que a criança se distanciava do carretel, ela emitia um ó prolongado, reconhecido como *Fort*, que tem o significado aproximado de *ir embora*, e no momento de retorno do carretel, exclamava *Da, ali* (GUIMARÃES; CELES, 2007).

O investimento libidinal em objetos representa a relação do sujeito com o outro que, em um primeiro momento, pode ser entendido como uma realidade externa, ou seja, o enfrentamento que o sujeito realiza em busca da socialização dá-se com objetos fora do corpo pulsional. Mezan (1990, p. 456) diz que a identificação é “uma operação de abertura a uma realidade externa, constituída por fatores estranhos à vida puramente pulsional do indivíduo”. É importante ressaltar que não há uma oposição entre a realidade externa e a realidade interna, até porque, segundo Guimarães e Celes, para a psicanálise estes conceitos não se excluem, mas se relacionam de forma mútua.

Quando falamos em psicologia de grupos e psicologia individual, há o mesmo propósito de estudo, ou seja, o reconhecimento da identificação como a expressão de um laço emocional com outra pessoa. A identificação que mantém a coesão de um grupo é o mesmo processo pelo qual o ego constitui-se. Desta forma, é possível afirmar que a identidade coletiva está intimamente associada à identidade individual, à constituição do ego. Quando pensamos na constituição da identidade coletiva dos adolescentes internados no DEGASE, devemos pensar que há em cada um, já constituído, um conjunto de identificações, e que a constituição desta identidade coletiva se dá pelo processo de identificação, identificação essa conjugada com diversas outras categorias que atuam diretamente, seja como um movimento de resistência ou movimento de auto-defesa, na identidade coletiva. É o conflito entre o eu ideal e o ideal de eu.

Esta categoria, identificação, é importante neste trabalho como categoria de análise tendo em vista os objetivos apresentados. Além disso, é possível perceber como esta categoria é frágil. Aqui, não nos propomos a esgotar toda a discussão a respeito das teorias de Freud, tampouco a de outros autores. O que nos interessa é formar uma base para construção de caminhos de análise a partir do discurso dos adolescentes internos do DEGASE, como forma de verificar nossa questão de pesquisa.

### **3.2 Análise do Discurso**

A Análise do Discurso (AD) se constitui a partir de três campos de saber: a lingüística, a teoria do discurso e o materialismo histórico. Pela lingüística, consideramos a língua como algo não transparente, utilizando a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; pelo materialismo histórico, consideramos que a história tem sua materialidade, o

homem faz a história, mas esta também não lhe é transparente, além de consideramos as teorias das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias, e, finalmente, com a teoria do discurso, teoria esta que estuda a determinação histórica dos processos semânticos, acrescentando-se, ainda, a psicanálise, considerando o sujeito contendo sua opacidade, este sujeito não é transparente nem para si mesmo. Estas diferentes formas de opacidade é que vão construir o cerne do conhecimento de cada um desses campos do saber, considerando-se o sujeito por uma concepção da psicanálise.

Segundo Pêcheux (apud ORLANDI; RODRIGUES, 2006), não se trata de se adicionar, de forma inocente, estes três campos para que possamos caminhar para uma teoria do discurso. Utilizamos a conjugação destes três campos, pensando a materialidade discursiva como apenas um reflexo da mistura destes três campos, constituindo o discurso como objeto de análise. A AD tem seu objeto e métodos próprios de análise que se utiliza dos conhecimentos da lingüística, do materialismo histórico, da teoria do discurso e da psicanálise, como o um campo que perpassa os demais, mas não se confundem com eles, ao contrário, a AD pressupõe estes três campos.

A AD vem a constituir-se como uma disciplina de entremeio, atuando na contradição destes três campos de saber (lingüística, teoria do discurso e materialismo histórico, permeados pela teoria psicanalítica). Podemos dizer que AD se faz entre a lingüística e as ciências sociais. Aquela pensa a linguagem, excluindo o histórico-social; estas pensam o materialismo histórico não considerando a linguagem em sua materialidade. A AD vai colocar para a lingüística elementos da lingüística; para as ciências sociais, elementos das ciências sociais. Importante ressaltar que a AD não é uma resposta a estas questões, mas uma possibilidade de deslocamento de um campo teórico a outro, de forma que estes dois campos se relacionam de maneira constitutiva e não periférica.

### 3.2.1 Língua e fala, língua e discurso

A AD constitui-se no entremeio entre a lingüística e as ciências sociais, como vimos anteriormente. Desta forma, há um deslocamento da dicotomia língua-fala (Saussuriana) para uma relação não-dicotômica entre língua e discurso.

Saussure (2000) entende a linguagem como uma divisão entre língua e fala. Língua é o sistema, é social, onde a regularidade se faz presente. Fala, ao contrário, tem caráter

individual, ocasional, histórico, e constitui-se de variáveis. Ao separar língua e fala, separa-se o que é social do que é histórico.

Esta dicotomia apresentada por Saussure permitia somente a análise da língua, enquanto sistema, constante, enquanto a fala, considerada a-sistemática, desorganizada, não era passível deste processo de análise. No deslocamento língua-discurso, o discurso é considerado objeto de análise, desde que consideremos o que é lingüístico com os seus modos de produção.

A AD não trabalha com a idéia de língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, verificando suas maneiras de significar, com homens falando, produzindo sentidos, sejam enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada sociedade ou grupo social.

Uma outra consideração importante é a noção de discurso. Pêcheux (2009) contesta o esquema elementar da comunicação, diz que o discurso vai mais além do que simples transmissão de informações. Considera o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores. O conceito de emissor/receptor caracterizaria uma passividade entre as partes, a partir da idéia de que alguém “transmite” uma mensagem a outro, este outro a recebe e a processa de acordo com a vontade deste emissor. Essa relação não existe, ambos estão tocados pelo simbólico. O que há são efeitos de sentido que resultam da relação entre locutores, sujeitos simbólicos, que participam do discurso, dentro de uma circunstância dada e afetados pela sua memória discursiva. Percebe-se que o sujeito e a situação, desprezados pela lingüística, contam para a AD, mas só contam na medida em que estes são redefinidos discursivamente como partes da produção do discurso. Desta forma, não podemos negar que a relação do discurso com suas condições de produção são essenciais para sua existência, sua exterioridade.

A memória tem importância fundamental quando falamos em discurso, pois nesta perspectiva, falamos em interdiscurso. Interdiscurso pode ser “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, é o que chamamos de memória discursiva” (ORLANDI, 2007, p. 31). Esta memória discursiva é o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de algo pré-construído, aquilo já-dito, que está na base do discurso e o sustenta em cada palavra pronunciada. O interdiscurso afeta o sujeito a partir do momento em que este toma, por exemplo, uma palavra de ordem, o já-dito, para sustentar uma situação discursiva dada. Um exemplo é o discurso de adolescentes infratores envolvidos com o tráfico de drogas, que assumem uma posição em relação a uma determinada facção e produzem seu discurso com base em discursos anteriores, que passam a significar no

momento de sua produção. Todos os sentidos ditos por alguém, em outro lugar, em outro período, têm um efeito sobre o que este adolescente diz, são sentidos convocados, por exemplo, pelas palavras de ordem do Comando Vermelho (CV): paz, justiça e liberdade. Estas palavras pressupõem uma experiência anterior, da própria criação do CV, a alocação de presos políticos, muitos, militantes da esquerda, com criminosos comuns no presídio da Ilha Grande. Os ideais da esquerda acabaram se entrecruzando com a prática delituosa, o que gerou o CV, sua doutrina e discurso próprios.

Outro ponto importante é a reflexão sobre os “efeitos de sentidos” para melhor entendermos a noção de discurso. Novamente, é preciso considerar que não é possível pensar na transmissão de idéias ou informação entre interlocutores. Se pensarmos assim, somos conduzidos a uma concepção de sentido prévio, estabilizado, verdadeiro e único. Não há lugar para a ambigüidade, para o lapso, para o chiste, para os deslizamentos, para os desvios e mal-entendidos. Essa concepção descrita (sentido prévio, estabilizado) não é adotada pela AD. Esta considera que o sentido sempre pode ser outro além do que é dito, e este outro sentido depende das posições onde estes interlocutores estão inscritos. Isso significa dizer que o discurso pode significar uma coisa para quem o formulou e significar uma outra coisa para quem o interpretou, tendo em vista o intervalo entre interlocutores, intervalo este que vai muito além do espaço físico que os separa. Este intervalo, inclusive, pode ser pensado como a própria posição ideológica do interlocutor, inscrita em uma Formação Discursiva (FD) igualmente diferente, a qual é responsável pela produção de sentidos considerados não-coincidentes, atribuídos a um mesmo dizer.

A Formação Discursiva para a AD é o lugar de constituição do sentido e este postulado contraria a idéia de que a língua é transparente. Pêcheux (2009), por sua vez, afirma que um sujeito inscreve-se, sempre, por identificação em uma Formação Discursiva que autoriza certos sentidos e impede a ocorrência de outros. Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam em seu discurso, mas também, e sobretudo, ele significa ao significar ou ao re-significar o seu dizer.

### 3.2.2 Formação Discursiva

Um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relações com outros discursos, no interior de domínios do saber. Chamamos a isso de Formações Discursivas (FD).

Segundo Foucault (2007a), uma Formação Discursiva se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação e desaparecimento de certos enunciados discursivos. Indursky (1997) afirma que uma Formação Discursiva é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizada através deste sistema.

Uma Formação Discursiva não é atemporal, determina regularidades que são próprias a seu momento de formação, estabelece ainda a articulação entre diferentes séries de acontecimentos discursivos, transformações, mutações e processos, constituindo um esquema de correspondência entre diferentes séries temporais (INDURSKY, 1997, p.31). Percebe-se que uma Formação Discursiva não é um modelo de interpretação aplicado a qualquer época e em qualquer contexto de sua produção, mas que é possível se estabelecer uma correlação entre outras Formações Discursivas, tendo em vista suas características.

Foucault (2007) afirma que discurso é constituído por um conjunto de enunciados que provém de uma mesma Formação Discursiva, por exemplo, o discurso do CV. Há dois princípios importantes quando falamos em enunciados: o princípio da dispersão e o princípio da repartição. Ambos delimitam uma Formação Discursiva, de tal forma que sua demarcação revela o nível do enunciado e a descrição dos enunciados indica a maneira pela qual se organiza o nível enunciativo, o que possibilita a individuação de uma Formação Discursiva. Há, neste caso, uma certa recursividade entre as noções de Formação Discursiva e enunciado.

Ainda segundo Foucault, um enunciado pertence a uma FD assim como uma frase pertence a um texto. Em ambos os casos, o estabelecimento dos sentidos não se dá de forma aleatória, percebe-se que no caso dos enunciados, as condições de produção são essenciais para a construção destas matrizes de sentido. A regularidade é o ponto principal para uma FD, pois a regularidade dos enunciados é definida pela FD que estabelece, para os enunciados, uma lei de coexistência.

Segundo Pêcheux e Fuchs (apud INDURSKI, 1997), na elaboração da teoria do discurso, a noção de Formação Discursiva foi retomada à luz de um quadro epistêmico em que se inscreve a AD, tomando a seguinte configuração: a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, e

Cada Formação Ideológica (FI) constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais e nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX; FUCHS apud INDURSKI, 1997, p. 32).

Estes elementos são considerados exteriores à Formação Discursiva, mas se refletem em seu interior, influenciando diretamente esta formação. As Formações Ideológicas comportam necessariamente uma ou várias Formações Discursivas interligadas que determinam o que pode e o que não pode ser dito, o que deve e o que não deve ser dito em uma manifestação discursiva, no interior de um certo aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes. Isto significa que uma manifestação discursiva operará sentidos de acordo com a Formação Discursiva em que estiver inserida, e mais ainda, poderá operar diversos sentidos em diversas Formações Discursivas. Isto se dá porque a produção de sentido se constitui a partir da inscrição de uma expressão em uma Formação Discursiva em relação com diversas outras expressões. Percebe-se que o discurso não é único, individual, permeado ainda com as Formações Ideológicas em que esta Formação Discursiva estiver inserida.

Estes processos discursivos, como se pode perceber, não têm origem no sujeito. Este não é o “fundador do discurso”, mas encontra-se dentro de uma Formação Discursiva que direciona seu discurso. Isso significa dizer que há uma “ilusão discursiva” por parte do sujeito, a partir do momento em que ele se considera o fundador, a fonte de sentido (ilusão-esquecimento 1), além de considerar ter o domínio sobre o que diz, ser o mestre de seu próprio processo de enunciação, dominando todas as estratégias discursivas necessárias ao dizer o que pretende (ilusão-esquecimento 2) (PÊCHEUX, 2009).

Por meio desta idéia apresentada por Pêcheux, percebemos que as duas ilusões convergem para o processo de formação ideológica e psíquica do sujeito. Este, envolvido em uma formação ideológica, acredita (ilusão) que é o detentor de todo o poder que o leva a considerar-se sujeito de seu discurso. O sujeito insere-se em uma Formação Discursiva, submete-se a ela, incorporando-se ao lugar social que lhe cabe, tornando-se parte desta Formação Discursiva, muitas vezes, aceitando livremente sua submissão.

Em relação à constituição psíquica do sujeito, este é uma representação do que enuncia e do que enunciam a seu respeito. “Sua interpelação em sujeito relaciona-se com o imaginário e sua estruturação como sujeito faz-se através de sua relação com o simbólico” (INDURSKI, 1997, p. 33). Estas duas posições, a constituição pelo imaginário e pelo simbólico, é que atuam na constituição do sujeito do discurso. Ele acredita ser consciente, mas é afetado pelo inconsciente; acredita ser livre, mas é interpelado o tempo todo. Estes são os mecanismos dos dois esquecimentos apresentados: acredita ser o produtor de seu discurso e acredita dominar

todas as estratégias de produção de seu discurso. Estes conceitos são importantes, pois se acredita que no caso dos adolescentes internos do DEGASE, tais mecanismos atuam fortemente, a partir do momento em que estes internos “produzem” seus discursos, acreditando em sua autonomia e domínio destes discursos.

A importância da abordagem dos dois tipos de esquecimento-ilusão se dá em função da análise das Formações Discursivas. O esquecimento 1 está relacionado à base lingüística e o esquecimento 2, relacionado ao processo discursivo.

O exame da base lingüística, sem dúvida, é fundamental para identificação de uma Formação Discursiva, mas é insuficiente para este fim. Torna-se necessário conjugar a análise da base lingüística com a observação do processo discursivo. Na análise da base lingüística, examinam-se os mecanismos sintáticos, e os funcionamentos enunciativos, des-superficializando os mecanismos, procurando buscar famílias parafrásticas e estabelecer as matrizes de sentido (processo de regularidade). Após este processo é que se é possível a de-sintagmatização discursiva, o que nos leva a atingir o processo discursivo (esquecimento 2), determinando a Formação Discursiva que afeta o sujeito do discurso.

Desta forma, percebe-se que uma Formação Discursiva não é um jogo de vale-tudo, mas ao contrário, busca-se um corpus fechado, com sua regularidade, estabilidade e homogeneidade. Isto nos permite construir as identidades sociais destes grupos que compõem este corpus.

O dizer não é particular, as palavras não são nossas, significam pela história e pela língua, não há um discurso adâmico. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem controle sobre a constituição dos sentidos do que diz sobre ele. O fato de existir um já-dito é fundamental para entendermos o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Quando há a repetição de uma palavra de ordem, por exemplo, “paz, justiça e liberdade”, há toda uma filiação de dizeres, a uma memória, a uma história, que é possível identificá-lo com todo um processo ideológico.

Esta abordagem sobre o esquecimento e ilusão não tem a intenção de tratá-lo como um “defeito”, ao contrário, são estruturantes (ORLANDI, 2007a, p.36), é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos que estes sujeitos atribuem à materialidade discursiva. Os sujeitos “esquecem” o que foi dito (esquecimento não-voluntário), para, ao se identificarem com o que dizem, constituírem-se como sujeitos. É desta forma que as palavras adquirem sentidos, é a forma como os sujeitos constroem seus sentidos, significando ao retomarem palavras já existentes como se elas fossem originárias a partir deste sujeito. É desta forma que sujeito e

discurso estão sempre em movimento, estabelecendo significados de muitas maneiras, criando suas Formações Discursivas.

O propósito da utilização da AD neste trabalho se dá em virtude do aparato teórico e técnico para o estabelecimento das matrizes de sentido que vão ao encontro das categorias elencadas. O discurso torna-se revelador, possibilitando a verificação dos processos de identificação existentes, tendo em vista a atuação do inconsciente, às formações ideológicas, as próprias Formações Discursivas que podem encontrar-se presentes no discurso dos adolescentes internos do DEGASE.

#### 4 MÉTODOS DE PESQUISA

A perspectiva teórica que foi adotada insere-se na vertente crítica, tendo em vista contemplar o conceito de formação identitária dentro da concepção de transformação da sociedade. A pesquisa percorre os caminhos da abordagem qualitativa, que é essencialmente relacional. Ao adotarmos o paradigma crítico, busca-se apreender os dados dentro de uma perspectiva historicamente traçada a partir das relações sócio-políticas que compreendem as relações entre grupos e instituições e a produção e transformação das redes de poder. A opção pela pesquisa qualitativa deu-se pelos próprios objetivos estabelecidos neste trabalho, na medida em que se busca entender a natureza de um fenômeno social, a formação identitária dos adolescentes internos das unidades do DEGASE.

Richardson et al (1999) afirmam que nas pesquisas sociais há domínios quantificáveis e outros qualificáveis, e que a qualidade da pesquisa depende do fenômeno a ser analisado e do material que os métodos pretendem coletar, e, mais ainda, a forma de analisar estes dados. Como o material coletado foi o discurso destes adolescentes e o instrumento de análise foi a Análise do Discurso, que pelos seus próprios princípios não nos permitiria uma quantificação, esta pesquisa tem um cunho essencialmente qualitativo.

Certamente há muitas críticas relativas à validade da pesquisa qualitativa. Richardson et al (1999) apontam que uma das críticas refere-se às poucas tentativas que são feitas para colocar as concepções e condutas das pessoas participantes da pesquisa em um contexto histórico ou estrutural, considerando-se suficiente descrever formas diferentes de consciência sem tentar qualquer explicação como e por que estas formas se desenvolveram. Esta é uma questão que, neste trabalho, foi alvo de preocupação e de cuidado, problemas minimizados pelo próprio aporte teórico da Análise do Discurso, que considera a própria história do sujeito do discurso, a ideologia dominante (formação ideológica) e a inscrição do discurso em determinada formação discursiva, o que significa dizer “como este discurso se constitui” e não “o que este discurso significa”, alvo da Análise de Conteúdo.

Uma outra crítica refere-se à condução da pesquisa qualitativa e de suas técnicas. As críticas são quanto a uma tendência a não adotar uma atitude crítica das concepções e consciência dos envolvidos na pesquisa, sem considerar o desenvolvimento epistemológico do trabalho. O pesquisador não é um mero repórter, que se limita a narrar o que coletou, construindo uma espécie de “sociologia livre” (RICHARDSON et al, 1999). Isto significa dizer que, na pesquisa qualitativa,

a relutância em enfrentar os processos pelos quais as diferentes formas de consciências são social e historicamente construídas, junto com a ausência (sic) de qualquer avaliação do status epistemológico e potencial emancipatório de um conjunto de crenças, significa pouco mais que uma legitimação passiva da ideologia dominante. (RICHARDSON et al, 1999, p. 65).

Esta é uma outra preocupação que foi observada no trabalho, principalmente na condução da técnica adotada para a coleta de dados. Aqui, buscou-se, dentre as diversas técnicas de coleta de dados apontadas nos estudos sobre educação, uma que se aproximasse do propósito deste trabalho.

Na coleta de dados, foi adotada a técnica de grupo focal (GF). Esta técnica, apesar de ser alvo de críticas quanto à sua validade, foi a que mais se aproximou dos propósitos deste trabalho. Outras técnicas, mais usuais, poderiam ser utilizadas, como a entrevista, por exemplo, mas dada a especificidade do processo de análise (a análise do discurso), optou-se pelo grupo focal.

É importante fazer algumas considerações quanto a esta escolha. O grupo focal caracteriza-se pela construção de um debate coletivo com os sujeitos da pesquisa. Há algumas críticas quanto ao controle e condução do grupo, mas desde que bem planejado e conduzido, funciona perfeitamente, o que ocorreu nesta pesquisa.

Uma outra crítica refere-se à aplicabilidade do grupo focal. As primeiras aplicações deram-se em estudos de marketing e pesquisas de mercado, mas esta técnica vem sendo amplamente utilizada pelas ciências sociais, em particular pela educação. Desta forma, consideramos o grupo focal como

Uma técnica de pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e num certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (CRUZ NETO et al, 2002, p. 22).

A escolha desta técnica se deu após a definição do objeto da pesquisa, do estabelecimento dos objetivos específicos e da metodologia adotada para a análise dos dados. Um outro ponto que contribuiu para a escolha do GF foi a possibilidade que esta técnica proporciona quanto a elucidação de aspectos relacionados ao exame de idéias, de relatos, de intercâmbios lingüísticos, dentro de um determinado contexto cultural, além de criar um público para cada um dos participantes, o que possibilita a liberdade de cada um se expressar livremente. Igualmente importante é a possibilidade da captação, por meio das interações

sociais, das zonas de conflitos, das contradições, tensões nas falas dos adolescentes, ou seja, o seu discurso.

Após a definição da técnica de coleta, adota-se, na análise de dados, a Análise do Discurso (AD) da linha francesa, proposta por Michel Pêcheux. A AD prevê que em seu desenvolvimento deve-se levar em consideração os deslizos, os atos falhos, os chistes, ou seja, a própria atuação do inconsciente na produção deste discurso. Uma outra técnica de coleta de dados, como, por exemplo, entrevista não surte o efeito desejado e não atende aos objetivos propostos neste trabalho, já que o respondente (neste caso, o adolescente interno do CRIAAD) vem preparado, com um discurso já elaborado, tendo em vista a sua própria rotina dentro das unidades. As entrevistas com os técnicos do DEGASE (psicólogos, assistentes sociais etc) são freqüentes, desde a entrada do adolescente no sistema, até o término da medida sócio-educativa aplicada (no máximo de três anos), o que, de certa forma, compromete a espontaneidade em função de um discurso elaborado.

Cabe, ainda, ressaltar que o cunho desta técnica é essencialmente qualitativo, o que por si só demanda todas as críticas já elencadas, tendo em vista que os participantes usam sua “fala” para a apresentação de conceitos, impressões e opiniões acerca de determinado tema. Esta “fala” não é descritiva, mas uma fala em debate, já que todos os pontos de vista são debatidos pelos participantes. A riqueza da coleta reside exatamente neste ponto. Uma fala individualizada é mais “preparada”, mais “elaborada” do que uma fala em grupo. Esta última, ao contrário, de acordo com seu desenvolvimento, torna-se mais espontânea, mais livre, permitindo que todos os conceitos previstos na AD sejam verificados e analisados. A preocupação, neste trabalho, não é formar consensos, reforçar comportamentos ou fomentar novas ideologias, mas permitir que os adolescentes se revelem por meio de seus discursos, em uma atuação coletiva, compartilhada.

Cruz Neto et al (2002) afirmam que há dois procedimentos na condução do GF: o primeiro refere-se à manutenção do mesmo grupo e realizar com ele mais de um GF, abordando outros temas ou aprofundando temas já discutidos; o segundo refere-se à manutenção de um mesmo tema, mas com a substituição dos participantes do GF. Neste trabalho optamos pelo segundo procedimento, tendo em vista os objetivos estabelecidos, já que há um maior alcance em relação ao grupo de informantes elencado, já que não se pretende, aqui, trabalhar com uma simples amostragem do grupo.

Ainda, segundo Cruz Neto et al (2002), a técnica do grupo focal prevê uma equipe composta de acordo com o que se chama de Macro-momento: no primeiro macro-momento, prevê-se que a equipe se constitua de um mediador, de um relator, de um observador e de um

operador de gravação; o segundo macro-momento prevê que a equipe se constitua de um transcritor de gravação e de um digitador.

Tendo em vista a especificidade da pesquisa, o próprio autor conduziu o grupo focal, já que o conhecimento do assunto, a observância dos objetivos e a própria definição do objeto são importantes para a condução desta técnica. Isto significa dizer que há uma sobreposição das funções previstas por Neto et al. A função de mediador foi exercida por um pesquisador (P1), assim como as funções de relator, observador e operador de gravação. No macro-momento 2, as funções de transcritor e digitador foram, igualmente, exercidas pelo P1.

Na condução dos debates, um roteiro foi elaborado, funcionando como um guia para a discussão dos temas. Este roteiro levou em consideração alguns tópicos que conduziram os diálogos, tópicos estes construídos a partir das questões de pesquisa construídas e pelos objetivos propostos.

No percurso desta pesquisa, inicialmente, foi solicitada a autorização para a coleta de dados no CRIAAD de Duque de Caxias, junto à Vara da Infância, Adolescência e do Idoso desta cidade, tendo em vista que os adolescentes internados no CRIAAD encontram-se sob a tutela do Estado, devendo responder por estes adolescentes. Posteriormente, munido da referida autorização do Juiz, solicitou-se junto ao DEGASE a autorização para o desenvolvimento da pesquisa, anexando toda a documentação solicitada.

No CRIAAD, os grupos focais foram compostos por 4 adolescentes cada, com duração de, no máximo, uma hora cada grupo. Buscou-se formar grupos, os mais homogêneos possíveis, agrupando adolescentes que foram apreendidos por envolvimento com o tráfico de drogas e adolescentes apreendidos por outros tipos de delitos. Acredita-se que os adolescentes que têm envolvimento com o tráfico de drogas apresentem relações de poder e relações hierárquicas mais rígidas do que os outros grupos. A faixa etária varia de 12 a 18 anos, e sexo masculino é o predominante, tendo em vista que o CRIAAD de Duque de Caxias abriga somente adolescentes do sexo masculino.

O primeiro grupo constituiu-se por 4 adolescentes, com idades de 17 a 19 anos, sendo 1 reincidente e 3 não reincidentes, todos têm envolvimento com o tráfico de drogas, sendo apreendidos pela polícia por este tipo de ato infracional.

O segundo grupo constituiu-se, igualmente, por 4 adolescentes, com idades de 14 a 16 anos, sendo 3 reincidentes e somente 1 não reincidente. Neste grupo, 3 foram apreendidos por envolvimento com tráfico de drogas, e 1 foi apreendido por roubo.

Cada grupo debate 02 (duas) questões ligadas ao objetivo específico 1 e ao objetivo específico 2. Cada questão envolve cerca de trinta minutos de debate, o que totaliza uma hora

de atividade. Todas as questões estão de acordo com o roteiro de debate proposto neste trabalho (APÊNDICE A).

#### 4.1 Limitação do método

Segundo Alba Zaluar (2004), as barreiras neste tipo de pesquisa, ao adentrarmos um universo que apresenta estreita relação com o crime, são muito fortes, quase intransponíveis, haja vista que há um estranhamento dos integrantes deste universo quanto aos sujeitos que não compõem o grupo ou a facção, sendo este universo somente disponível e acessível àqueles que fazem parte da criminalidade. Esta é, provavelmente, a causa de um silenciamento dos adolescentes quando em presença de sujeitos que não integram seu mundo.

Ainda, segundo a autora, no estudo destes grupos não se deve utilizar o que ela chama de psicologismo individualizado, mas deve-se levar em conta a polifonia (BAKHTIN, 2010) das vozes que compõem o discurso deste grupo, levando-se em consideração as idades, os gêneros, as etnias etc. Nesta pesquisa, este aspecto foi levado em consideração à medida em que adotou-se na condução do grupo focal o universo masculino, com faixa etária definida para cada grupo estudado.

Quanto à questão da condução da pesquisa, no universo do DEGASE, as barreiras mantêm-se fortes. Nos grupos focais, os integrantes constroem um discurso endereçado ao condutor dos trabalhos, alguém que não pertence a este universo. Há uma construção considerada elaborada, fantasiosa, preparada, com o intuito de chocar, já que o objetivo destes adolescentes é manutenção de uma barreira intransponível. Um fato importante foi que na condução dos grupos focais percebeu-se que não há a construção de um significado, mas de discursos sobre significados, cujo sentido, muitas vezes, devia-se buscar fora do dito (o não-dito, por exemplo, o silêncio). Esta característica é o que Orlandi (2007) prevê como política do silêncio (silenciamento).

Na construção do universo simbólico dos sujeitos envolvidos com a criminalidade, Zaluar (2004) aponta para uma possível interpretação no que diz respeito à criminalidade. Há uma construção e arranjos simbólicos referentes ao uso e qualidade das armas, ao dinheiro, às mulheres, ao enfrentamento da morte e a uma concepção de indivíduo autônomo e livre. Quanto a estes dois últimos aspectos, há uma forte referência ao CV (Comando Vermelho, com seu slogan “paz, justiça e liberdade”. Estas práticas vinculam-se a um etos de virilidade,

centrado na idéia de um chefe (“patrão”, no discurso dos adolescentes) (ZALUAR, 2004). Isto é facilmente percebido ao lermos nas pichações das paredes das comunidades as iniciais CVRL (Comando Vermelho – Rogério Lemgruber). Lemgruber, ou “bagulhão”, como era chamado, juntamente com “Escadinha”, “Gordo”, “Japonês” e outros, são considerados os fundadores do Comando Vermelho. De acordo com essa observação de Zaluvar, nota-se o fortalecimento nas práticas adotadas pelos grupos que dominam as comunidades e, principalmente, no fortalecimento destas práticas nas instituições de internação, como as do DEGASE. Em todas as comunidades há um “dono”. O exemplo apresentado em “Tropa de Elite”(2008), na cena em que os dois aspirantes-a-oficial, Neto e Matias, vão ao socorro do capitão Fábio, quando, na troca de tiros, o traficante Marcinho, chefe do tráfico local, é morto, representa bem esta realidade. A designação “dono” é citada no discurso da personagem principal, capitão Nascimento, ao se referir ao traficante, quando determina que os policiais desçam somente “o dono” do morro. Apesar de ser um filme, com todas suas características ficcionais, esta sequência representa bem esta realidade. Deve-se lembrar que os roteiristas contaram com consultores que foram ex-oficiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o que significa que a construção do discurso destas personagens retrata uma realidade.

O grande engajamento de adolescentes no tráfico de drogas, um número crescente a cada ano, tem como uma das razões a construção e o fortalecimento de uma identidade masculina, potencializada por uma idéia de poder criada pela perspectiva do tráfico de drogas. Neste universo há a presença do aspecto institucional, representado pela polícia (o inimigo comum) e pela justiça, do qual os adolescentes fogem permanentemente. É preciso lembrar que quando falamos em institucionalização, devermos também nos reportar às unidades de internação coletiva, onde estes adolescentes cumprem suas medidas sócio-educativas por um período máximo de três anos. Há um fluxo rígido neste sistema: polícia-justiça-instituição.

## 5 MEMÓRIA, SUJEITO, IDEOLOGIA

A ordem do discurso dos adolescentes do CRIAAD, com suas características de exclusão e resistência, é marcada pela relação com a ideologia do Comando Vermelho e com o movimento de resistência ao próprio sistema de internação, relacionado ainda com o próprio processo histórico das facções criminosas e com o processo histórico da institucionalização do menor no Brasil. O que se quer dizer é que na constituição do discurso dentro do CRIAAD há o fortalecimento do processo histórico do Comando Vermelho e das instituições de atendimento ao menor (hoje, adolescentes). Esta memória atua fortemente nas relações entre instituição/instituído, criando um elemento moderador que regula o que pode ser dito e o que não pode ser dito e, mais importante, o que deve ser dito e o que não deve ser dito. Estes dois pólos, Comando Vermelho-Degase, influenciam diretamente na construção de uma identidade própria, específica, dos adolescentes. Esta identidade se faz por meio da adesão, nem sempre voluntária, a uma determinada ideologia, a ideologia das facções criminosas. O que se quer dizer com isso? Há um conflito, muitas vezes velado, entre o que assiste e aquele que é assistido. A força (não necessariamente física) que a instituição impõe a este adolescente faz com que surjam movimentos de resistência com características próprias e restritas a um determinado grupo.

Desta forma, para se estabelecer um dispositivo de análise dos discursos institucionais<sup>18</sup> deve-se considerar o processo de constituição desta instituição em seu caráter histórico e na maneira como ela se constitui enquanto discurso.

A discussão sobre as instituições torna-se importante, pois estas são consideradas como elementos cristalizados de domínio dentro de uma estrutura social. Ora, o DEGASE certamente é uma instituição, mas não poderia também o Comando Vermelho ser considerado como tal? Segundo Merton (apud MARIANI 1996, p. 73), “uma instituição define, regula e controla os modos aceitáveis de se alcançar [...] objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses, mantidos como objetivos e legítimos...”. Ainda, as instituições são definidas como base nos lugares sociais ocupados pelo sujeito já que cada grupo social liga seus objetivos culturais a regulamentos, normas, regras, de acordo com seus costumes, para que se atinjam tais objetivos.

---

<sup>18</sup> Neste trabalho nos permitimos adotar a noção de instituição para designar o Comando Vermelho, já que o DEGASE, por si só, socialmente e juridicamente já é considerado como instituição.

O DEGASE, como instituição, reflete esta idéia inquestionavelmente, porém, mais uma vez, o Comando Vermelho também não reflete esta idéia? Há um objetivo historicamente definido, enraizado nos diversos grupos e subgrupos desta facção, que estabeleceu as normas e regras de funcionamento para o cumprimento de tais objetivos, com um forte controle social e hierarquização que modelam as práticas existentes<sup>19</sup>.

As instituições são resultantes de processos de linguagem, representam-se e se fazem representar pela linguagem. O que se quer dizer é que um discurso institucional não se constitui sem a história das instituições, com sua memória e ideologia. Por isso é importante analisar a história de uma instituição antes de se analisar os discursos ali produzidos, tentando entender como a instituição se discursivizou, ou seja, como o processo histórico, com suas transformações em que se concebe o sujeito com sua relação com o mundo, produz os sentidos que constituem tal instituição? Este tipo de processo histórico-linguajero é que nos permite conhecer e compreender as práticas discursivas institucionais no quadro de suas formações imaginárias. Como entender os discursos dos adolescentes do CRIAAD sem entender os discursos do DEGASE e o discurso do Comando Vermelho? A compreensão deste processo é que nos conduz a uma melhor compreensão dos processos através dos quais os discursos presentes (DEGASE/CV) irão representar os acontecimentos.

A formalização de tipologia de discursos institucionais é possível a partir do estabelecimento dos critérios discursivos. Esta formalização é igualmente possível porque entendemos que as instituições são parte de um processo ideológico que apaga para o sujeito o seu assujeitamento às formações discursivas específicas, produzindo um efeito de literalidade, provocando a sedimentação, ou cristalização, de sentidos, aliadas à legitimação de práticas sociais (MARIANI 1996, p.76). Estas práticas discursivas é que vão determinar que sentidos e condutas são permitidas e não permitidas pela instituição.

Estas instituições existem aos olhos da sociedade por suas práticas e discursos, normas e leis. Com isto, todos sabem o que é aquela instituição por meio de um efeito de reconhecimento (aqui, reafirmamos, se enquadra também o Comando Vermelho). Este efeito de reconhecimento conduz todos a considerar como naturais e legítimas os discursos e as práticas sociais.

Foucault concebe a instituição como uma dimensão de normatização ou disciplinarização da ordem da possibilidade do discurso, ou seja, é a dimensão da norma e da disciplina presentes no discurso produzido pelos sujeitos que integram tal instituição. Neste

---

<sup>19</sup> Na década de 80, a polícia do Rio de Janeiro apreendeu um documento do Comando Vermelho que se chamava “Estatuto do bom bandido”. Neste documento constavam as regras que o integrante desta facção deveria seguir a fim de manter a coesão interna do grupo com fins de manutenção e fortalecimento da facção.

ponto é que considera-se que a AD pode verificar como a legitimação das instituições presentes neste trabalho acontece no discurso e como elas se significam no seu embate, tendo o adolescente como sujeito, verificando o movimento de sentidos, ora do CV, ora do DEGASE, tentando conhecer suas regularidades e variações, ambos em relação com sua própria historicidade.

## 6 COMANDO VERMELHO – CVRL

O Comando Vermelho (CV) é uma das muitas facções criminosas existentes no Rio de Janeiro, foi a primeira a surgir, não com este nome, mas com a designação de Falange Vermelha.

Seu surgimento, ou criação, data da década de 80, no presídio da Ilha Grande. É importante ressaltar alguns pontos da história da criação do CV, bem como de sua constituição.

O CV nasce na Ilha Grande, cadeia que foi criada na Primeira República, quando ali existia um posto da fiscalização sanitária para os navios que poderiam trazer a febre tifóide da Europa e outras doenças da África. Na década de 1920, foi construída a cadeia para presos idosos e para aqueles já em final de cumprimento de pena.

A partir da década de 60, o presídio vira presídio de segurança máxima, Instituto Penal Cândido Mendes, local que acolhia os bandidos mais perigosos do Rio de Janeiro. Neste período comete-se o erro de juntar o bandido perigoso, vindo do continente, com o velho presidiário, que trabalhava como colono na ilha. O presídio, nesta época é tido como uma escola de criminosos (AMORIM, 1993).

O presídio da Ilha Grande foi comparado, em certa época, com o “Caldeirão do Diabo”, presídio francês de Caiena, na Ilha do Diabo, extremo norte do continente sulamericano. Neste presídio, desativado em 1946, foi preso Henry Charrière, o Papillon, personagem interpretado por Steve MacQueen, filme de grande sucesso que retratava os horrores do presídio.

Antes de ser conhecido como Instituto Penal Cândido Mendes, o presídio da Ilha Grande se chamava Colônia Correccional de Dois Rios, local que abrigou várias personagens ilustres, condenados por crimes políticos na ditadura de Vargas e, mais tarde, pela ditadura militar. Dentre estas personagens, a mais conhecida foi Graciliano Ramos, preso em 1936 pelo regime de Vargas, quando escrever “Memórias do Cárcere”, obra em que conta a dura rotina do presídio já naquela época.

O fator decisivo para o presídio da Ilha Grande ocorre no ano de 1979. O diretor do presídio, capitão Nelson Salmon, descobre em poder de um dos presos, Giovani Szabo, uma obra intitulada “A Guerrilha Vista por Dentro”, de Wilfred Bulcher, jornalista que acompanhou durante anos a luta popular no Vietnã. Este livro narra as estratégias adotadas pelos vietcongues, a produção de armamentos etc. Foi uma obra que teve edição reduzida no

Brasil e foi recolhida pelo regime militar, por conter instruções e comentários sobre a luta armada. O diretor do presídio se surpreende ao encontrar este tipo de livro nas mãos de um preso comum, principalmente ao verificar que trechos destacados no livro, se retirados do contexto, formam um manual de procedimentos e conselhos para o combate básico (AMORIM, 1993).

O presídio da Ilha Grande apresentava duas grandes divisões: um grupo de galerias que eram dominadas por uma facção conhecida como Falange Zona Norte ou Falange Jacaré e o pessoal da LSN (Lei de Segurança Nacional) ou “fundão”, já que era a galeria do fundo do presídio. No “fundão” era onde os presos políticos, presos em virtude da LSN ficavam confinados. Os presos políticos permaneceram no presídio da Ilha Grande de 1969 a 1975, transferidos posteriormente para o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, no centro do Rio de Janeiro. Apesar da transferência destes presos para o Rio de Janeiro, suas marcas permaneceram nas galerias da Ilha Grande, principalmente na Galeria B, local dos presos políticos.

Na Galeria B da Ilha Grande se encontravam os presos comuns condenados por crimes previstos na LSN (assalto a bancos, a instituições financeiras, por exemplo). O regime militar tentou despolitizar a ação armada da esquerda nas décadas de 60 e 70, tratando-as como bandidos comuns. Ao nivelar o bandido comum ao militante de esquerda, o sistema comete um grave erro, pois o encontro de bandidos comuns com os integrantes das organizações revolucionárias rende um fruto perigoso: o Comando Vermelho.

Em 1969, esta iniciativa do regime militar é transformada em lei e regulamentada pelo artigo 27 do Decreto-Lei 898, o que endureceu ainda mais o regime quanto à repressão aos setores da esquerda que enveredaram pela luta armada. A partir deste decreto, o aparelho repressivo cresce em número e influência política. Houve um incremento nos serviços de informações, que estavam presentes nos diversos segmentos da sociedade (sindicatos, universidades, redações de jornais, igrejas). Várias operações foram criadas como forma de reprimir grupos de oposição ao regime militar<sup>20</sup>, até a criação e centralização das operações nos DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações da Coordenação de Defesa Interna), subordinados ao Ministério do Exército, apoiados pelas polícias estaduais do país.

Os principais grupos revolucionários envolvidos com a luta armada no país eram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a Ação Popular e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), além de outras

---

<sup>20</sup>Operação Bandeirante, em São Paulo; Operação Cavalo de Aço, no Rio de Janeiro, são exemplos destas operações.

siglas de menor importância. Até 1975, todos estes grupos estavam representados na Ilha Grande, na Galeria B ou “fundão”, como era mais conhecido. O artigo 27 da LSN agravava as penas de assalto, roubo e depredações de instituições financeiras. Com isto, estes crimes não mais eram julgados segundo o Código de Processo Penal, passando pelos órgãos da justiça militar, o que gerou algumas personagens famosas da década de 80: Escadinha, Gordo, Bagulhão<sup>21</sup> etc.

A convivência entre presos comuns e presos políticos não foi uma criação do regime militar de 64. Gregório Bezerra, um dos líderes do levante comunista de 1935 e um dos membros do Comitê Central do PCB, amarga longos anos de prisão até ser trocado, em 1969, pelo embaixador Charles Elbrik, sequestrado por um grupo de esquerda no período do regime militar. Gregório Bezerra, em seu livro de memórias, fala do contato com presos comuns na Casa de Detenção de Recife, onde transformou presos e guardas em militantes de esquerda.

José Gregório, o Gordo, também relata a experiência da convivência entre presos políticos e presos comuns quando diz que “tudo era dividido entre todos. Se havia uma banana e dez presos, a banana era dividida para os dez. Ou todo mundo comia, ou ninguém comia”(NOTÍCIAS ..., 1996).

Apesar de em períodos anteriores a prática da convivência entre presos políticos e presos comuns existir, nada de substancial ocorre na organização, formação de quadrilhas ou desenvolvimento de um senso de organização para o criminoso comum. Nas ruas, o crime continua o mesmo: violento, desorganizado, avulso. A conscientização e o surgimento do crime organizado só acontece na década de 70, quando o regime militar abre as portas da cadeia para a oposição, os movimentos de esquerda.

Amorim (1993) diz que, na Ilha Grande, cada grupo de presos, cada facção, tinha sua estratégia própria, seu código interno de leis, normas de conduta e modelos de identificação. Isto de forma fragmentada, dado o grande número de “falanges” existentes no presídio. O importante aqui é ressaltar que as formas de organização, mesmo que iniciais, já eram uma prática dentro do presídio. Uma outra característica era a distribuição de presos por galeria. Aqueles que eram presos políticos ou condenados pela LSN eram designados para a Galeria B; aqueles que, nas ruas, pertenciam às quadrilhas da zona norte do Rio de Janeiro, eram designados para as galerias da Falange Jacaré, e assim por diante. Esta prática ainda é presente no sistema penitenciário do estado, e também nas unidades do DEGASE

---

<sup>21</sup> Dentre os bandidos comuns julgados pelo regime militar, estes três foram os criadores do Comando Vermelho. As inscrições CVRL são uma referência a Bagulhão, que se chamava Rogério Lemgruber.

Há relatos (AMORIM, 1993) de que, em 1974, Alípio Cristiano de Freitas, ex-padre que ingressou na luta armada, chegou à Ilha Grande. Alípio Freitas participa de várias ações armadas, participa de “expropriações” (assaltos a bancos), organiza movimentos sociais e é um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PTR). Entre 1974 e 1975, deixa marcas de um talento nato: organizar. Organiza o sistema de faxina entre os presos, o sistema de comunicação clandestina, a distribuição de comida, o secretariado do coletivo de presos políticos junto à administração do presídio até a remoção de presos políticos, em 1975, para as unidades do Complexo de Frei Caneca. Esta influência junto aos presos do “fundão” torna-se importante para a adoção de uma mentalidade da organização do trabalho e das ações coletivas dentro da cadeia, o que terá reflexos mais tarde.

Outro fator decisivo foi a transferência dos condenados da rebelião dos marinheiros que ocuparam o sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A justiça militar condenou de sessenta a oitenta marinheiros com base no código penal militar da época, que estabelece: “os condenados devem cumprir sentença nos estabelecimentos penais comuns, submetidos aos regimes do estabelecimento”. Todos os presos foram encaminhados ao Complexo da Frei Caneca, indo, em 1967, para o presídio Lemos de Brito. Lá, se organizaram de tal forma que dirigiam assaltos a bancos e sequestros de dentro do próprio presídio. Em 1969 foram transferidos para Ilha Grande juntamente com outros presos políticos. A Ilha Grande era considerada uma prisão de castigo, com um regime mais duro, com a massa carcerária dividida em falanges, cada uma dominando parte do presídio. Os presos políticos levaram para lá sua organização, fortalecida com a chegada dos condenados pela LSN. Havia deputados, professores, funcionários públicos. Há um grande processo de união para enfrentar as dificuldades encontradas no presídio, porém esta união acontece com mais força. O preso ideológico não se contém com a prisão, ao contrário, ele cresce. Na Ilha Grande ocorre uma contaminação ideológica, o que acaba gerando do Comando Vermelho, que perde a formação política original, absorve a estrutura de organização e se organiza como uma quadrilha de crimes comuns. Os bandidos, dentro e fora do presídio adotam o princípio da organização para verticalizar o poder dentro do grupo.

Uma das exigências dos presos políticos, na Ilha Grande, era o isolamento dos presos comuns. Havia um propósito nesta reivindicação, que parecia um tanto elitista. Os presos políticos tentavam se reorganizar e formar um grupo diferenciado dentro da cadeia, conservando as estruturas da militância dos movimentos aos quais pertenciam: contavam com secretário, tesoureiro, dirigentes, tarefas internas etc. Tinham como objetivo reproduzir o modo de vida típico do revolucionário, deixando claro a todos que eram presos políticos,

enquanto o regime militar insistia em tratá-los como presos comuns. Este comportamento visava não só a manutenção de um status quo dentro da cadeia, mas manter a posição de preso político junto à Anistia Internacional, como forma de conseguir a anistia, o que ocorre anos mais tarde.

Na Ilha Grande, o contato entre presos comuns e os presos pelo regime militar rendeu aos primeiros alguns ensinamentos que ainda hoje são presentes: nos assaltos a bancos, “expropriação”, no discurso da esquerda, o dinheiro proveniente deve ser aplicado para render algum tipo de juros. A esquerda aplicava o dinheiro na compra de dólares e ações na bolsa. Os bandidos comuns compram drogas, armas e imóveis; a preocupação da esquerda em formar um conjunto de “aparelhos”, destinados à proteção de seus integrantes também foi integrada ao crime. Nas favelas, há várias moradias em que os traficantes se escondem, dificultando o trabalho da polícia no cumprimento dos mandados de prisão. Um fato importante foi a ordem de uma facção criminosa para que os moradores da favela de Vigário Geral, na década de 90, pintasse todas as fachadas das casas de verde, o que era uma forma de confundir a polícia na detecção de armas, drogas e bandidos<sup>22</sup>. A imprensa, desde os anos 90, realizou diversas coberturas a respeito deste assunto. Estas relações se mantêm até os dias atuais nas instituições de internação coletiva, como, por exemplo, o DEGASE.

---

<sup>22</sup> Este fato foi amplamente divulgado pela imprensa na década de 90, no entanto, não há registros desta finalidade.

## 7 PENSANDO O DEGASE

Foucault, (2007b), faz considerações sobre o sistema penal, o sistema de aplicação das penas, e o sistema judiciário. Um dos pontos importantes em sua genealogia sobre o sistema penal são as considerações sobre a microfísica do poder, encontradas em todo o seio da sociedade, e mais presentes ou percebidas nas instituições de internação coletiva, como as unidades do DEGASE, neste caso.

Foucault (2008) afirma que o poder não é uma propriedade, ninguém se apropria do poder. O exercício do poder se dá por meio de estratégias, que os efeitos de dominação não se dão pela simples apropriação, mas por disposições, manobras, táticas, funcionamentos e técnicas. No poder há sempre uma rede de relações tensas, sempre em atividade, não sendo considerada como um privilégio que alguém pudesse ter. Estas considerações são importantes tendo em vista a própria estrutura de internação do DEGASE, particularmente do CRIAAD: acredita-se que os funcionários lotados nestas unidades detêm o poder, mas na verdade não é isto que ocorre. Há, por meio do sistema, as estratégias, técnicas, manobras que Foucault cita. Alguns servidores são denominados “técnicos”<sup>23</sup>, o que nos chama a atenção pela própria designação. Qualquer servidor não pode ser considerado um técnico em sua área de atuação? Um agente de disciplina não é igualmente um técnico? Uma cozinheira, um servente, um porteiro, todos não são técnicos? Por que somente aqueles profissionais com curso superior que lidam diretamente com os adolescentes recebem esta designação? Será, talvez, uma forma de manter esta tensa relação de poderes entre a instituição e os adolescentes sob um controle estatal? Não serão técnicos no uso das estratégias, manobras e técnicas que Foucault cita?

Há, dentro deste complexo sistema de relações de poder, alguns rituais que os adolescentes devem seguir. Ao serem apreendidos pela polícia (adolescentes que cometem atos infracionais) e encaminhados à DPCA, os adolescentes são alocados em salas de acordo com a facção que pertencem. Mesmo aqueles que se declaram neutros são designados a algum grupo, grupo este rival dos demais. As relações tensas entre os adolescentes se iniciam a partir deste momento.<sup>24</sup>

Estas relações são fortalecidas pelo próprio sistema, que segue a teoria geral do contrato (FOUCAULT, 2007b). Todo cidadão aceita as leis da sociedade, lei esta que

---

<sup>23</sup> Assim são considerados os psicólogos, assistentes sociais, pedagogos.

<sup>24</sup> Não há registro acerca destes fatos. Isto foi presenciado pelo próprio pesquisador no período em que trabalhou na Guarda Municipal do Rio de Janeiro, no momento em que encaminhava adolescentes que cometiam algum ato infracional à DPCA para as devidas providências.

igualmente poderá puni-lo. Os adolescentes infratores aparecem, então, como seres paradoxais, que rompem um pacto, tornando-se inimigos de uma sociedade, mas têm consciência da punição a que estão sujeitos. É comum ouvir aqueles que estão envolvidos de alguma forma com o crime dizerem que “a sociedade é injusta”, invocando a igualdade de direitos, a justiça, a paz (afinal de contas, este é o lema do Comando Vermelho). O DEGASE é o Estado, com todo seu vigor, encarregado de punir aqueles que subvertem à ordem, que quebram o contrato aceito por todos. O castigo, a punição é então coextensiva a todos, ao corpo social e aos seus integrantes.

Historicamente, durante a década de 80, houve um impedimento por determinação do governador do Estado do Rio de Janeiro, da polícia atuar nas favelas. Segundo o depoimento do, então delegado, Hélio Luz, a polícia cumpria o papel de polícia de estado, deveria manter a paz no asfalto, deixando as comunidades que moravam nas favelas à mercê da própria sorte. Com isto, com a ausência do poder público, outro poder se instaura, o poder do tráfico de drogas<sup>25</sup>. O grande problema foi quando estes grupos saíram das favelas e vieram para o asfalto, tendo menores de idade nestes grupos. Este é um dos princípios que Foucault (2007b) remonta ao discutir o sistema penal do século XVIII

Além do mais, se uma boa parte da burguesia aceitou, sem muitos problemas, a ilegalidade dos direitos, ela a suportava mal quando se tratava do que considerava seus direitos de propriedade. Nada mais característico a esse respeito que o problema da delinquência no campo no fim do século XVIII e principalmente a partir da Revolução (FOUCAULT, 2007b, p.72).

Foucault (2007) apresenta cinco ou seis regras para o poder de punir. Algumas delas são perfeitamente aplicáveis nos dias atuais em todas as esferas jurídicas e prisionais, incluindo-se aí o DEGASE<sup>26</sup>. Dentre essas regras, as que são mais próximas a este trabalho são: regra dos efeitos laterais, regra da certeza perfeita, regra da verdade comum.

A regra dos efeitos laterais refere-se ao exemplo da pena. Esta deve atingir mais os que não cometeram o delito do que aqueles que o cometeram. Segundo esta regra, o importante é que se escolha os meios mais eficazes e duráveis no espírito do povo, e os meios menos cruéis sobre o corpo do culpado (FOUCAULT, 2007). Dentro desta perspectiva, há as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o tempo máximo de três anos de cumprimento da medida. Há várias discussões acerca da aplicabilidade e validade do ECA, principalmente no que diz respeito à maioridade penal.

---

<sup>25</sup>Notícias de uma Guerra Particular, documentário de João Moreira Sales e Kátia Lund.

<sup>26</sup>Apesar de não integrar o sistema prisional do Rio de Janeiro, historicamente sua estrutura é semelhante, por isso esta afirmação.

Todos os adolescentes internados nas unidades do DEGASE conhecem bem o ECA e sabem exatamente o tempo máximo de permanência nas unidades. O efeito desejado, neste caso, conforme os exemplos que temos, apresentados pelos órgãos de imprensa, não atende a este princípio.

A regra da certeza perfeita diz respeito ao castigo em si, por ocasião da execução do delito, com as desvantagens precisas que resultam deste delito. É uma forma de desencorajar aqueles que pensam em cometer o mesmo delito. Para isto, as leis que prescrevem as penas devem ser precisas e claras, que estas leis sejam publicadas e que todos tenham acesso à elas, que se elaborem leis escritas. Que a improbabilidade da punição não exista, ao contrário, a certeza de tal punição deve permear toda a relação daquele que comete o delito com o próprio delito. Há também um aspecto igualmente importante: a vigilância. Esta deve impedir o delito ou fazer com que o delito seja punido, daí a polícia e a justiça, com seus papéis definidos pelo próprio sistema, e por fim, que exista a publicidade dos processos, que sejam conhecidas as razões pelas quais o acusado foi condenado ou absolvido. No DEGASE o que vemos um alto grau de reincidência dos adolescentes, verificado no grupo focal, por exemplo. Existe a tipificação do delito, normalmente na relação código penal-ECA (os próprios adolescentes dizem porque cumprem medidas sócio-educativas – art. 33, art. 157 etc). A vigilância é algo constante no sistema, pois o tempo todo o adolescente é vigiado e controlado, seja pelos agentes de disciplina, seja pelo corpo técnico. Quanto à publicidade, existe o segredo de justiça, já que envolve menores de idade. Um ponto que foge a esta dinâmica é a adoção de regras e normas nas unidades do DEGASE. Apesar da tipificação no código penal e no ECA, os adolescentes seguem um rígido código de conduta estabelecido por eles mesmos e, muitas vezes, reforçados pelo próprio sistema.

A regra da verdade comum é um avanço na produção de provas. Antes da reforma, apontada por Foucault, as provas obtidas por meio da tortura, a extorsão da confissão, a utilização do suplício, do corpo para a produção da verdade eram tidos como válidos. Frases arrancadas por meio do sofrimento tinham valor de autenticação, uma presunção acarretava um grau na pena. Com a reforma, a verificação do crime deve obedecer aos critérios legais para obtenção da verdade. A verdade do crime só poderá ser admitida uma vez comprovada. Diante dos discursos dos adolescentes, verificamos que a produção da verdade não segue, muitas vezes, esta regra. Há a declaração de que flagrantes são “plantados”, que “cargas”<sup>27</sup> aparecem juntos aos adolescentes apreendidos pela polícia, ou seja, provas são forjadas.

---

<sup>27</sup> “plantados” significa que provas (drogas, armas) são forjadas pela polícia. O termo “carga” refere-se à determinada quantidade de droga que cada vapor (traficante que vende a droga) leva consigo.

Muitas vezes estas provas não são produzidas para a condução do adolescente à delegacia policial, mas para a própria extorsão da polícia<sup>28</sup>.

Sob o pretexto da humanização das penas, o que se encontra é uma exigência da “suavidade” no poder de punir. O sistema sócio-educativo, desde sua origem, da escola de correção à escola agrícola, no início do século XX até os dias atuais, tem esta preocupação: corrigir o menor, (re)integrá-lo à sociedade. Não desprezamos aqui as tentativas de sucesso do DEGASE, como, por exemplo, a passagem do órgão para a Secretaria Estadual de Educação, mas questiona-se qual é o verdadeiro propósito deste órgão, culturalmente falando. Por parte dos técnicos não se percebe a tão desejada mudança do sistema de atendimento ao adolescente infrator. A própria aplicação do poder de punir, antes por meio dos castigos corporais, agora pelo atingimento na alma (MABLY apud FOUCAULT, 2007b) não se encontra presente nas unidades do DEGASE? No CRIAAD, a vigilância constante, a ocupação do tempo e um sistema rígido de normas reflete bem esta passagem.

Este controle, da alma, é o processo ideológico imposto pelos sistemas punitivos. Há sempre a esperança de “recuperar” o adolescente, conforme o discurso de um agente de vigilância, quando “se dá uma idéia, se chama no canto e mostramos a realidade”. Existe uma gênese que reconstitui uma espécie de receita geral para o exercício do poder sobre os homens: o espírito, como superfície de inscrição para o poder. Há a submissão dos corpos pelo controle das idéias, sendo esta política mais eficiente do que a idéia das punições físicas. Desenvolve-se uma tecnologia dos poderes sutis e eficazes, em oposição ao desgaste do embate, do choque entre o sistema e os internos deste sistema. Será que a passagem do DEGASE para a Secretaria de Educação não é uma representação desta tecnologia? Servan (apud FOUCAULT 2007b, p.45) diz

...Quando tiverdes conseguido formar assim a cadeia das idéias na cabeça de vossos cidadãos, podereis então vos gabar de conduzi-los e de ser seus senhores. Um déspota imbecil pode coagir escravos com correntes de ferro; mas um verdadeiro político os amarra bem mais fortemente com a corrente de suas próprias idéias; é no plano fixo da razão que ele ata a primeira ponta; laço tanto mais forte quanto ignoramos sua tessitura e pensamos que é obra nossa; o desespero e o tempo roem os laços de ferro e de aço, mas são impotentes contra a união habitual das idéias, apenas conseguem estreitá-las ainda mais; e sobre as fibras moles do cérebro funda-se a base inabalável dos mais sólidos impérios.

As punições, para que funcionem, devem, de alguma forma, associar o suplício ao delito, mesmo aquele não acontecendo. Deve-se estabelecer esta associação como um desencorajamento da prática delituosa, criar uma tecnologia da representação, estabelecer um

---

<sup>28</sup> Esta afirmação é comum entre os adolescentes que participaram dos grupos focais. Não há qualquer juízo de valor nesta afirmação, não há qualquer intenção em denegrir o trabalho da polícia.

jogo de sinais-obstáculos (FOUCAULT, 2007b). Um bom exemplo deste sistema é a própria política do CRIAAD. Diferente de outras unidades, o IPS (Instituto Padre Severino), por exemplo, o adolescente, no CRIAAD, se tentar a fuga, não é impedido, porém, durante todo o tempo em que permanece no CRIAAD é lembrado de que sua presença nesta unidade é um “benefício”, pois qualquer desvio de conduta pode acarretar a regressão da medida sócio-educativa, ou seja, o adolescente pode ser transferido para uma unidade com o sistema fechado. A ligação entre os dois pólos (delito-pena), neste jogo de sinais-obstáculos, é imediata, pois o medo de um castigo (a regressão da medida) tende a afastar o espírito do adolescente do caminho do delito, mesmo que momentâneo. É importante frisar que este jogo acontece dentro das unidades, não proporcionando a certeza de que funcionam ou não após o cumprimento das medidas. O que se quer dizer é que na relação sujeito-instituição o jogo funciona, mas na relação sujeito-extramuros, não há a certeza do funcionamento, vide o índice de reincidência dos adolescentes no CRIAAD<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Por ocasião do grupo focal, alguns adolescentes afirmaram que após o término do cumprimento de suas medidas, regressariam ao crime, mas que dentro do CRIAAD, as regras eram cumpridas o tempo todo.

## 8 A CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DEGASE

O aspecto disciplinar é um dos aspectos mais importantes das unidades de internação, assemelhando-se ao regime disciplinar da caserna. Em todas as unidades esta é uma regra geral, manter a docilidade dos corpos, submetidos ao regime institucional (FOUCAULT, 2007b). Basta, para confirmarmos este aspecto, observar o deslocamento dos adolescentes quando são enviados às entrevistas com os técnicos das unidades ou encaminhados à direção da unidade: cabeça baixa, mãos para trás, como uma forma de respeito e sujeição ao sistema. Este aspecto foi notado quando da pesquisa de campo, no momento em que uma das técnicas orientou um grupo de adolescentes a entrar na sala, e um deles perguntou se era para manter as mãos para trás. Neste momento houve uma espécie de “afrouxamento” do regime disciplinar, quando a técnica “autorizou” o adolescente a andar livremente.

Devemos pensar o DEGASE como instituição. Por isso, basemo-nos nos conceitos apresentados por Altoé (1990), que aponta

A definição de instituição leva em consideração que ela é atravessada por vários níveis distintos, o que remete necessariamente ao estudo de sua transversalidade como da de seus membros, como o objetivo de permitir o acesso ao **discurso instituído** (grifo nosso) e ao sistema de poder dentro dela.(ALTOÉ, 1990, p.14)

A estrutura do DEGASE, em sua maioria de unidades, apresenta o regime fechado, o tipo de regime em que os adolescentes cumprem suas medidas sócio-educativas sem a possibilidade de se ausentarem das unidades. Há também um regime mais flexível, o regime dos CRIAAD<sup>30</sup>, em que os adolescentes podem passar os finais de semana com sua família, desde que não cometam nenhuma irregularidade durante a semana, podem ser matriculados em escolas, em cursos técnicos etc, com horários de regressos pré-estabelecidos pelas direções das unidades. A construção deste espaço, DEGASE, podemos afirmar que segue o que Goffman (apud ALTOÉ 1990, p. 15) chama de Instituição Total

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

---

<sup>30</sup> Esta designação é nova. Anteriormente, usava-se a sigla CRIAM. Com a nova política do Estado do Rio de Janeiro, na área de assistência ao adolescente, novas mudanças nas designações das instituições foram estipuladas. Por exemplo, hoje temos o Novo DEGASE, o que era antes o DEGASE.

Apesar do regime mais flexível do CRIAAD, com saídas regulares, este conceito se mantém: os adolescentes têm situações semelhantes (cumprem medidas sócio-educativas pelos mesmos atos infracionais ou por atos infracionais que decorrem de outros), são separados da sociedade, por meio da estrutura física do espaço (há alojamentos com grades e cadeados, os pátios são igualmente gradeados, trancados e vigiados por agentes de disciplina) e são formalmente administrados (há um regime disciplinar bastante rígido: há um horário para acordar, outro para tomar café, outro para trancar os alojamentos etc).

É importante ressaltar que os adolescentes internados nestas unidades têm envolvimento com o tráfico de drogas<sup>31</sup>, têm seu regime próprio, que é hierarquizado, com regras rígidas de comportamento e conduta, regime este que é transposto para o espaço intramuros das unidades do DEGASE. Acreditar que o fato de um adolescente cumprir medida sócio-educativa apaga, neste adolescente, as marcas do tráfico de drogas seria pura ingenuidade.<sup>32</sup> Uma forma de tentar apagar estas marcas é por meio do regime disciplinar imposto, a relação escola-trabalho, uma forma de tentar controlar as ações e operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e impõem uma relação de docilidade-utilidade, o que é a essência da disciplina, conforme Foucault (2007b).

Um outro aspecto, decorrente desta relação, é muito forte, e presente, nas unidades do DEGASE: a disciplina. No Rio de Janeiro, na década de 80, houve a primeira contratação de psicólogas para os quadros das unidades de atendimento ao menor (o DEGASE, até então, não fora criado). Nesta ocasião, conforme Altoé (1990), o papel destes profissionais foi o de proporcionar uma “mudança de mentalidade dos funcionários”, uma vez que a preocupação dominante não era com o processo educacional, mas com o aspecto disciplinar. Decorridos 20 anos, nota-se que este aspecto ainda se faz muito presente nas unidades do DEGASE, conforme percebido nas entrevistas com os técnicos, quando, em seus discursos esta idéia é recorrente.

Esta discussão não prevê a idealização ou construção utópica do sistema de atendimento aos adolescentes, e sim uma visão a partir da própria proposta e objetivos da instituição, pois “não existe o bom funcionamento para uma instituição, e o instuinte se entende como a permanente busca da brecha no instituído” (BOUMARD apud ALTOÉ, 1990, p.20). Isto significa dizer que as instituições não são perfeitas no sentido de apagar toda e

---

<sup>31</sup>No CRIAAD que foi objeto do estudo de campo, todos os adolescentes que participaram do grupo focal tinham envolvimento com o tráfico de drogas, apesar de terem sido apreendidos em virtude de outro ato infracional.

<sup>32</sup>Em entrevista com uma das técnicas do CRIAAD, verificou-se que os adolescentes egressos do DEGASE acabam voltando às unidades em virtude de um novo ato infracional.

qualquer marca que considere negativa<sup>33</sup>, pois que o sujeito, o instituído, resiste à força da instituição, seja pelo discurso da concordância, seja pelo discurso da transgressão.

No processo de imputação da medida sócio-educativa, pelo Juiz da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, o adolescente é enviado a uma das unidades de internação onde, depois de afastado da convivência familiar, precisa integrar-se a um grupo, que passa a se o substitutivo da família. Este processo, pelo que tudo indica, fortalece a relação entre os adolescentes, permeada por um processo ideológico, de acordo com o grupo, de acordo com a região<sup>34</sup>. Esta inserção no grupo, quando cita-se uma ideologia própria, influencia permanentemente o comportamento destes adolescentes diante dos outros sujeitos que fazem parte deste universo: adolescentes internos; funcionários; técnicos etc, como forma de autopreservação diante do grupo e diante da instituição.

Um outro ponto, igualmente importante, quando abordamos o universo disciplinar, é a voz do adolescente. Quando da entrada nas instituições, o adolescente passa por um rito de entrevistas com os diversos técnicos. Estas entrevistas visam traçar um perfil sócio-econômico-psicológico-pedagógico daqueles que passam a condição de internos nas unidades do DEGASE. Estas entrevistas são comuns em todas as unidades e ocorrem periodicamente, repetindo-se quando há transferência do adolescente para outro tipo de unidade<sup>35</sup>. Numa das ocasiões do trabalho de campo, foi possível acompanhar a entrevista de um adolescente recém-transferido do IPS para o CRIAAD. Nesta ocasião, o técnico realizou a entrevista, o que denotou um ritual, já que o adolescente em questão aparentava estar preparado para responder exatamente o que deveria ser respondido, há uma espécie de “silenciamento” pelo que é dito. Conforme Orlandi (2003, p.263), “o silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência”, devendo considerar que este silêncio advém do que se chama “fala silenciadora”, tendo em vista que uma das principais funções do autoritarismo, e o CRIAAD insere-se neste universo, não é impedir o que os sujeitos falem o que quiserem, mas obrigá-los a dizer o que deve ser dito. A fala instaura espaços de silêncio, aquilo que é o não-dito pode se instalar de formas diferentes nos diferentes funcionamentos discursivos, ou seja, o que cada discurso, ao dizer, não diz o contrário, mas pode direcionar seu interlocutor para um outro sentido. Este sentido está sempre em um outro viés, por isso perguntamos “o que ele não está querendo dizer quando diz isso?” ou “o que ele não está falando quando fala isso?”. O que os

<sup>33</sup> Chamamos de marca negativa o envolvimento com o tráfico de drogas, por exemplo, com sua ideologia, sistemática, hierarquização etc.

<sup>34</sup> Em algumas unidades há predominância de determinada facção criminosa. No CRIAAD de Duque de Caxias, por exemplo, os adolescentes se dizem integrantes do CV (Comando Vermelho).

<sup>35</sup> No CRIAAD de Duque de Caxias, há adolescentes oriundos do CAI-Baixada e do Instituto Padre Severino, por exemplo.

adolescentes do CRIAAD não dizem quando dizem algo? Ou o que não falam quando falam algo? Lembremo-nos que o DEGASE é uma instituição com forte marca do poder disciplinar, que traz as relações de poder em todas as suas práticas.

É possível perceber no discurso dos adolescentes que integraram os grupos focais o silenciamento pelo não-dito, como uma forma de manutenção da resistência frente a um poder que o oprime

Mod: Vocês acham que estão diferentes após a passagem pelo CAI, pelo Padre Severino, pelo próprio CRIAAD?

M2: A gente muda bastante...

Mod: E você, M1, Estava lá em (...), no tráfico, era um M1 agora é outro? Mudou alguma coisa?

M1: Ah...bastante...

Neste diálogo foi comum perceber que todos os adolescentes concordam que houve uma mudança de conotação positiva, que não praticariam mais nenhum ato infracional. Mas, no entanto, há algumas considerações a se fazer: a primeira é que todos são reincidentes, ou seja, têm passagem pelo DEGASE; segundo é que todos creditam ao tráfico de drogas um certo grau de justiça

Mod: Aí você entrou para não permitir a entrada de outros grupos?

M3: É..é..

M2: Tem isso também, às vezes luta pela sobrevivência (...) tem que ver o nosso lado onde nós mora, (...) não quer que muda o regime de onde nós mora (...) sair corrido, largar tudo pra trás...não tem condição nisso...

Mod: Então vocês defendiam a área de vocês?

M2: É..

M4: Eu, tipo assim, eu defendo do meu jeito, tá entendendo, mas não puxo no tráfico não, conheço as norma, conheço, tá ligado? Conheço as regra, conheço tudinho, mas é assim...

M2: Se depender dele, ele mete a mão também..

M4: É o papo..

O ato de responder a uma pergunta positivamente não silencia algo? Quem é este sujeito, onde ele se insere, em qual formação discursiva está presente?

O tempo verbal presente na pergunta é o pretérito perfeito (entrou). O questionamento é sobre o que ocorreu e não sobre o que ocorre ou ocorrerá. Há, inicialmente a concordância em relação ao ato praticado (entrou para o tráfico para não permitir a entrada de outros grupos), porém os tempos verbais utilizados referem-se a uma ação presente/futura (quer que muda= mude – presente do subjuntivo/eu defendo/ele mete). Há aqui o que Pêcheux chama de esquecimento nº 2, do nível enunciativo, esquecimento que produz no sujeito a impressão da realidade (ilusão referencial), a impressão de que aquilo que o sujeito diz, só pode ser aquilo.

Um outro aspecto é a própria inscrição do sujeito em sua Formação Discursiva: adolescentes, terminando de cumprir medidas sócio-educativas, passagem por outras

unidades, estão sobre o poder do Estado<sup>36</sup>, alguns indo embora em breve. O nível de resistência ao sistema do DEGASE é mínimo, quase nulo, pois, estando no CRIAAD e cometendo qualquer “falha”, o término do cumprimento da medida pode ser adiado

Ent: Então o CRIAAD é uma passagem pelo sistema (DEGASE), na verdade, uma transição entre o período fechado e...?

T: Isso, e a liberdade total. Ele, ele não está liberto aqui, ele tem que voltar todo dia, mesmo que ele saia de manhã para trabalhar, ele tem que voltar todo dia para dormir aqui, e ele tem saída final de semana. Então ele vem pra cá pra voltar a...pra entrar na sociedade de novo, mas não de uma forma rápida, saiu do...internação, voltou pra casa! Não, “vamos ver o que, como é que você está realmente?” Porque se acontecer alguma coisa aqui, de errado, ele pode voltar pra internação.

É possível notar, no discurso do técnico (o DEGASE representado) que existe um embate entre dois pólos: a instituição e aquele que cumpre a medida. O sujeito adolescente não oferece resistência ao CRIAAD, porém o CRIAAD resiste a reconhecê-lo como sujeito (ele vem pra cá pra voltar a... pra entrar na sociedade de novo). Há um conflito no discurso, pois o adolescente voltará ou entrará na sociedade (de novo). Estes dois significantes, a partir da FD do DEGASE, representam a exclusão do adolescente da sociedade. Lembremos que a problemática do menor carente é histórica, desde a casa de correção às colônias agrícolas, às instituições que cuidavam dos menores carentes (vide capítulo sobre a problemática do menor). O menor era “retirado” da sociedade para passar por um processo de (re)socialização.

Como os significantes verbais representam a ideologia das instituições de menores? “*O adolescente vem pra cá para voltar para a sociedade de novo*”. O adolescente já esteve na sociedade e foi retirado? Agora tem uma nova chance de voltar à sociedade do qual pertence e foi retirado (de novo)? Ou este adolescente entrará na sociedade onde nunca esteve? Ou entrará em uma sociedade da qual nunca pertenceu, mas já entrou uma vez e agora tem uma nova chance de entrar (de novo)? É possível notar o processo de exclusão a que este adolescente está sujeito de acordo com o sistema. Curiosamente, qual é a função da medida sócio-educativa? Há um distanciamento entre a filosofia da medida e sua aplicabilidade?

O adolescente deve passar por um processo socioeducativo, (re)educar-se através da reordenação de suas rotinas, da retomada ou construção de laços sociais positivos e do corte de laços negativos, da convivência saudável com outras pessoas (agentes educadores), entre outras medidas que o habilite a retomar o convívio social”.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> É importante lembrar que os adolescentes internados nas unidades do DEGASE estão sob a tutela estatal. Os pais não têm o poder de retirá-los de qualquer unidade, tal fato só ocorrendo após o cumprimento da medida sócio-educativa.

<sup>37</sup> Disponível em <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3516&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3516&Itemid=2)> Acesso em: 28 out 2008.

Apesar de o adolescente, durante toda sua permanência nas unidades do DEGASE, responder às várias entrevistas, aos vários questionamentos por parte dos representantes da Instituição, a voz destes jovens não é ouvida, ou seja, estes jovens não têm voz, já que o que se fala não é considerado pelo mundo institucional, que prioriza incisivamente o aspecto disciplinar, conforme uma dos técnicos, ao conversar sobre a função do CRIAAD

O CRIAAD está no meio-termo. Ele, o aluno vem pra cá, ele saiu de uma internação, ou uma internação pequena de quarenta dias, de trinta dias no Padre Severino ou uma internação maior no CAI ou ESE, e ele vem pra cá para começar aquela parte: estou internado, estou livre. Eu falo que é “estou, não estou”, porque ele vai começar a entrar de novo na sociedade, a idéia é essa, é essa integração, por isso fala-se CRIAAD é um centro de integração. Com quem? Com a sociedade, então ele precisa habituar de novo a fazer uma coisa que ele não tinha o hábito de ... ir pra escola, disciplinarmente, ou seja, de segunda a sexta, vamos fazer curso...

Este aspecto disciplinar é marcante nas unidades do DEGASE, é uma forma de manter o *status quo* do sistema. Cria-se uma rotina nas unidades, os adolescentes “enquadram-se nesta rotina”, obedecem às normas previstas mesmo não concordando com nenhuma delas. As mãos para trás, a cabeça baixa, o tratamento (sim senhor, não senhor), fazem parte desta sistemática disciplinar, o que impede estes adolescentes e o próprio sistema de cumprir seus papéis: o de “reabilitar” o adolescente por meio de uma medida sócio-educativa, já que para os adolescentes “a maior parte de seus atos e gestos são esvaziados de significação, até mesmo aqueles nos quais um suporte corporal é evidente, substituindo-a por uma significação alienante, inteiramente exterior à criança, a saber, a sequência, a disciplina (ALTOÉ, 1990, p 35).

Estes adolescentes, quando internados nas diversas unidades do DEGASE, vivem coletivamente, mas não considera-se que esta convivência seja em grupo, mas sim em termos de serialidade. Este conceito pressupõe uma diferença básica do conceito de grupo. Grupo pressupõe a diferenciação dos indivíduos, enquanto o conceito de serialidade pressupõe a massificação dos indivíduos (ALTOÉ, 1990, p 36). Esta diferença torna-se importante tendo em vista a própria dinâmica das unidades de internação coletivas. Nestas unidades, não há a diferenciação dos adolescentes, não há atendimento personalizado, não há a diferenciação entre os indivíduos. O que existe é a adoção de uma rotina rígida, baseada sempre na disciplina, rotina esta que cria uma “massa” de indivíduos (não podemos considerá-los, a partir desta perspectiva, como sujeitos), com uma forma de atendimento único, como se todos fossem um só. Esta perspectiva de serialidade acaba sendo incorporada pelos próprios adolescentes, que deixam de se comportar como um grupo, pelos mais diversos motivos:

adesão à determinada facção dentro das unidades; sujeição ao próprio sistema a fim de manter alguns privilégios<sup>38</sup>.

Ainda no aspecto disciplinar, um fato bastante presente são as filas. No deslocamento, os adolescentes são obrigados a andar em fila, com as mãos nas costas. Esta técnica, como diz Foucault (2007b),

uma verdadeira técnica para a apropriação do tempo e das existências singulares para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças, para realizar uma acumulação da duração; e para inverter em lucro ou utilidade, sempre aumentados, os movimentos do corpo que passa. Como capitalizar o tempo dos indivíduos, acumulá-lo em cada um deles em seus corpos, em suas forças ou capacidades e de uma maneira que seja susceptível de utilização e de controle? Como organizar operações rentáveis? As disciplinas que analisam o espaço, que decompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo (FOUCAULT, 2007b).

Isto representa a necessidade do sistema em ocupar o tempo livre dos adolescentes, como forma de manter a disciplina. O tempo, nas unidades, é algo que deve ser “preenchido”, pois, do contrário, pode ser que ocorram problemas de ordem disciplinar. Não é só o tempo que é gerenciado com o sistema de filas, mas a perpetuação da docilidade dos corpos, pois andar de cabeça baixa, com as mãos para trás e em silêncio, representa igualmente a sujeição às normas impostas pelo sistema. Um dos pontos que foram mais marcantes neste processo de pesquisa foi quando um adolescente, recém-transferido do Instituto Padre Severino, foi encaminhado à sala das técnicas, e ao chegar, pergunta “posso colocar as mãos para frente?”. Esta solicitação, naquele momento, demonstrou que há uma prática constante nas unidades do DEGASE quando do deslocamento de um ponto ao outro, quando conduzido à entrevista etc. Esta perspectiva disciplinar ocorre como uma forma de controle, já que para manter a ordem, somente sob uma rígida disciplina, que perpassa todas as relações dentro das unidades, sendo, muitas vezes usada de forma silenciosa.

Este sistema disciplinar e institucional impede o movimento do corpo, impede também a entrada do tempo, controla o espaço e a realidade. Este sistema disciplinar, para funcionar, deve controlar o desejo e, portanto, também deve controlar a linguagem (o discurso). O discurso é a estrutura que ordena o desejo e ele pode ser expresso, desde que dentro da lei (FOUCAULT, 2007b). Aqui temos um ponto importante: o discurso. Qual é o discurso produzido pelos adolescentes dentro das unidades do DEGASE? Este discurso só é possível dentro de uma lei (normas de funcionamento) proposta pelo próprio DEGASE, discursos autorizados pelo sistema. Esse questionamento nos remete a outras questões: quais são as

<sup>38</sup> Segundo os adolescentes, no grupo focal, estes, em algumas unidades, são divididos por adesão à determinada facção. Quanto aos privilégios, no CRIAAD os adolescentes têm permissão para sair na sexta-feira e retornar na segunda-feira, desde que apresente bom comportamento durante a semana.

formações discursivas em que os adolescentes se inscrevem dentro do DEGASE? Consequentemente, quais são as formações ideológicas em que, igualmente, tais adolescentes se inscrevem?

A estrutura disciplinar do DEGASE e de suas unidades prevêem a “massa disciplinada”, uma forma de controle coletiva que se utiliza de castigos, ou punições, para que este controle se mantenha. Há relatos dos adolescentes de que no IPS e no CAI-Baixada as punições são físicas, o que não se percebeu no CRIAAD, porém o aspecto disciplinar é bastante presente nesta unidade. Uma observação interessante é de que os inspetores da unidade são todos homens. Não há nenhuma mulher exercendo esta função. Aparentemente não há nada que justifique somente a presença de homens no trato com os adolescentes, mas pode-se pensar que a presença da idéia da masculinidade significa um modelo disciplinar mais severo.

A disciplina presente significa o controle do corpo por meio de formaturas e ordem unida, comuns no IPS, por exemplo. No CRIAAD não se percebeu a adoção destes métodos, porém alguns comportamentos são marcantes: o andar de cabeça baixa e as mãos para trás quando são encaminhados para à sala da direção ou para o atendimento com os técnicos<sup>39</sup>.

Um outro ponto igualmente importante é o controle do tempo. Na sala da direção do CRIAAD há um quadro-horário com a descrição de todas as atividades diárias, que vão desde o horário de acordar ao horário de dormir. Há hora para tudo, para arrumar as camas, para trancar os alojamentos, para participação nas oficinas, para participação dos cultos e cerimônias religiosas<sup>40</sup> etc.

Um outro aspecto observado na ocasião do grupo focal é que os adolescentes se assujeitam às normas da instituição, criando, inclusive, outras normas de controle da massa. Os adolescentes do CRIAAD não recebem punições severas, talvez a mais severa seja aquela em que o adolescente não pode passar o fim de semana com sua família. Algumas punições são impostas pelos próprios adolescentes, como, por exemplo, nos dias de visita é proibido a qualquer adolescente se masturbar. Isso é considerado grave entre eles, pois é uma falta de respeito às mães, irmãs e namoradas. O controle dos corpos passa a fazer parte da rotina de todos, inclusive com criação de regras de convivência não estipuladas pelo sistema, mas adotadas pelos próprios adolescentes.

---

<sup>39</sup> Este comportamento foi presenciado por ocasião de uma entrevista com a técnica do CRIAAD. Um adolescente, naquele momento, acabara de ser transferido do IPS para o CRIAA. Chegou algemado, conduzido por um policial militar. Quando o adolescente entrou na sala da técnica perguntou se poderia colocar as mãos para a frente e olhou diretamente para nós.

<sup>40</sup> Este é outro ponto interessante. Há, regularmente, cultos religiosos conduzidos por pessoas evangélicas e há celebrações conduzidas por integrantes das pastorais católicas. Pode-se levar em consideração que a religião não é uma forma de controle dos corpos, do tempo e da disciplina?

Em todas estas observações, o que está presente é uma visão penal a respeito dos internos, sustentada por aqueles que conduzem as unidades, já que as próprias unidades são concebidas de forma semelhante ao modelo penitenciário, procurando punir e reformar aqueles que por ali passam. Há uma preocupação grande com a vigilância e com o controle. Só se combate a transgressão com a repressão e não se vai a fundo nos próprios pilares da transgressão e nas causas que levam os adolescentes a transgredir. A socialização se faz sempre através de mecanismos coercitivos, que penalizam consecutivamente os adolescentes<sup>41</sup>. A saída dos adolescentes para fora dos muros das unidades do DEGASE é mediada por mecanismos repressivos. No último estágio da internação, a passagem pelo CRIAAD, a repressão ainda é vista como alternativa eficaz para resolver os conflitos e as transgressões. Esta sistemática, dos mecanismos coercitivos e da crença de que a desqualificação, repressão e humilhação força o indivíduo a uma socialização servil e harmônica, parece, é a prática pedagógica institucional das unidades do DEGASE, apesar das atuais mudanças ocorridas desde o ano de 2008. Esta rotina de repressão acaba fazendo parte do universo dos adolescentes, fazendo com que se crie uma espécie de movimento de resistência, conduzido por práticas, por discursos e por não-discursos.

---

<sup>41</sup>No CRIAAD, apesar de apresentar um regime disciplinar mais flexível, as punições acontecem: proibição de sair nos fins de semana, proibição de ir aos passeios, proibição de frequentar a escola etc.

## 9 CONSTRUINDO A ANÁLISE: O DISCURSO

É importante, neste momento, tecer algumas considerações a respeito do dispositivo analítico adotado neste trabalho. Alguns questionam a AD como uma “questão de semântica simplesmente”, porém o sistema de língua é o mesmo para o materialista, para o idealista, para o revolucionário, para o reacionário, para aqueles que dispõem de conhecimentos linguísticos, para aqueles que não dispõem de tal conhecimento. A diferença é que, apesar de todos adotarem o mesmo sistema linguístico, os discursos produzidos por cada grupo são diferentes. Os adolescentes internos do CRIAAD, assim como qualquer um de nós, também adotam o sistema linguístico da língua portuguesa, porém apresentam um discurso próprio, específico a este grupo. A língua é base comum, porém os processos discursivos é que são diferenciados, é sobre a base das leis internas das línguas, no caso, da língua portuguesa, é que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de puro pensamento ou emoção, que usaria de forma acidental o sistema linguístico (PÊCHEUX, 2009). Discurso não é a fala, conforme o pensamento saussuriano, uma maneira individual de usar a abstração da língua, ao contrário, é coletiva no sentido de regularidades de um conjunto social (o público-alvo deste trabalho, por exemplo, o discurso dos advogados, o discurso dos professores, o discurso dos militares etc) que remete a práticas de classe e não a usos individuais, conforme Balibar (apud PÊCHEUX, 2009, p.82)

O fato de que a língua seja “indiferente” à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam “indiferentes” à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política (BALIBAR apud PÊCHEUX, 2009, p.82).

Esta citação de Balibar nos remete à idéia de que por mais que uma língua seja indiferente às classes, estas mesmas classes não são indiferentes à língua, ou seja, “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009). Esta consideração de Pêcheux vem ao encontro da própria proposta deste trabalho. Há, certamente, uma luta entre classes: aqueles que não estão à margem do sistema e aqueles que estão à margem do sistema; aqueles que adotam a ideologia das facções criminosas e aqueles que não adotam tal ideologia; aqueles que vivem em instituições que reforçam as relações de manutenção de um poder e aqueles que não vivem em tais instituições. O que se vê é a luta constante entre grupos, permeada por um processo ideológico que atua diretamente nos processos de identificação dos adolescentes do CRIAAD, de forma não-formal, não-

institucional, mas velada e, de certa forma, institucionalizada pelas próprias práticas do sistema, que reforçam a ideologia dos grupos e, igualmente, fortalecem as práticas destes grupos. Estes adolescentes inscrevem-se, desta forma, em determinada formação discursiva (FD) e, conseqüentemente, em uma formação ideológica (FI).

Pêcheux (2009) afirma que há um grande problema no que diz respeito à ideologia. Se as considerarmos simplesmente como conjunto de idéias e não como forças materiais, há um grande erro. Adota, para ilustrar esta passagem, uma citação a respeito de Clausewitz que diz

Clausewitz explica com a maior clareza que, face aos exércitos da Revolução Francesa, os cálculos estratégicos dos generais prussianos não funcionavam nunca, pois eles não conseguiam conceber a força material que “a vontade do povo” constitui. A derrota da estratégia americana no Vietnã provém do mesmo “erro”.(PÊCHEUX, 2009, p.120)

Ora, esta é uma limitação dos próprios sistemas de interação coletiva, ao considerar que existem ideologias, oriundas das facções criminosas, mas que estas ideologias são simplesmente “um conjunto de idéias”, não a força de uma massa. Na entrevista com um dos técnicos esta posição fica clara, ao perceber, em seu discurso, que os “meninos falam as coisas para chocar, falam por falar”. Há, certamente, um movimento de massa, que mostra sua força dia após dia no Rio de Janeiro, o que não pode ser desprezado. As próprias autoridades consideram que existe um poder paralelo<sup>42</sup>, e este poder é exercido por uma massa que tem sua própria ideologia, com todas as suas marcas.

Outro fator igualmente importante apontado por Pêcheux é que a ideologia não tem sua origem nos sujeitos, mas constituem os indivíduos em sujeitos. Os adolescentes do CRIAAD não criaram as ideologias que seguem, mas constituem-se como sujeitos destas ideologias a partir de sua inserção nas FD e FI próprias do espaço CV/CRIAAD.

Há na relação CRIAAD-adolescentes um embate no que diz respeito à ideologia. O CRIAAD representa um Aparelho Ideológico do Estado (AIE), que impõe a ideologia da classe dominante que reproduz as relações de desigualdade-subordinação entre os diversos grupos. O DEGASE, incluindo-se aí o CRIAAD, pode aparentar um problema social, mas o AIE contém o DEGASE e precisa dele, pois a função subordinada, porém inevitável e necessária, é a de assegurar o contato e o diálogo com o adversário de classe, ou seja, o adolescente institucionalizado, envolvido com o tráfico de drogas, com a violência. O aspecto ideológico para a transformação das relações de produção se localiza na luta para impor, no

---

<sup>42</sup> Nas diversas entrevistas das autoridades estaduais, cita-se a idéia de um poder paralelo. O atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em entrevista à imprensa, fez menção a tal poder, ao se referir às políticas de segurança pública do Estado.

interior do AIE, novas relações de subordinação-desigualdades, exemplificadas pelas novas designações e palavras de ordem<sup>43</sup>.

Na luta que existe nos AIE, é preciso levar em consideração duas posições importantes, conforme Althusser (1985): a primeira é de que só há prática através de uma ideologia; a segunda é que só há ideologia pelo e para sujeitos. Desta forma, pode-se concluir que o sujeito é interpelado pela ideologia.

A ideologia, através do hábito, é que designa o que é e o que deve ser, e isso às vezes por meio de desvios linguísticos, devidamente marcados, entre a norma e a constatação. Ao dizermos que todo adolescente é violento, esta é a norma, mas constata-se que o adolescente não é violento, mas vive em uma condição em que a violência se faz presente, o que obriga a este adolescente a “sobreviver” no meio em que se encontra<sup>44</sup>. É a ideologia que faz com que todos saibam o que é um professor, o que é um soldado e o que é um bandido. São evidências que fazem com que uma palavra signifique exatamente o que realmente dizem, mas que mascaram sob a transparência da linguagem (ao contrário da opacidade da língua) o caráter material do sentido das palavras e enunciados.

O sentido de uma palavra não existe em si mesmo, é determinado pelas posições ideológicas em que o sujeito se inscreve, onde tais palavras ou enunciados são produzidos. Isto caracteriza as Formações Discursivas em que o sujeito se inscreve, o que o autoriza ou não a dizer o que pode e o que deve ser dito. Os sujeitos adolescentes do CRIAAD, por serem sujeitos, igualmente se inserem em determinada FD, específica a este sujeito. O espaço em que este adolescente se insere é um espaço onde os conflitos são constantes e latentes: há, de um lado, o Estado, por meio da Instituição DEGASE/CRIAAD, com sua ideologia, e de outro lado, há as facções criminosas, igualmente com suas ideologias, que são bastantes presentes no universo destes adolescentes. Este embate Instituição-facções cria uma FD própria em que há vários sujeitos inscritos, dentre eles o adolescente. Estes adolescentes são interpelados como sujeitos-falantes (sujeitos de seus discursos) pelas FD que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

Se uma palavra pode receber sentidos diferentes, conforme a inscrição em determinada FD, é porque esta palavra não tem um sentido próprio, evidente, literal. Seu sentido se constrói a cada FD, nas relações que mantêm com outras palavras da mesma FD. Ao

---

<sup>43</sup>No início desta pesquisa os nomes institucionais eram “DEGASE” e “CRIAM”, recentemente foram modificados para “NOVO DEGASE” e “CRIAAD”. É uma forma de se criar uma palavra de ordem que estabeleça uma transformação do conjunto do complexo do AIE, como uma forma de fortalecimento das relações de poder existentes.

<sup>44</sup>Pôde-se perceber, na realização dos grupos focais, que alguns adolescentes são de fato adolescentes, com suas brincadeiras, com suas meninices. É necessário sempre se afirmar que o adolescente não é violento, o que seria uma generalização perigosa.

contrário, também é possível admitir que palavras que sejam diferentes podem apresentar o mesmo sentido, dependendo de suas inscrições em determinada FD. Nas FD em que os adolescentes do CRIAAD se inscrevem, é possível que isto ocorra, já que há uma resistência no discurso, como forma de manutenção dos processos de identificação dentro dos grupos no CRIAAD e nas facções criminosas. Resistência, em termos discursivos, é considerado como

A possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É ressignificar processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra, seja incorporando o non sens, ou simplesmente, não dizendo nada (MARIANI, 1996, p. 24)

Estas posições caracterizam o interdiscurso ao qual os adolescentes se remetem. É o discurso que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação das formações ideológicas. Que interdiscurso é este que está presente nos discursos dos adolescentes? Como se constitui este interdiscurso? Lembremo-nos das influências do Comando Vermelho, de sua fundação e funcionamento, de sua história e ideologia.

Pode-se dizer, então, que o funcionamento da ideologia, como interpelação dos indivíduos em sujeitos se dá por meio das formações ideológicas (FI), por meio do interdiscurso presente nestas FI, o que fornece a cada sujeito sua “realidade”, cadeia de significados e de evidências aceitas e experimentadas, não pode o sujeito reconhecer sua subordinação e assujeitamento ao Outro, já que esta subordinação-assujeitamento se dá na forma de autonomia pela determinação do real (exterior), do interdiscurso como real.

A constituição do sujeito se dá pela identificação deste sujeito com a FD que o domina, ou a qual se inscreve. Os elementos do interdiscurso, no discurso deste sujeito, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito, o que caracteriza o discurso não-adâmico. O sujeito não é o “dono” de seu discurso, mas remete-se sempre a um discurso já citado, já produzido. O que se percebe na produção do discurso dos adolescentes é exatamente esta característica, bastante marcante: uma espécie de cristalização do discurso, ou seja, um discurso que é comum a todos, é como se todos os sujeitos fosse um único sujeito. Há a possibilidade do silenciamento do discurso, pois, como diz Orlandi (2003)<sup>45</sup>, “o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção”. O silêncio pode existir na palavra dita, no discurso cristalizado, pode ser o “silêncio” proposto pelo oprimido como forma de resistência.

Muitas vezes, a função mais própria do autoritarismo não é o de impedir a palavra, mas obrigar a produção da palavra que os sujeitos não querem dizer. Isto atende às relações de poder nas instituições consideradas autoritárias. Ora, a estrutura das unidades do DEGASE

<sup>45</sup>“A fala de muitos gumes”, p. 263 - capítulo que apresenta uma discussão acerca do significado do silêncio.

podem ser consideradas como autoritárias? Sem dúvida, pois espelham o sistema prisional, com sua rígida disciplina, horários determinados, regras e convenções formais ou não<sup>46</sup>. O discurso dos adolescentes é um discurso que atende aos anseios da instituição (docilidade dos corpos).

---

<sup>46</sup>Andar em fila, mãos para trás, cabeça baixa, a postura diante dos técnicos, são exemplos do autoritarismo da Instituição.

## 10 SUJEITO E AD: O TÉCNICO E O ADOLESCENTE

Em Análise do Discurso, o sujeito funciona como posição: posição-sujeito. Isto ocorre porque o sujeito, em seu discurso, projeta a posição que ocupa no mundo, ou seja, quando ele fala, fala de uma determinada posição sócio-histórica que o determina discursivamente, mas isto ocorre de forma não-consciente. O sujeito se constitui nesta ordem sem se dar conta, considera que tal posicionamento é questão de consciência.

Há um aspecto importante nesta posição-sujeito: ela delimita os sentidos que são possíveis em função da relação da língua com a história, aí entram o imaginário e a ideologia (ORLANDI, 2007).

Diante disto, pode-se dizer que o sujeito é assujeitado, assujeitado à linguagem e à história, pelo fato deste sujeito ser simbólico, ou seja, ser sujeito falante. Falar é submeter-se à ordem do simbólico.

O sujeito, como ser falante, submerso na linguagem, em uma ordem simbólica, é igualmente invadido pelo imaginário, o imaginário da ideologia, que interpela o indivíduo em sujeito, criando uma evidência de que eu sou quando me refiro a mim mesmo, ”a “evidência” de uma identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é-lhe estranhamente familiar” (PÊCHEUX, 2009, p.50).

É aí que inconsciente e ideologia se cruzam, já que é pela língua que ambos se materializam, vem à tona, seja no ritual ou no ato que falha – ato falho, chistes, lapsos. Diante disso, a ideologia representa um papel fundamental, pois sem ela, sem o engano da evidência, se o sujeito fosse considerado apenas em relação às manifestações do inconsciente, só restaria o *non sense*. Há, de forma ilusória, a garantia de um ponto de comunicação, já que, segundo Pêcheux, a língua comunica e não comunica de forma simultânea, porque “no processo de constituição de sentidos necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível “outro” mas que constitui o mesmo (ORLANDI, 2003, p.81). Desta forma, quando se fala algo, este algo pode ser sempre isso ou ser outro aquilo. Isto significa que quando um sentido se instala em determinada FD, ele não fará sentido em outra FD, criando, desta forma, o movimento de comunicação e não comunicação da língua. Este engano concerne o modo de constituição do sujeito e a forma deste sujeito evocar sentidos.

O lugar de construção de sentidos e o da identificação dos sujeitos é o da formação discursiva (FD). É a FD que delimita uma margem “pertence/não pertence” para que entre a

identificação e o sentido exista a unidade, ou seja, é quando o sujeito assume um lugar, no processo de identificação, por sua posição social. O sujeito se identifica/não identifica com determinada FD oriundo de um grupo social, desta forma, os sentidos passam a fazer sentido, inclusive por oposição (de acordo com a FD onde este sujeito está inscrito), criando uma unidade sujeito/sentido que se distinguirá de outras, em outras FD.

Diante disso, há a idéia de que o sujeito sempre irá significar, interpretar, atribuir sentidos às coisas para que se mantenha como sujeito em determinado grupo social, já que os sentidos não são qualquer sentidos, mas também não são fixos, pois estão sujeitos ao processo histórico, o que implica a mudança e a estabilização de sentidos. Este gesto, o de interpretação, se materializa no espaço entre o já determinado e o ainda possível, pela história. A história, como elemento de ordem simbólica, marca o sujeito antes de ele existir, pois o sujeito não se constitui, mas é constituído.

Quando dizemos que o que pode e o que deve ser dito pelo sujeito, nos referimos à sua inscrição em determinada FD. Os sujeitos falam a mesma língua, usam a mesma base linguística, mas falam de forma diferente, criam efeitos de sentidos diferentes. O sujeito identifica-se com uma posição-sujeito possível em uma determinada FD, e nessa relação de identificação-identidade, opõe-se a outras posições-sujeito de outras FD, criando um conflito quando da tentativa de prevalência de seu sentido nas relações de poder, pensada aqui conforme as concepções de Foucault.

Ao pensarmos no sujeito adolescente que cumpre medidas sócio-educativas no DEGASE, o que podemos dizer a respeito? Em qual (quais) FD este sujeito se inscreve? Que sentidos são estes que determinam determinada FD? Quais são as posições-sujeito que se diferenciam daquelas ocupadas por estes sujeitos adolescentes? Como se dá o embate, o conflito, nas relações de poder existentes dentro do DEGASE (adolescente-adolescente/adolescente-instituição)? São questionamentos importantes a fim de respondermos às questões propostas neste trabalho.

Um ponto a se considerar é que ao pensarmos nestes sujeitos, eles não estão fadados a reproduzir as normas institucionais de significação, mas que também podem resistir a tais normas e deslocar sentidos, já que são interpelados pela ideologia<sup>47</sup> e atravessados pelo inconsciente.

Orlandi apresenta alguns tipos de discursos: o discurso autoritário, o discurso polêmico e o discurso lúdico. O primeiro caracteriza-se pela baixa reversibilidade (já explicado anteriormente), em que a polissemia está contida, represada. O sentido é tido como

---

<sup>47</sup>A ideologia do Comando Vermelho, por exemplo.

o único e possível; o discurso polêmico é aquele em que a polissemia é apenas controlada, havendo a possibilidade de jogo entre interlocutores; o discurso lúdico é aquele em que há uma abertura total à polissemia.

Durante o processo de pesquisa, observou-se que há predominância do discurso autoritário, com ocorrências do discurso polêmico e nenhuma observação quanto ao discurso lúdico. A voz da instituição é aquela que sabe o que é melhor/pior para os adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas, conforme o discurso do técnico, quando perguntado sobre as atividades que os adolescentes têm dentro do CRIAAD

...atividade manuais! Qualquer trabalhos manuais eles fazem que aí...aquele tempo termina passando, eles gostam, fazem cartazes com ela, tens uns que...fazem (alonga) desenho, muito bem, aí vão fazer trabalhos de desenho, vai sempre **determinando** aquilo que eles querem. Filmes!...a gente **passa filmes, mas mediado, hein...**

Ao falar sobre as atividades que os adolescentes têm dentro do CRIAAD, o técnico descreve algumas, particularmente aquelas referentes a atividades manuais. O que nos chama à atenção é o significante “determinando”. Se o objetivo das atividades, conforme o contexto em que este discurso de apresenta, é oferecer atividades aos adolescentes, conforme a demanda, então é importante **verificar** quais são as atividades que mais despertam o interesse destes adolescentes. O técnico afirma que os educadores vão “**determinando**” o que os adolescentes querem fazer. Determinar é mandatório, é imperativo, então como se refere à escolha dos adolescentes? A instituição determina o que tais adolescentes devem ou não devem fazer, podem ou não podem fazer. A própria idéia do uso do gerúndio é uma idéia de continuidade, ou seja, a instituição não determina, de forma pontual, o que os adolescentes farão, mas faz isso de forma contínua, desde a entrada deste sujeito no sistema até a sua saída. Esta é uma marca do discurso autoritário, conforme Orlandi, discurso que se inscreve na FD própria das instituições de internação coletiva e restringidoras da liberdade<sup>48</sup>.

Uma outra marca, igualmente importante de discussão, é o significante “**mediado**”. Os adolescentes podem assistir a filmes, mas desde que mediados. Não há a questão da diversão por parte das atividades. A instituição é que sabe o que é melhor ou pior para estes sujeitos, o caráter da censura é presente, pois só se assistem a filmes se forem “mediados”. Há, ainda, o reforço da interjeição “hein”, o que marca a importância desta mediação. Será que a idéia de mediados não se refere a aquilo que se pode ou não se pode assistir? Aquilo que se deve ou não se deve assistir? A FD em que este técnico se inscreve, no momento da

<sup>48</sup> A idéia da restrição de liberdade não é no caráter pejorativo da palavra, mas sim pelo próprio objetivo deste tipo de instituição. Há o regime fechado, o semi-aberto, a liberdade assistida etc.

entrevista, é aquela própria das instituições que controlam a vida e os corpos dos sujeitos, conforme Foucault. É a manutenção do poder, do *status quo*, minimizando ou eliminando qualquer resistência frente ao sistema. Devemos lembrar que o CRIAAD é o tipo de unidade onde o regime é o mais flexível dentre todas as unidades do sistema do DEGASE.

Há outra enunciação deste mesmo técnico que também nos chama muito à atenção quando perguntado sobre outras atividades que o CRIAAD oferece

E: essas atividades que vocês têm aqui, elas são obrigatórias?

T: não, não são obrigados..

E: eles aderem?

T: é, aderem. E tem também a parte religiosa, que aí vem a igreja, vem a igreja católica e as igrejas evangélicas também, e aí vem, tem determinados dias da semana que vem, fica aí, também **lá dentro vai quem quer**. Às vezes tem um só, daqui a pouco tem dois, três, tem dias que tá todo mundo, então depende, a gente não obriga eles, **aconselha** (ênfase). Porque **nada com eles é feito assim**, então tem coisas...”gente, olha só, **tem que participar, é bom pra vocês**”.

Neste discurso, a FD em que o técnico se inscreve, primeiro afirma-se que **“lá dentro, vai quem quer”**, ou seja, não há obrigatoriedade quanto à participação dos adolescentes nas atividades religiosas, mas os técnicos **“aconselham”**. A ênfase do significante “aconselha” nos revela pontos interessantes. Como foi dito anteriormente, o simbólico é importante ao se trabalhar com a AD. A ênfase contradiz o próprio sentido do significante, pois, em virtude das próprias características da instituição, seu processo histórico etc, o aconselhamento é mandatório, não há o “aconselhar”, há o “mandar”(lembremo-nos do que Foucault apresenta em Vigiar e Punir, na sistemática da rotina diária dos detentos: há palestras sobre assuntos de interesse dos presos, mas interesses dos presos ou interesses que a prisão impõe aos presos?), além disso, a participação é boa para os adolescentes. Quem estabelece o que é bom para quem? A instituição diz o que é bom para estes sujeitos ou os sujeitos dizem o que é bom para si? Neste jogo, o discurso autoritário se faz presente, em virtude da voz dominante:

“Voz dominante: é aquela que pretende saber , a partir de uma posição particular; o que é o sentido para a outra posição, produzindo o efeito da universalidade própria ao literal: o sentido é este.” (MAIA, 2006, p.218)

Os sentidos ora discutidos aqui poderão resvalar para outros sentidos, dependendo das formações discursivas em que os sujeitos estão inscritos, isso porque os sujeitos são submetidos ao inconsciente e à ideologia. Quanto à discussão sobre os técnicos, apresentamos as posições discursivas que ocupam e não as posições sociais que ocupam. Novamente nos referimos à questão de que, para a AD, o sujeito é uma posição-sujeito, com sua materialidade história e linguística que se estabelecem a partir das contradições e articulações ideológicas. O

sujeito, em seu percurso na história, interpelado pela ideologia, elege alguns sentidos que irão constituir sentidos para uma determinada posição-sujeito, sob determinadas condições de produção, conforme Pêcheux:

“Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 163)

### 10.1 Dialogando com os técnicos

Em entrevista com um dos técnicos, pedagogo, perguntou-se como se dão as relações entre os adolescentes e a Instituição, entre os adolescentes e a equipe que trabalha no CRIAAD e entre os próprios adolescentes.

O técnico afirmou que por parte dos adolescentes há a construção de um universo ético-moral em relação à sociedade, que os adolescentes se vangloriam pelo fato de cumprirem medidas sócio-educativas nas unidades do DEGASE, além de integrarem uma ou outra facção criminosa.

Na sala da coordenação há um quadro com as atividades diárias e seus respectivos horários: acordar, café da manhã, fechamento dos alojamentos, atividades didáticas, almoço, abertura dos alojamentos para descanso, fechamento dos alojamentos, atividades didáticas, lanche, banho, jantar, abertura dos alojamentos, ceia, trancamento dos alojamentos e apagar das luzes. Esta rotina reflete a mesma presente em Foucault (2007b) ao relatar a rotina dos reformatórios, com seus horários e atividades previstos.

Há referências materiais relativas ao crime. A presença de pichações com as iniciais CVRL era comum nas paredes dos alojamentos. Após a proibição tácita por parte da direção do CRIAAD, os adolescentes usavam outro artifício: faziam, em folhas de papel, desenhos de fuzis, folhas de maconha, além das iniciais CVRL, e, durante a noite, colavam as folhas de papel nas paredes dos alojamentos. Atualmente, há pequenas pichações em alguns pontos da unidade, além de tais iniciais se apresentarem, algumas vezes, nas roupas dos adolescentes.

Outra questão importante diz respeito à construção simbólica destes grupos. Há uma tendência a destruir tais construções simbólicas em nome da construção de uma imagem

negativada do outro, principalmente aquelas que tornam os discriminados os “bodes expiatórios que carregam a culpa do mundo” (ZALUAR, 2004). No caso específico dos adolescentes do DEGASE, tal questão ocorre. Há uma construção simbólica em torno da formação identitária destes grupos, que levam a uma negatização de sua existência e criam uma espécie de “alo social”, uma repulsa da sociedade em torno destes adolescentes. Este aspecto é presente no discurso de um dos técnicos

E: Ah, tá...essas são as saídas que vocês têm...

T: é...essas saídas...escola, médico, médico, curso, o que precisar fazer...nada, nada assim...e os passeios que têm também. Que passeios? Nós já fomos...**mais aos centros culturais...é mais fácil você conseguir entrar para levá-los...**nós já fomos ao Centro Cultural Banco do Brasil, Centro Cultural da Marinha...é(alonga)...eles, eles foram uma vez, mas na Quinta da Boa Vista também...na(alonga)...**eles foram só uma vez, que a gente conseguiu levá-los, mas um grupo, lá no Pão de Açúcar, mas é muito mais complicado a gente pra poder ir...essas coisas mais (alonga e fala mais baixo) que a gente mais...**

E: rebuscado...

T: é...

E: programa de turista?

T: **é...é mais difícil...envolve todo um controle, e por ele ser (pausa) são os menores infratores...então...tem sempre resistência maior pra gente conseguir...**

Conforme citado anteriormente, uma FD se estabelece a partir de regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação de uma FD é que determinam, por exemplo, as condições de existência de uma repartição discursiva. Uma FD também é temporal, pois determina uma regularidade própria que é temporal, constrói uma articulação entre diferentes séries de acontecimentos discursivos, estabelecendo uma correlação entre diferentes séries temporais.

O discurso é uma série de enunciados que constituem uma FD, que provêm de uma FD. Isto torna-se importante ao analisarmos o discurso deste técnico e tentar verificar como a FD do DEGASE, enquanto um sistema que restringe a liberdade dos adolescentes e tem características punitivas, é representada neste discurso e na prática diária, refletindo a FI em que esta FD está. As FI não são discursivas e são exteriores à FD, mas se refletem no seu interior. Estas FI comportam uma ou mais FD interligadas que determinam o que pode e o que deve ser dito em uma manifestação discursiva, em um lugar, no interior de um aparelho ideológico, inscrito em uma relação de classes. Com isto, pode-se dizer que o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. Da mesma forma, é possível afirmar que uma sequência discursiva inserida em uma FD diferente produzirá sentidos diferentes.

Qual é a FD em que este técnico se inscreve? É a representação da instituição DEGASE, com todas suas características e marcas. Há uma falsa percepção de que

escolhemos as palavras para dizê-las, no entanto são elas que nos escolhem através do inconsciente em manifestações que Freud denomina de formações do inconsciente, já que é nas palavras que o inconsciente se manifesta. Esta posição teórica é importante, pois caráter disciplinar, a educação/trabalho como forma de docilizar os corpos e a vigilância constante são marcas fortes nesta instituição, representados no discurso deste técnico. Como Barthes (apud VOGT, 1989, p. 65) explica “nos revelamos mais através das palavras que evitamos do que através das que empregamos”, e no trabalho de seleção de palavras, de escolha para evitar algo que escape, é nesse momento que algo escapa, foge ao controle e constrói o lapso.

Por outro lado, a resistência dos adolescentes frente a esta instituição também é presente e forte em seus discursos. Há um embate entre dois pólos. A força e a manutenção do poder pelo viés da educação é presente no discurso do técnico - *“..Nós já fomos...mais aos centros culturais...é mais fácil você conseguir entrar para levá-los...”* - a pausa após “fomos” talvez seja um reforço de marcas consideradas mais importantes na docilidade dos corpos. Por que não ir a um parque de diversões, por exemplo? Todas as saídas devem ser necessariamente culturais, educacionais? Ir “mais” aos centros culturais, por que a presença do advérbio de intensidade? O uso deste advérbio reforça as características históricas das unidades de internação de menores, desde o início do século XX, época da Escola de Correção e das Colônias Agrícolas, que consideravam que o binômio educação-trabalho seria a solução para a problemática do menor.

Outro aspecto presente no discurso deste técnico representa o contrário da perspectiva anterior, o que reforça a relação do binômio educação-trabalho: *“eles foram só uma vez, que a gente conseguiu levá-los, mas um grupo, lá no Pão de Açúcar, mas é muito mais complicado a gente pra poder ir...essas coisas mais (alonga e fala mais baixo) que a gente mais...”*. Levar adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas torna-se “mais complicado” por quê? Porque considera-se o Pão de Açúcar um local de turistas? E os centros culturais, não são locais onde transitam turistas? “Mais complicado” aqui não é o deslocamento para o Pão de Açúcar, a distância entre o CRIAAD e a zona sul do Rio de Janeiro, mas a presença dos adolescentes naquele local. É preciso mantê-los longe dos olhos do mundo, reforçar a posição de trancá-los e afastá-los por serem considerados um problema. Novamente, o advérbio de intensidade reforça esta posição própria do sistema de internação de menores.

Outra marca igualmente importante é o silenciamento do técnico ao se referir ao assunto do passeio ao Pão de Açúcar. Em dado momento, chega quase a cochichar, *“essas coisas mais (alonga e fala mais baixo) que a gente mais...”*. Há, neste discurso, primeiro um

silenciamento, quando o técnico alonga a pronúncia do advérbio e fala mais baixo; em segundo lugar, na parte final deste discurso, o técnico faz silêncio. O que dizer a respeito deste silêncio? Segundo Orlandi (2007, p.31) “*O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.*” O silêncio não é um acidente que ocorre ocasionalmente, ele é necessário à significação, devendo ser observado por seus efeitos e pelos muitos modos de construção de significação.

Esta significação a que nos referimos significa de modo contínuo, absoluto, enquanto a linguagem verbal significa por unidades discretas, formais. Esta é uma característica que não podemos deixar de levar em consideração.

Outro aspecto igualmente importante é a incompletude, que é fundamental no dizer. A incompletude é que produz a possibilidade de vários sentidos, a polissemia, e o silêncio preside esta possibilidade. Quando há o silêncio, há o nada? É o silêncio que significa este nada, multiplicando-se em sentidos: quanto mais falta, mais o silêncio se instala e mais possibilidades de sentido se apresentam.

Orlandi (2007, p.53) apresenta duas classificações para o silêncio: o silêncio fundante e a política do silêncio (silenciamento). Silêncio fundante indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; silenciamento indica que o sujeito, ao dizer, está dizendo necessariamente outros sentidos, sendo este sentido produzido de um determinado lugar e de uma determinada posição de sujeito. Este segundo conceito é o que nos interessa ao discutirmos este silenciamento do técnico. Como o silenciamento apresentado acima, e também o silêncio, significam? Há uma posição sujeito bem clara, a do técnico do DEGASE, e o lugar de onde fala é o lugar-instituição. Novamente nos remetemos à história e constituição das instituições de internação de adolescentes: “*essas coisas mais (alonga e fala mais baixo) que a gente mais...*”. Outra vez o uso do advérbio de intensidade, com um alongamento da pronúncia. Será este “alongamento” um reforço do papel da instituição, além do decréscimo dos fonemas finais reforçarem ainda mais esta posição? O técnico, ao produzir este discurso, não deseja reforçar também que lugares são permitidos e que lugares não são permitidos aos adolescentes? Centro culturais fazem parte do processo de escolarização, mas o Pão de Açúcar não faz?

Há uma repetição, uma retomada do advérbio de intensidade ao final deste discurso, “...que a gente mais...”, também significando que lugares os sujeitos podem ocupar.

Este silenciamento do técnico reflete exatamente o não-dito pelo que foi dito. Esta é uma questão importante, pois revela exatamente as marcas da instituição na composição do processo de identificação dos adolescentes.

Um outro ponto que chama à atenção é a parte final do discurso deste técnico:

E: programa de turista?

T: **é...é mais difícil...envolve todo um controle, e por ele ser (pausa) são os menores infratores...então...tem sempre resistência maior pra gente conseguir...**

Apesar do discurso da ressocialização, da reintegração do adolescente proporcionado pelo CRIAAD, o técnico refere-se a “controle”. Ora, o CRIAAD apresenta a perspectiva da semi-liberdade, em que, certamente, há o controle, mas este a enunciação deste significante nos chama a atenção. A visita ao Pão de Açúcar não envolve um controle, mas “**todo um controle**”. A presença do pronome indefinido e do artigo indefinido indicam, pelo uso do pronome, que não está claro que controle (ou formas de controle) é este; o uso do artigo indefinido indica informação nova (era uma vez um rei. O rei...), então há formas de controle que não são claras, novamente há a presença do silenciamento, uma declinação política da significação que resulta deste silenciamento, não como forma de calar, mas de dizer outra coisa. A pausa, ao final deste enunciado, reforça esta posição.

Outra marca que representa esta memória discursiva (o interdiscurso) é a enunciação “são menores infratores”. Esta designação, “menor”, deixou de ser institucional a partir da vigência do ECA. A nova sigla (CRIAAD) prevê a denominação “adolescente”, apesar de o técnico usar sempre designação de “menino”:

“...o alun(mudança) o **menino** está doente, um tratamento médico...”

“...às vezes, acontece do **menino** passar pelo IPS, Padre Severino...”

“...e o tempo que o **menino** não tiver envolvido, não vai nem saber a escola que ele está...”

“...a promotoria, defensoria, eles vão determinar a medida que eles a(muda) que eles perceberem, por tudo que aconteceu, por todo processo do **menino** que cabe naquele caso...”

“...aquele **menino** que já tem várias entradas no sistema, que já tá com dezoito anos...”

Na transcrição desta entrevista, o técnico, além de usar “menino”, se utiliza do significante “rapaz”. Somente em um momento, o do enunciado apresentado, é que existe o significante “menor”.

Até o ano 2000, data da entrada em vigor do ECA, a designação de qualquer sujeito que tivesse menos de dezoito anos era “menor”. Com o advento do ECA, foram adotadas as designações “criança” e “adolescente”. A idéia de menor remete aos códigos mais antigos (Código de Menores, Código Mello Matos etc). Na enunciação “são os menores infratores”, o significante “menor” traz à tona os códigos antigos. O técnico, neste momento, supõe ser o autor deste discurso (esquecimento 1) e utiliza o interdiscurso de forma inconsciente, remetendo-se aos códigos anteriores ao ECA. Isto representa a força destes códigos, ainda

hoje, na sistemática de atendimento à criança e ao adolescente. Ainda, a respeito desta enunciação, “T: **é...é mais difícil...envolve todo um controle, e por ele ser (pausa) são os menores infratores...então...tem sempre resistência maior pra gente conseguir...**”, o técnico, ao enunciar “...e por ele ser (pausa) são os menores infratores...” novamente recorre ao silêncio para dizer o não dito. Orlandi (2007) diz que “O dizer como ato que domestica o significar serve à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito”. O silêncio (a pausa) usada pelo técnico não significa exatamente o contrário do que diz Orlandi? Neste silêncio, há uma pluralidade de sentidos e (porque não?) de sujeitos, ou melhor, posições de sujeitos em FD.

Durante toda a entrevista o significante usado para caracterizar os adolescentes era “menor”, no momento em que “todo um controle” da instituição se faz presente, existe um destinatário deste controle, o “menor”, com toda sua carga pejorativa, prevista nos códigos antigos<sup>49</sup>.

Há uma outra enunciação, no discurso do técnico, que é igualmente importante, pois reflete as FI dos períodos dos códigos mais antigos, voltados à “proteção<sup>50</sup>” do menor. “...*É, também, se ele for pra casa, não volta, ele...ele descumpre a medida, então ele pode, aí fica um mandado de busca e apreensão, ele pode também ser resgatado.*”

Dentre as acepções de “resgatar” presentes em Houaiss, temos “pôr a salvo (de perigo, dano, ruína); salvar”. O Código de 1927 (Melo Mattos) dirigia-se

“ao menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Código” (BRASIL, 1927).

A proteção do Código Melo Mattos, por exemplo, não se referia à garantia dos direitos do menor. Este era considerado objeto do direito e não sujeito de seus direitos. Esta corrente é vigente até o ano de 2000, ano da entrada em vigor do ECA. Todos os Códigos anteriores apresentam esta tônica, garantir os direitos da sociedade, tutelando o menor. Esta era a concepção de proteção.

No enunciado do técnico, “resgatar” refere-se a quem? Ao adolescente ou à sociedade? Que tipo de “resgate” é este que é fruto de um mandado judicial? A inserção deste técnico na FD dos códigos anteriores é representada por este lapso, pois o DEGASE não realiza o resgate de nenhum adolescente. O DEGASE fala em ressocialização, reinserção etc, mas, em

<sup>49</sup>Lembremos das qualificações contidas nos códigos: vagabundos, desvalidos etc.

<sup>50</sup>O uso das aspas é intencional. Hoje pode-se fazer o seguinte questionamento: quem era objeto da proteção? O menor ou a sociedade. Não é intuito desqualificar os códigos anteriores, mas compará-los ao ECA como forma de verificar as FD e FI.

nenhum momento o significante “resgate” foi pronunciado ou lido em qualquer documento. Este significante não é reflexo dos ideais higienistas do início do século XX? Ideais que buscaram erradicar as patologias sociais, tônica dos próprios códigos da época? De que lugar fala este técnico? Temos o esquecimento nº 2, o domínio da enunciação, ou seja, o que foi dito só pode ser dito desta maneira.

## 10.2 Dialogando com os adolescentes do CRIAAD

Os grupos focais realizados no CRIAAD de Duque de Caxias apresentem algumas diferenças. Ambos foram conduzidos da mesma forma, mas com perfis adotados a partir de critérios diferentes. O primeiro grupo constitui-se por 4 jovens com idade de 18 e 19 anos; o segundo grupo, também com 4 jovens, constitui-se com adolescentes cujas idades variavam de 14 a 16 anos.

O primeiro grupo e o segundo grupo apresentaram a mesma procedência institucional: um adolescente oriundo do CAI Baixada e 3 adolescentes oriundos do IPS (Instituto Padre Severino). O tipo de delito cometido variou pouco: no primeiro grupo havia somente um adolescente cumprindo medida sócio-educativa por roubo (artigo 157<sup>51</sup>), e os demais cumprindo medidas sócio-educativas por tráfico de drogas (artigo 33); no segundo grupo, dois adolescentes cumprem medida sócio-educativa por roubo (artigo 157) e outros dois adolescentes cumprem medida sócio-educativa por tráfico de drogas (artigo 33). Em ambos os grupos, todos os adolescentes têm envolvimento com o tráfico de drogas e todos se dizem integrantes da facção Comando Vermelho (CV).

A percepção, na condução do grupo focal, foi de que no primeiro grupo, por se constituir de jovens com mais idade, houve mais foco no assunto, uma maior participação e interesse em expor suas idéias. Inicialmente, dois integrantes agiram de forma tímida e desconfiada, porém, com o desenvolvimento da atividade, estes dois integrantes participaram ativamente das discussões. Um ponto importante é a vontade de cada um em se apresentar, de se impor como um integrante do CV. A discussão foi, durante todo o tempo, direcionada para a organização, no IPS, no CAI Baixada e no CRIAAD, conforme “diretrizes” pré-estabelecidas por um determinado tipo de ideologia. O ímpeto da masculinidade, de respeito, de honra, também estiveram presentes o tempo todo na discussão. Este grupo fez questão de

---

<sup>51</sup>Todos os artigos aqui apresentados são do Código Penal.

contribuir, talvez como forma de reforçarem determinado pensamento ou corrente vigentes, demonstrando em seus discursos variações quanto à opinião sobre determinados aspectos, como, por exemplo, a mudança de comportamento após o cumprimento da medida sócio-educativa. Em alguns momentos, diziam que refletiram acerca dos atos cometidos, que não mais retornariam ao crime; em outros momentos, deixavam claro que participariam das facções e das atividades ilícitas desenvolvidas por estes grupos.

O segundo grupo, por se constituir de adolescentes mais jovens, apresentaram, desde o início da atividade, um comportamento imaturo, com brincadeiras típicas da idade. Algumas vezes, foi necessário que se chamasse à atenção alguns participantes como forma de direcionar o grupo para o foco da discussão. Dentre os participantes deste grupo, o mais velho (17 anos) apresentou, inicialmente, um comportamento mais tímido, porém, com o desenvolvimento da discussão, quase monopolizou o grupo. Um fato curioso observado foi quanto à questão escolar: de todos os adolescentes do grupo, este é o único que frequenta escola particular, seu pai é policial militar, fato este de conhecimento de todos os adolescentes do CRIAAD.

Alguns pontos despertaram mais a atenção do grupo: a experiência no IPS; a experiência em suas comunidades; a discussão sobre a organização dentro das instituições do DEGASE; a organização hierárquica dentro do CV.

Havia mudanças repentinas no comportamento dos adolescentes deste grupo; em alguns momentos portavam-se como qualquer garoto desta idade, em outros, tentavam aparentar um espírito combativo, aguerrido, próprio dos “soldados<sup>52</sup>” do CV. Houve um momento em que um dos jovens afastou-se do grupo, próximo ao final da atividade, e não regressou. Este, apesar da compleição física (o que indicava ser um dos mais velhos), era um dos mais dispersos, sendo que em alguns momentos participou ativamente das discussões (a organização no IPS, a disciplina dentro das instituições, o estabelecimento e cumprimento de normas etc).

Outro fato curioso (talvez coincidência?) foi a disposição dos adolescentes em torno da mesa, em ambos os grupos. Os adolescentes que permaneceram em frente ao mediador eram os mais desafiadores, aqueles que aparentavam um espírito de liderança sobre os demais, que apresentavam em seus discursos características de masculinidade mais fortes e um ímpeto de mais aguerridos, além de serem os mais articulados em seus posicionamentos. Quanto aos adolescentes posicionados nas extremidades, o que sentou ao lado direito do

---

<sup>52</sup> Designação daqueles que estão engajados diretamente no tráfico de drogas, responsáveis pela segurança das bocas-de-fumo.

mediador, era o mais caçado pelo grupo, principalmente quanto tentava aparentar um certo espírito de agressividade e de liderança; os adolescentes do lado esquerdo foram os mais tímidos inicialmente, mas foram os que mais contribuíram após algum tempo, trazendo à tona algumas colocações importantes sobre questões de organização, liderança e hierarquia, dentro e fora das unidades do DEGASE.

Estas observações são importantes já que toda produção do campo do sentido é da ordem do simbólico, seja ele falado ou não. Um gesto, uma expressão do rosto, um posicionamento corporal, um desenho, tanto quanto uma narrativa oral, serão produções simbólicas, regidas pelo significante, e assim, ditas verbais, por estarem na dependência deste verbo significante, e não por serem expressas por via oral. Desta forma, não há o não-verbal no campo simbólico, e menos ainda o pré-verbal. O domínio do verbal é uma condição inerente ao falante como tal. Como ser de linguagem, o ser humano se constitui no domínio do verbal, um domínio no sentido de um campo, de um território, um universo que contém o sujeito. É mais do que o domínio de uma função, ou seja, o sujeito domina ou não. Mesmo que alguém, como os adolescentes que participaram do grupo focal, não façam uso da fala, ainda assim este alguém estará no campo da linguagem (ELIA, 2007).

Diante deste quadro, o que pensar a respeito do posicionamento dos adolescentes quando da realização do grupo focal? Como estes posicionamentos significam? Se considerarmos que a instituição DEGASE provoca um silenciamento nestes sujeitos, e consideramos ainda que o discurso destes sujeitos é um discurso de resistência, estes posicionamentos não seriam, igualmente, um discurso de resistência? Colocar-se à frente de um possível representante do DEGASE<sup>53</sup> não é, igualmente, oferecer resistência à instituição? O simbólico (disposição dos lugares centrais da mesa) é um discurso de resistência, assim como os discursos presentes nas enunciações durante o grupo focal. Por outro lado, aqueles que sentaram-se nas extremidades apresentam também, atravessados pelo simbólico, um discurso de resistência, mas este se constrói pelo silêncio.

---

<sup>53</sup> Dizemos “possível representante” porque, na verdade, o autor deste trabalho não é funcionário do quadro do DEGASE, mas por estar, momentaneamente, em condições iguais, os adolescentes podem vê-lo como um dos técnicos.

### 10.3 Pensando a identificação nos adolescentes do CRIAAD

Conforme discorreu-se anteriormente, o processo de identificação, segundo Freud, é o reconhecimento de si a partir do outro. O sujeito só se constitui como sujeito a partir do outro. Pêcheux (2009), igualmente, aborda a questão da identificação que é o fato de todo sujeito se reconhecer como homem, como operário, como patrão e, como convém a este trabalho, como integrante da facção Comando Vermelho, ou seja, é a relação do sujeito com aquilo que o representa.

O processo de identificação, representado ideologicamente, pauta-se na forma da intersubjetividade e do consenso, o que significa que todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e é aí que se acha a condição do consenso intersubjetivo. Podemos dizer também que há a interpelação-identificação, que produz o sujeito no lugar deixado vazio, sob as diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

Pêcheux afirma, ainda, que é através da identificação (do sujeito) com a formação discursiva (FD) que o domina (isto é, com a qual ele é constituído como sujeito) que a interpelação se exerce e o transforma o indivíduo em sujeito de seu discurso (PÊCHEUX, 2009, p. 162), mas, quais são as formas de identificação dos adolescentes do CRIAAD?

#### 10.3.1 O adolescente : sujeito jurídico

Legendre (2004) afirma que o fenômeno jurídico é um sistema ficcional essencial para as organizações sociais, que se constitui sob a forma de enunciados e representações. Estes enunciados e representações é que determinam as relações sociais, atribuindo significados àqueles que estão envolvidos na relação jurídica. O que é um “menor infrator”, por exemplo? Poderia ser considerado como uma representação (pobre, morador de periferia, negro)? E a lei, com seus artigos, alíneas etc, não é um enunciado?

Quando se diz que o direito se constitui pelos enunciados e pelas representações, considera-se que a humanidade não funciona e nem se reproduz sem a palavra. Sem reconhecer este status, é inútil pretender explicar a natureza das instituições como possuidoras de uma ligação com o fenômeno da vida. O direito é uma operação do discurso e a

normatividade só é considerada se houver um discurso considerado apropriado na forma dogmática.

A forma dogmática, segundo Legendre (2004) é “a forma do discurso que diz sempre a verdade”. O direito é um impossível estrutural, é uma representação que as instituições sociais se apropriam para a manutenção de um status quo. O DEGASE, como instituição, não é carregado de representações e enunciados? Não existe, aí, a verdade, a forma do discurso que diz a verdade? Esta verdade não se reflete no discurso dos adolescentes que estão internados nas unidades do DEGASE, como o CRIAAD por exemplo.

Os sujeitos (adolescentes) internados no CRIAAD estão sob a tutela do Estado há algum tempo, já passaram em outros momentos pelas instituições jurídicas e policiais (polícia, delegacia, juizado, instituição de internação). Estes espaços se constituem no discurso destes sujeitos, uma vez que estes mesmos sujeitos (contrário à idéia do ECA<sup>54</sup>) voltam no tempo e, novamente, passam de sujeitos de direito a objeto de direito<sup>55</sup>. O que se quer dizer com isso? Que estes adolescentes passam a se inscrever em FD próprias do mundo jurídico, particularmente, no Código Penal, “M2: *essa é minha primeira passagem, mas eu descumpri. Eu vim do CAI Baixada e depois pro CRIAM (..) Habeas corpus...*”. A pergunta, durante o Grupo Focal era se os adolescentes que constituíam este grupo já tinham sido internados antes nas unidades do DEGASE. Como uma das respostas, surgiu o *habeas corpus*, que é um instrumento jurídico que permite a soltura imediata daquele que está preso sem ter sido julgado. Como este significante se constitui?

Este adolescente, em seu discurso, nos dá a idéia de que fugiu das unidades do DEGASE mais de uma vez, ou seja, não cumpriu sua medida sócio-educativa na totalidade. Habeas corpus é um instrumento que proporciona a liberdade, seria então a fuga o reflexo da liberdade? E esta fuga (liberdade) se deu por algum instrumento (habeas corpus)? A incorporação deste significante na cadeia de sentidos construídas por este adolescente é possível pelo fato deste mesmo adolescente ser tutelado pelo Estado, ser “objeto de direito”, ao invés de “sujeito de direito”. Este mesmo adolescente reflete o discurso jurídico, institucional (a justiça). Há um outro exemplo que, igualmente, ilustra esta marca

Ent: você se evadiu?

M2: Não, fui no final de semana e não voltei mais. Ai **fui de mandado de busca**, me pegaram, fiquei três semanas...

<sup>54</sup>Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>55</sup> Este conceito refere-se à mudança de postura em relação à criança e ao adolescente (antes, menor). Com o advento do ECA, o caráter punitivo foi minimizado. Esta lei tem por objetivo garantir os direitos (que não existiam) destes sujeitos.

Mandado de busca é, assim como o habeas corpus, um instrumento jurídico, que permite à autoridade policial realizar buscas em domicílios e propriedades privadas. Este mesmo adolescente não foi “apreendido<sup>56</sup>”, mas foi “de mandado de busca”. Novamente, temos a inscrição deste sujeito no discurso da lei.

Um outro aspecto que marca esta posição-sujeito (objeto do direito) é sua inscrição na lei, quando se refere ao Código Penal.

Ent: por que você veio para cá, para o CRIAM<sup>57</sup>?  
M4: rodei 157.

A pergunta era sobre o motivo, o que levou este adolescente a estar internado no CRIAAD. Várias possibilidades de respostas: “porque roubei”; “porque cometi um assalto” etc poderiam ser apresentadas, mas o que teve como resposta foi “rodei 157”.

“157” refere-se ao artigo do Código Penal que tipifica o roubo(diferente de furto), caracterizado como “subtração de um bem, mediante o emprego de violência”. No caso deste adolescente, fora apreendido por assalto a mão armada. O sintagma “rodei 157” é, assim como os anteriores, a marca da inscrição deste adolescente na FD apontada se deu por um processo de identificação, FD esta que autoriza e impede certos discursos. Este sujeito tem relação com este discurso assim como também tem com a realidade discursiva, pelo efeito da exterioridade. Esse efeito possibilita a relação real/realidade (ORLANDI, 2006). Real no que tange à materialidade das condições de produção dos sujeitos envolvidos na relação adolescente-justiça, e realidade no que diz respeito à relação imaginária especificamente do sujeito “infrator”, que descumpra uma lei (sendo ainda, objeto desta lei).

O discurso jurídico, conforme apontamos, é construído por enunciados e representações. A lei é a expressão deste enunciado. Pensar lei é pensar em ordenamento jurídico, estatal, institucional. A lei é criada por um grupo de cidadãos eleitos para tal fim, é a vontade da sociedade, e tem como objetivo regular as relações humanas nos mais diversos grupos sociais.

Consideramos, neste trabalho, a partir das discussões sobre a história das facções criminosas, o Comando Vermelho como uma instituição, a partir de critérios apontados anteriormente (MERTON apud MARIANI, 1996). Como tal, há uma regulação das relações sociais, do estabelecimento de objetivos etc. Esta concepção, de instituição, é uma forma didática de comparação às instituições estatais, adotadas aqui. Em nenhum momento, os

<sup>56</sup>O adolescente não é “preso”, é “apreendido”, segundo o ECA.

<sup>57</sup>A designação CRIAAD é nova. A mudança de CRIAM para CRIAAD se deu durante o período da pesquisa.

adolescentes declararam que o Comando Vermelho é uma instituição, mas nos discursos, o significante “lei” é presente, não a partir da perspectiva da justiça estatal, mas de uma outra justiça

Ent: isso aí se chama cumprir o dever?

M1: praticamente, **na lei do tráfico, na lei do crime**, isso é cumprir o dever.

Sabe-se que a criação da lei, no sentido de normatização, de regulação das relações sociais, é um poder atribuído ao Estado, mas este significante surge nos enunciados dos adolescentes envolvidos com o tráfico. Quais são os sentidos atribuídos a este significante a partir das FD em que estes adolescentes se inscrevem?

Verificou-se que, na história do Comando Vermelho, havia uma organização social que sustentava esta organização. Um dos pontos principais era a adoção de determinadas regras, como forma de organização social no interior dos presídios. Havia também documentos que eram produzidos pelos chefes destas organizações, em que ordens eram emanadas e deveriam ser cumpridas<sup>58</sup>. Quando o adolescente diz que “na lei do tráfico, na lei do crime”, invoca estes sentidos, o de uma organização, com suas regras e normas, considerando-se como um integrante de um grupo social, organizado a partir de tais regras e normas. Este sujeito inscreve-se, ideologicamente e discursivamente, na posição-sujeito de membro de uma sociedade, a do tráfico e a do crime.

A relação discursiva real/realidade, apontada acima, não é consciente, o sujeito adolescente não tem consciência deste discurso produzido, pois é o efeito da relação do sujeito com a língua (tal como é enunciada) e com a história (enquanto materialidade simbólica). Só se pode ter língua e história conjuntas pelo efeito ideológico, o do crime, por exemplo. Isso para dizer que o discurso do sujeito adolescente é a conjuntura da língua com a história, pois este sujeito produz a impressão da realidade e formula enunciados. Tais formulações são os gestos ideológicos, o que põe em jogo o “ego imaginário” (uma relação do campo do simbólico, do imaginário e do real) do sujeito (PÊCHEUX, 2009).

As formulações, como gestos ideológicos, são presentes, de forma constante, no discurso dos adolescentes do CRIAAD. Constrói-se o simbólico o tempo todo como uma forma de elaboração de um “discurso excludente”, restrito àqueles que se inserem no universo do tráfico, àqueles que se inserem nas formações discursivas próprias do tráfico. Com há a

<sup>58</sup> “As 12 regras do bom bandido” foram encontradas em poder de um bandido foragido do Instituto Penal Milton Dias Moreira, de nome Adilson Conceição. Este documento determina normas de conduta daqueles que são integrantes do Comando Vermelho.

oposição crime-polícia, os significantes, de um e de outro, se imbricam, ora há o discurso policial, ora há o discurso criminoso. A alternância destes discursos é comum entre os adolescentes, como “quem mora em favela, às vezes é **forjado**”. Forjar, segundo Houaiss, é

“1 trabalhar (metal) na forja. 2 modelar, fabricar na forja (f. Uma espada). 3 fig. Inventar, criar (f. Uma nova palavra). 4 fig. Elaborar artificialmente, com mentiras, inventar (f. Um álibi).”

Quais são os possíveis sentidos para “**forjado**”? O que é forjado, o crime ou o morador? Se analisarmos o significante em questão, pode-se ter os seguintes sentidos: o morador da favela é forjado (é construído. A imagem social do favelado, assaltante, é construída por um grupo social distinto deste, uma imagem inventada); ou, aquele a quem é atribuído um crime que não aconteceu; o crime é inventado, e quem mora na favela é vítima desta invenção.

A ocorrência do discurso jurídico torna-se frequente neste grupo de adolescentes. Em determinado momento do grupo focal, um dos adolescentes, ao comentar sobre o término de sua medida sócio-educativa, constrói o seguinte enunciado

“Tô agarrado, mané, num vi minha filha falar a primeira palavra, num vi minha filha começar a andar, eu rodei, minha filha tinha era seis mês, agora ela tá cum um ano e seis mês. Agora, eu saindo agora dessa **condicional**, ela tá cum um ano e seis...”

O significante **condicional**, igualmente, pode evocar um sentido próprio do discurso jurídico, mas também pode ser considerado como um lapso. Sentido do discurso jurídico no momento em que este adolescente assume a posição-sujeito de detento, de preso. O tratamento com adolescentes não é o de preso, mas de interno; um adolescente não cumpre pena, cumpre medida sócio-educativa, um adolescente não é preso, é apreendido. Dentre as medidas sócio-educativas não há referência à liberdade condicional, há referência à liberdade assistida. Este adolescente por inscrever-se na formação discursiva das facções criminosas, particularmente, o Comando Vermelho, assume uma posição-sujeito não de um adolescente, mas de um indivíduo maior de idade, pois a guerra<sup>59</sup> entre polícia e Comando não é coisa para criança.

Por outro lado, é possível a ocorrência de um lapso, a atuação do inconsciente. O significante “condicional”, por estar inscrito no discurso jurídico, é enunciado, mas, este adolescente, ao falar de sua filha e da vida difícil que se tem dentro das instituições, não quis

<sup>59</sup> Nos discursos dos integrantes das facções, este significante é muito comum. A idéia de guerra é bastante presente, tanto no discurso policial, quanto no discurso criminoso. A questão é: quem é o inimigo contra se luta? Por este não ser o foco da discussão deste trabalho, não nos preocupamos em aprofundar tal discussão.

dizer que “**estava saindo agora dessa condição**”? Este é um sentido possível, mas a força da ideologia do discurso institucional, jurídico, o leva ao lapso.

### 10.3.2 O adolescente : sujeito do crime

A discussão acerca das organizações criminosas restringe-se à constituição e atuação de uma única facção: o Comando Vermelho. A justificativa para esta restrição é que todos os adolescentes participantes dos grupos focais diziam-se integrantes desta facção.

A opção por uma ou outra facção obedece a critérios próprios, mas um destes critérios é considerado fundamental: o critério geográfico. Cada facção domina determinada comunidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, o que significa que morar em determinado local é pertencer à determinada facção, é ser simpático à determinada facção. Não queremos dizer com isso que o morador de uma comunidade, obrigatoriamente, é integrante da facção A ou B, mas pelo fato de morar nesta comunidade não lhe é permitido acessar outras comunidades em que facções contrárias estejam presentes.

Este é um critério importante para este trabalho, tendo em vista que todos os adolescentes são moradores da cidade de Duque de Caxias, e a facção presente na cidade é o Comando Vermelho. Desta forma, todos os adolescentes se dizem integrante desta facção.

Quando se pensa em analisar o discurso destes adolescentes, percebe-se que há alguns pontos que devem ser levados em consideração: todos os adolescentes se dizem integrantes do Comando Vermelho pelo fato de morarem nas comunidades onde esta facção detém o tráfico de drogas; pelo fato de um sujeito estranho adentrar o universo destes adolescentes, há um discurso próprio destinado a este sujeito estranho; o interdiscurso é presente e verificado boa parte do tempo; a força do slogan também é uma realidade nestes discursos; o silêncio pelo que é dito cala outros sentidos.

Os adolescentes que participaram deste trabalho são quase todos reincidentes, têm mais de uma entrada no sistema. Esta vivência (ou rotatividade – ora um, ora outro encontra-se no CRIAAD) acaba por tornar-se algo comum a estes adolescentes, proporcionando o domínio dos códigos de conduta, as formas de identificação. Esta “ida-e-vinda” acaba fazendo parte do cotidiano destes sujeitos, incorporando às formações discursivas esta característica. Observemos os enunciados de um dos adolescentes:

M2: essa é minha primeira passagem, mas eu **discumpri**. Eu vim do CAI Baixada e depois pro CRIAM (...) Habeas corpus...

E: Você passou pelo CAI, pelo Padre Severino, pelo CAI...

M2: aí vim pra cá...peguei dois mês aqui e **discumpri**.

E: você se evadiu?

M2: Não. Fui final de semana e não voltei mais. Aí fui de mandado de busca, me pegaram, fiquei três semana, aí **dispulei (o muro)**, evadi de novo....

O uso do prefixo de negação dis- (equivalente a des-) indica, aqui, uma ação oposta, conforme o significado de “discumpri” = não cumprir. O adolescente não cumpriu (ou deixou de cumprir) a medida sócio-educativa. Quando enuncia o significante “dispulei”, evoca o sentido de “não pular”, de “voltar por livre iniciativa”. Se levarmos em consideração que estes adolescentes estão inscritos em uma determinada formação ideológica que é própria a estes sujeitos, pois, conforme Pêcheux,

Cada Formação Ideológica (FI) constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX; FUCHS apud GADET & HAK, 1997).

Estes elementos não são discursivos, são exteriores ao discurso, mas se refletem no seu interior. Uma FI comporta uma ou várias FD, que determina o que pode e o que deve ser dito. Quando o adolescente diz que vai “dispular”, evoca o sentido de voltar à unidade do CRIAAD, ou seja, a institucionalização faz parte da FI em que está inserido.

O DEGASE, assim como o DESIPE, tem um histórico de restrição de liberdade daqueles que cometem o crime/ato infracional. No CRIAAD, como dissemos anteriormente, todos os adolescentes envolvidos no grupo focal têm envolvimento com o tráfico de drogas, uns diretamente, outros indiretamente. O tráfico, para estes adolescentes faz parte da rotina dentro das comunidades em que vivem e, igualmente, é uma representação na FI em que estes adolescentes se inscrevem. Observemos o discurso deste adolescente:

E: Por que vocês ficaram internados? O que houve? O que fizeram?

M3: **Ah, eu não fiz nada..**

E: nada?

M3: **não, eu rodei por tráfico.**

Quando há a pergunta sobre o fato que levou este adolescente ao CRIAAD, rapidamente ele diz que não fez nada que fosse motivo para o cumprimento da medida sócio-educativa aplicada. Quando perguntado novamente, diz que “rodou por tráfico”, mas antes usa o advérbio de negação “não”. Analisando esta construção, é possível compreender o uso deste advérbio. A segunda pergunta apresenta um caráter de insistência, alguém estranho ao grupo

questiona qual foi o motivo da entrada no CRIAAD. Inicialmente, não há motivos para este adolescente estar naquele local, porém, quando perguntado novamente (a voz da instituição), responde o que deve ser respondido àquele que ocupa a posição-sujeito da instituição (DEGASE). Todos que ali estão são culpados por algum ato infracional, ato este definido pela lei, pelo discurso jurídico, porém na FI em que este adolescente está inscrito, o tráfico é uma realidade. Esta FI autoriza a evocação de um sentido diverso àquele exigido pela instituição. O **advérbio de negação (não)** reforça este posicionamento da FI.

Ainda a respeito desta FI, aquela em que os sujeitos se inscrevem como integrantes de uma facção de tráfico de drogas, há a assunção desta posição-sujeito, percebida pelo lapso no discurso destes adolescentes. Em dois momentos, o mesmo adolescente apresenta posições distintas. No primeiro momento, há um discurso “montado”, direcionado à instituição<sup>60</sup>; no segundo momento o inconsciente atua

E: você tava traficando?  
 M1: Tava...  
 Ent: traficando o quê?  
 M1: traficando crack.  
 E: era a primeira vez?  
 M1: primeira vez.

Neste discurso, este adolescente diz que era a primeira vez que se envolvia com o tráfico e que fora apreendido nesta ocasião. Seu envolvimento era inicial, trabalhava em uma lan house e ingressou no tráfico porque um colega o chamou. Porém, mais a frente diz, em seu discurso,

M1: bem antes de eu ser preso. Tava andando na rua tranquilamente, ele (o policial) me abordou, aí falou que eu era bandido, não sei o quê. Eu não era bandido ainda...

As diferentes posições nos dois discursos nos remetem à seguinte compreensão: este adolescente não havia se envolvido com o tráfico de drogas até ser apreendido, por isso não poderia ser considerado bandido. Porém quando apresenta o enunciado “eu não era bandido ainda”. O advérbio de tempo “ainda” evoca os seguintes sentidos: na época em que fora apreendido não era bandido, quando foi internado no Degase, tornou-se bandido; silencia um sentido inicial, sempre fora bandido.

O interdiscurso é outra marca que se apresenta no discurso dos adolescentes. Orlandi (2007) diz que a memória tem suas características quando pensada em termo de discurso, e nesta perspectiva é tratada como interdiscurso. Este é o que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, a nossa memória discursiva. É o saber discursiva que torna

<sup>60</sup>Novamente nos remetemos às práticas cotidianas no DEGASE: as entrevistas com os técnicos, as mãos para trás etc.

possível todo o dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito. Nesta enunciação tem-se

M1: faltou gás, morador chega em cima de nós, nós, se puder, a gente fortalece, uma cesta básica, nós tá sempre ajudando o morador.

Em 1999, João Moreira Sales e Kátia Lund lançaram um documentário chamado “Notícias de uma Guerra Particular”. Neste documentário, há a perspectiva da violência urbana sob três focos: o do traficante, o do policial e o do morador da favela. Em uma das cenas do documentário, um traficante, com o codinome de Adriano, fala sobre o papel do tráfico de drogas na comunidade. Ele diz que “quando falta um papel higiênico eles compram, uma cesta básica, um remédio...”. A diferença temporal entre estes discursos é de 14 anos (levando em consideração um ano para gravação). No ano da gravação, este adolescente era um bebê e hoje traz à tona o mesmo discurso. Este discurso novamente é retomado por outro adolescente

M4: agora nós não, tiver nas condições de nós, porra, dá uma moral de uma compra, tiver nas condições de dar um remédio prum filho tiver passando mal, pode ir lá na zero, lá na boca lá, cunversar lá, mandar chamar o gerente geral que vai ver a melhor forma de dar um remédio, tá entendendo, um gás, um feijão, um arroz, tá entendendo, tiver nas condições de, porra, dar uma carne pra ajudar, nós ajuda porque nós num quer...

A memória discursiva, este saber discursivo é que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que está na base do dizível e que sustenta cada tomada de palavra. O discurso deste sujeito reflete exatamente isso. Ele pensa ser o autor deste discurso, mas o produz a partir de um discurso anterior, recorrendo à memória discursiva. Há, aqui, as categorias da ilusão discursiva de esquecimento, conforme Indursky (1997), retomando Pêcheux, cita:

Processos discursivos assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a ilusão discursiva não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão-esquecimento nº1), mas também de ter domínio daquilo que diz, de ser o mestre absoluto de seu próprio processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento nº2).

Diante destas observações, é preciso ainda abordar uma outra característica do discurso destes sujeitos adolescentes, a partir das FD em que estão inscritos. Esta característica é o slogan.

### 10.3.3 Paz, justiça e liberdade: a força do slogan

No discurso dos adolescentes do CRIAAD é comum o reconhecimento de determinados slogans, formas cristalizadas que fazem com que as pessoas adiram a sua idéia sem discernir a força que este slogan impele, pois, segundo Reboul (1975), há um traço característico do slogan: impedir a reflexão, reforçando a massificação.

Há, de fato, a necessidade de reflexão quando se fala em slogan? Ele se instala com naturalidade em nossa memória, em nosso centro de pensamento, em nossa linguagem e, por que não dizer, em nosso discurso. Se ele se prolifera desta forma e com essa força é porque assume uma função que só ele pode desempenhar. Esta é a perspectiva adotada na formulação dos slogans (adotamos o plural de forma proposital) quando repetidos pelos adolescentes que são internos do CRIAAD. A força deste elemento é presente e tem grande força entre estes adolescentes.

É importante que se faça uma consideração: quando se fala em slogan, há sempre a percepção de que se refere à propaganda e à publicidade, o que não é verdade. A idéia de slogan é muito anterior ao uso por estas duas áreas. Segundo Reboul (1975), Constantino já usava a força ilocutória do slogan a favor dos romanos quando, em seus estandartes, inscreveu “In hoc signo vinces!”<sup>61</sup>, junto com a figura de uma cruz. Desta forma, Constantino vinculava os romanos ao cristianismo e os cristãos a Roma.

O estudo do slogan leva-nos a crer que a linguagem está longe de ser transparente, servindo mais para dissimular do que para revelar, ou seja, o que é dito não está dito na superfície da materialidade linguística. Estas características são próprias da AD, quando pensamos na categoria do silêncio. Não seria o slogan uma forma de silenciamento de outros sentidos? Desta forma a análise dos slogans adotados e utilizados pelos adolescentes do CRIAAD são pontos importantes a serem discutidos no processo de identificação e identidade destes adolescentes, influenciados pela força das facções criminosas, particularmente o Comando Vermelho, e pela própria força da instituição DEGASE.

Há posicionamentos discriminatórios quanto ao uso do slogan. No francês, este termo é pejorativo, designando “propaganda”, “reclame” e “doutrinação”. Este último conceito é o que se aproxima mais do uso pelo Comando Vermelho. Reboul (1975) afirma que “uma palavra é pejorativa quando se basta a si mesma para depreciar o que designa”. O slogan mais famoso do Comando Vermelho é “paz, justiça e liberdade”. Que paz, que justiça e que

---

<sup>61</sup>Com este símbolo, vencerás!

liberdade são essas difundidas pelo Comando Vermelho? Não seria o caso de, justamente, significar o contrário do que se diz? Este slogan não deprecia estes próprios valores? Este slogan, adotado pelo Comando Vermelho como “lema”, é uma metáfora dos ideais da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), adotado pelos próprios fundadores desta facção, quando do seu surgimento na Ilha Grande, devido à influência dos presos políticos na época da ditadura militar<sup>62</sup>.

O slogan destrói as condições da verdade, porque instaura a dúvida, foge ao controle e ao livre exame. Funciona como uma espécie de grito passional que apela às paixões das massas, como forma de justificar uma ação ou uma intenção. Quando aqueles que estão envolvidos com o tráfico evocam “paz, justiça e liberdade”, na verdade justificam a ação do Comando Vermelho, tentando tornar justificável algo que é injustificável. Como sabemos, o tráfico de drogas se utiliza da violência, do roubo, da extorsão, para que possa funcionar. Em nome de uma “justiça social”, de uma “paz nas comunidades” e de uma “liberdade de escolha, de ir e vir”, faz como que os integrantes de tal facção tentem cooptar moradores das comunidades e, principalmente, jovens para que ingressem no serviço do tráfico de drogas. Se tais slogans podem parecer ridículos para a maioria da população, na verdade são perigosos quanto às suas intenções e pelo que é dito quando não dito.

A força do slogan pode ser ilocutória ou perlocutória. A primeira refere-se ao que o falante quer dizer; a segunda, que efeito esta fala quer produzir. Vê-se que a idéia de slogan é puramente perlocutória, o que conta não é seu sentido mas o seu impacto. Há ainda as funções que o slogan apresenta: fazer aderir; prender a atenção e resumir. A primeira tem como objetivo cooptar seguidores, aqueles que, por exemplo, vão aderir a um determinado conjunto de ideias. Quando todos os integrantes do Comando Vermelho dizem “paz, justiça e liberdade”, mesmo sem saber exatamente que valores são estes e o que representam no contexto do tráfico, significa que há a adesão de todos a esta ideia; a outra função, prender a atenção tem com função induzir um leitor a ler ou ouvir um texto-reclame; a terceira, e última função, tem como objetivo resumir de maneira curta e incisiva, por exemplo, uma ideologia. Novamente nos reportamos ao slogan principal do Comando Vermelho. Não seria um resumo?

Apesar destas três funções, o slogan é uma fórmula que não se limita a fazer aderir, mas, na verdade, aderir contra, e que traz em si mais do que anuncia ou resume. Funciona como uma resistência à determinada idéia, posição ou ideologia e revela muito mais do que se

---

<sup>62</sup> A formação do Comando Vermelho já foi discutida anteriormente, por isso não consideramos importante aprofundar este assunto neste capítulo.

apresenta na materialidade linguística que se apresenta, ou seja, quando produz algo diferente daquilo que se diz. Seja qual for seu sentido aparente, sua função não está no seu sentido, mas no seu impacto; não no que ele quer dizer, mas no que ele quer fazer (REBOUL, 1975, p. 19)

Em um dos diálogos dos adolescentes, quando se conversa sobre o Comando Vermelho, um deles diz

M1-É um grupo de tráfico de drogas...

M2 – é o poder!

M1 – Poder paralelo(risos)...

A idéia de “poder paralelo” é comum a todos os adolescentes do CRIAAD. Estes sujeitos, inscritos nas posições discursivas de traficantes, integrantes do Comando Vermelho, facção esta a primeira e mais antiga do Rio de Janeiro, com sua história, com a história de seus fundadores e integrantes, representa no discurso destes sujeitos o poder. Os significantes “poder” e “paralelo” isoladamente podem apresentar inúmeros significados, mas como um único significante, inscrito na posição discursiva destes adolescentes significa de outra forma. A idéia de “poder paralelo”, como já foi dito, inscreve-se em uma formação ideológica própria do tráfico de drogas ou do próprio poder público<sup>63</sup>. Como este significante significa? “poder paralelo” é algo que pode e, principalmente, deve ser dito por aqueles que se inscrevem nas formações discursivas do tráfico. Há uma luta pelo poder, de um lado o Estado, o poder não-paralelo, oficial, e de outro lado, um outro poder, este não-estatal, aquele que representa a resistência às injustiças do sistema burguês, capitalista, e aqueles que se inscrevem na posição de integrantes do Comando Vermelho devem lutar pelo poder. Os sujeitos-adolescentes são, desta forma, interpelados em “sujeitos-falantes” (sujeitos de seu discurso) pela formação discursiva que representa na linguagem a formação ideológica que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 2009), a formação ideológica do tráfico de drogas.

Reboul (1975) apresenta uma outra característica que é importante ao discutirmos a idéia de slogan: a palavra-choque. Palavras-choque, apesar de parecerem com slogans, não os são. Aquelas têm por objetivo provocarem uma reação afetiva no destinatário, e apresentam duas características: 1) oferece mais informações a respeito do destinatário do que ao referente; 2) quanto mais afetiva ou carregada de valor, menos clara será a palavra-choque.

Verifiquemos o slogan do Comando Vermelho, por exemplo: “paz, justiça e liberdade”. Certamente é uma metáfora do slogan da Revolução Francesa, “igualdade,

<sup>63</sup> Acredita-se que este significante tenha se constituído pelo próprio poder público, estatal, quando afirma que sua ausência (poder público) abre espaço para um outro poder (não-público). A partir desta idéia, as próprias facções começaram a se auto-denominar como um poder não-público, não-estatal, ou seja, um poder paralelo ao Estado.

liberdade e fraternidade<sup>64</sup>). Ambos os slogans utilizam-se de palavras-choque para se construírem. O slogan do Comando Vermelho pode ser analisado da seguinte forma: a) é produzido historicamente, a partir das origens do Comando Vermelho, com o imbricamento de valores de seus fundadores (presos políticos que lutavam contra o sistema – ditadura militar – a partir de ideais de esquerda, comunistas, que retomavam exatamente os mesmos valores da Revolução Francesa<sup>65</sup>), aliados aos presos comuns da LSN; b) A evocação deste slogan caracteriza claramente que o sujeito é integrante (ou simpático) ao Comando Vermelho. Sujeitos não inscritos na FI e, conseqüentemente, na FD do CV não evocam este slogan. Hoje é mais presente a identificação dos sujeitos e destinatários do que a identificação do próprio referente, conforme o discurso de um dos adolescentes

E: o que é o Comando Vermelho?  
 M1: eu esqueci (risos)...eu sabia, eu esqueci agora...  
 E: Então, o que é? (volta-se ao grupo)  
 M2: é todo o comandamento do Comando Vermelho..  
 M1: é uma facção..  
 E: mas tem outras facções..o que é o Comando Vermelho como facção?  
 M2: é um grupo de tráfico de drogas..  
 M1: é o poder!  
 E: poder?  
 M1: poder paralelo..  
 M2: praticamente isso, poder paralelo..

Todos os sujeitos envolvidos diziam-se integrantes do CV, diziam conhecer sua estrutura, suas regras, mas não sabem exatamente o que é esta facção. Há um silenciamento deste sentido quando M1 diz “eu me esqueci...eu sabia, eu esqueci agora..”. Os significantes “saber” e “esquecer” apresentam sentidos diferentes. M1 “sabia” e “esqueceu”. Saber cala o sentido de não-saber, ou seja, M1 não sabe o que é a facção de que ele diz ser integrante. “Esquecer” reforça este sentido, esqueceu algo que não sabia? Cita o slogan do CV, mas não sabe o que é este slogan, tampouco o que é o CV. M2, igualmente, se inscreve da mesma forma nesta FD, adotando o slogan como silenciamento de sentidos. Quando diz “é o comandamento do Comando Vermelho”. Comandamento é o ato de comandar, então o CV é aquele que comanda o próprio CV? “Comandamento” não silencia um outro sentido, “não sei o que é”?

A segunda característica, quanto mais afetiva a palavra-choque, menos clara será esta palavra-choque, é representada pela carga histórica, ideológica e afetiva dos ideais da

<sup>64</sup> A Revolução de 17, igualmente, recorreu aos ideais da Revolução Francesa para criar seu slogan: “Pão, Paz e Liberdade” que, aliás, é muito mais próximo do slogan do CV. Estas são metáforas do slogan na França.

<sup>65</sup> José Gregório, o Gordo, em depoimento, dizia que, na Ilha Grande, todos dividiam tudo: se houvesse uma banana para dez pessoas, todos comeriam. Se não fosse possível todos comerem, ninguém comeria. Que na cadeia, todos são iguais, que ali se faz justiça. O respeito, a igualdade entre os homens e a paz dentro da facção são os princípios do Comando Vermelho.

Revolução Francesa. “Igualdade, liberdade e fraternidade” representaram uma ruptura no sistema político, governamental e econômico na França. Esta ruptura teve como objetivo proporcionar um novou rumo ao país. “Paz, justiça e liberdade” não seria, igualmente, uma ruptura com um sistema opressor, obsoleto? Os movimentos de esquerda, aqueles inseridos na luta armada, não tinham os mesmos objetivos? A adoção deste slogan por parte do CV não remete à mesma idéia. Retomemos um discurso já citado neste trabalho.

M1: faltou gás, morador chega em cima de nós, nós, se puder, a gente fortalece, uma cesta básica, nós tá sempre ajudando o morador.

M4: agora nós não, tiver nas condições de nós, porra, dá uma moral de uma compra, tiver nas condições de dar um remédio prum filho tiver passando mal, pode ir lá na zero, lá na boca lá, cunversar lá, mandar chamar o gerente geral que vai ver a melhor forma de dar um remédio, tá entendendo, um gás, um feijão, um arroz, tá entendendo, tiver nas condições de, porra, dar uma carne pra ajudar, nós ajuda porque nós num quer...

A justiça social é o mote para a atuação do CV nas comunidades. *“agora nós não, tiver nas condições de nós...dá uma moral de uma compra”* é a representação da FI em que este sujeito se inscreve. O uso do advérbio de tempo “agora” é uma marca importante. Quais são os sentidos que “agora” evoca? Antes, o CV não “dava uma moral”? Que tempo é este a que este sujeito se refere? Que antes e depois são este tempo? Não fica claro a que tempo se refere, silenciando outros sentidos, como por exemplo, quando se deu a “ruptura” que este slogan representa.

Este discurso é comum a todos os sujeitos ouvidos no grupo focal, assim como em “Notícias de uma Guerra Particular”. Apesar de não existir a enunciação explícita de “paz, justiça e liberdade”, é possível considerar tal enunciação no contexto da produção dos discursos produzidos pelos adolescentes do CRIAAD. A clareza a que Reboul (1975) se refere (tantos menos clara será a palavra-choque) acontece exatamente nos slogans do CV, em virtude da própria carga afetiva e histórica presente nas palavras-choques destes slogans<sup>66</sup>.

O propósito desta discussão não é explicar o que é o slogan, tampouco suas formas, variações etc, mas sua aplicação a partir da ideologia do Comando Vermelho e a partir das FD em que os adolescentes do CRIAAD encontram-se inscritos. A força do slogan “paz, justiça e liberdade” funciona como uma espécie de estabilização e manutenção que legitimam as atividades criminosas desta facção. Pensando-se nos sujeitos que cumprem medidas sócio-educativas no DEGASE, além de se inscreverem nas FI, tanto do CV quanto do DEGASE, são adolescentes, com todas suas características, próprias da juventude. A força do slogan,

<sup>66</sup>Além do interdiscurso, conforme Pêcheux.

certamente é forte dentro deste grupo, e fortalecida pela condição intramuros em que estes sujeitos se encontram.

## CONCLUSÃO

O mote para este trabalho foram dois: o primeiro, minha experiência profissional, quando integrante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. No período de 1994 a 1996, presenciei e participei de várias ocorrências envolvendo adolescentes que cometiam atos infracionais. O segundo motivo foram os discursos presentes no documentário “Notícias de uma Guerra Particular”. Neste documentário, vários adolescentes, uns nas comunidades e outros no IPS, falam sobre sua experiência nas facções, no crime, em suas passagens pelo DEGASE. Estabelecendo uma comparação nestes dois casos, chamou-me à atenção a semelhança no discurso destes adolescentes. O que havia de tão igual, de homogêneo. Havia heterogeneidade nestes discursos? Qual era a influência das facções criminosas nestes discursos? E o DEGASE, reforça discursos, apaga-os ou estabelece outros? Era possível afirmar que uma identidade era estabelecida por meio destes discursos? Todas estas inquietações motivaram a elaboração deste trabalho, como forma de tentar verificar se tais questões poderiam ser respondidas. O foco deste trabalho foi o adolescente que cumpre medida sócio-educativa no CRIADD de Duque de Caxias, foi o discurso construído por este sujeito a partir de sua inscrição em Formações Ideológicas e Formações Discursivas presentes tanto nas facções criminosas, quanto nas Formações Ideológicas e Formações Discursivas presentes no CRIAAD.

Após o exame do discurso destes adolescentes, verificamos que a marca mais forte na construção de uma identidade coletiva, por meio dos processos de identificação é o silêncio. Há o silenciamento dos discursos destes adolescentes por parte da instituição, através de sua cultura e práticas; há o silêncio por parte dos adolescentes, como forma de resistência. Estas são as marcas mais fortes, presentes nos discursos dos adolescentes. Acredita-se que acontecem em virtude das relações de poder que existem dentro das instituições, um poder de “fazer” e um poder de “resistir”.

Na primeira parte deste trabalho, buscou-se construir o percurso histórico do jovem no Brasil, a partir do final do século XIX, sob a perspectiva do Código Penal de 1890, até os dias atuais, passando pelos diversos códigos voltados aos jovens (Código Melo Matos, Código de menores de 1979, o Estatuto da Criança e do Adolescente), discutindo ainda as atribuições e ações das instituições de internação de menores. O próprio binômio “menor-adolescente” é alvo de discussão, já que com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a designação “menor” deixa de existir, assumindo, assim, um caráter pejorativo, o que não significa que foi abandonado.

Em um segundo momento, apresenta-se as teorias que pautaram este trabalho, a Análise do Discurso da Linha Francesa, que tem como seu expoente Michel Pêcheux. A respeito das teorias de Pêcheux, foram apresentados conceitos importantes da Análise do Discurso, como a própria noção de discurso, Formações Ideológicas, Formações Discursivas, interdiscurso, ilusão-esquecimento, dentre outros. Outra discussão, igualmente importante, foi sobre identidade e identificação, a partir de Freud. Nesta discussão, foi possível perceber que o conceito de identidade, a partir da discussão Freudiana sobre identificação, é frágil.

Após, esta discussão, construiu-se a metodologia para este trabalho. Segundo Orlandi(2007),

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. (ORLANDI, 2007, p. 27)

Isto significa que um analista de discurso certamente usará o mesmo dispositivo teórico de outros analistas, mas o que diferencia um de outro são os dispositivos analíticos adotados. Neste trabalho, foram adotadas as técnicas do grupo focal, com o intuito de que os adolescentes envolvidos pudessem livremente produzir seus discursos. Livremente porque considerou-se que nas entrevistas tal discurso é silenciado, tendo em vista a rotina institucional (os adolescentes são submetidos a entrevistas constantemente, há relatórios psicológicos, pedagógicos, disciplinares). O perfil dos participantes foi previamente traçado (reincidência, tipo de ato infracional, região geográfica etc). Após a autorização do Juizado da Infância e do Idoso, em Duque de Caixas, e da Escola de Gestão sócio-educativa Paulo Freire (EGSE), deu-se início ao trabalho de coleta de dados. Houve um roteiro, previamente elaborado, com questões que foram colocadas em discussão. Com isso, os adolescentes puderam dar voz a seus discursos, fugindo do discurso construído, rotina nas unidades do DEGASE.

Outro ponto importante foi a construção das categorias de memória, sujeito e ideologia. Este capítulo discutiu estas três categorias, importantes quando falamos em Análise do Discurso. Nesta discussão, tentou-se traçar o alinhamento da teoria, a partir da AD, com a situação particular deste trabalho. Pensar a memória (memória discursiva) destes adolescentes, entender quem é este sujeito adolescente, institucionalizado, que se diz integrante do Comando Vermelho, verificar qual é a ideologia que atua dentro do universo destes adolescentes (Formações Ideológicas), dentro e fora das unidades do DEGASE, foram

pontos importantes para se pensar na construção dos processos de identificação a que estes adolescentes estão sujeitos.

Pensou-se em construir o espaço discursivo DEGASE, a partir de sua própria concepção, diante dos novos desafios (hoje chama-se Novo Degase), ou seja, como velhas práticas podem lidar com novas práticas. Percebeu-se que apesar de um novo significante (Novo Degase), as práticas ainda são as antigas. Há tentativa de se inserir o novo, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas ainda há muito dos códigos de menores do passado, da perspectiva das casas de correição e da extinta Funabem.

A última parte deste trabalho voltou-se à análise dos discursos presentes nos espaços DEGASE/Comando Vermelho. A partir da construção das Formações Ideológicas e das Formações Discursivas em que os sujeitos estavam inscritos (técnicos e adolescentes) chegou-se à conclusão que as velhas práticas institucionais são muito fortes no DEGASE e que os adolescentes inscrevem-se em duas formações discursivas: a primeira, como sujeito institucionalizado, sujeito às normas do DEGASE (algumas normas são veladas, não institucionais); a segunda, como sujeito criminoso, integrante do Comando Vermelho. Em ambas percebeu-se um discurso de resistência, por meio do silêncio, o que não significa ausência do discurso verbal; o interdiscurso, quando evocam discursos anteriores a estes sujeitos, discursos estes ligados à história o Comando Vermelho, além do uso de slogans, que igualmente silenciam outros sentidos, diferentes daqueles presentes na materialidade linguística. Estes sujeitos (adolescentes) constituem-se como sujeitos jurídicos, pois inscrevem-se nesta Formação Discursiva quando evocam para si o próprio direito (157, 33, habeas corpus, condicional), e sujeitos do crime, quando se inscrevem na Formação Discursiva das facções que traficam drogas (o discurso da violência como solução para os problemas sociais, por exemplo).

Espera-se que este trabalho ofereça subsídios para se pensar o sujeito adolescente em conflito com a lei, institucionalizado, cumprindo medida sócio-educativa nas unidades do DEGASE, que tem envolvimento com o tráfico de drogas (direta ou indiretamente). Pensar (e praticar) uma nova proposta para este sujeito é uma forma de minimizar as relações de poder (ou oposições de poder?) dentro das unidades do DEGASE. A perspectiva disciplinar ainda é forte, sendo muitas vezes o foco principal do atendimento a este sujeito. Com a transferência da responsabilidade do atendimento do adolescente em conflito com a lei para a Secretaria Estadual de Educação, é preciso pensar que disciplina, integrada à educação, a lazer, à cidadania é que devem ser a tônica do atendimento a este adolescente, com vistas a evitar seu (re)engajamento nas fileiras do tráfico de drogas.

Este estudo não esgota todas as possibilidades a partir do discurso construído pelos adolescentes institucionalizados e pelo discurso construído pela instituição DEGASE. Verificou-se somente as categorias que compõem a identidade/identificação dos adolescentes, porém, há outros campos que podem ser explorados a partir destes discursos produzidos. Uma das possibilidades é verificar se tais discursos se confirmam nos sujeitos que cumpriram medidas sócio-educativas nas unidades do DEGASE e atualmente, por terem atingido a maioridade, cumprem penas nas unidades do DESIPE. Esta possibilidade de pesquisa poderia determinar se tais identidades se confirmam nas unidades do DESIPE, se são apagadas, reforçadas ou se outras identidades são constituídas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary Del. ( Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.89-316
- ALBUQUERQUE, J. A. G. de. **Metáforas da desordem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas**: o cotidiano dos internatos-prisões. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.
- \_\_\_\_\_. **De “menor” a presidiário**: a trajetória inevitável? Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ALTOÉ, Sônia (Org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo**: direito e psicanálise. Rio Janeiro: Revinter, 1999.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Rio de Janeiro: M. Fontes, 2010.
- BALIBAR, Étienne. **Cinq études Du matérialisme historique**. Paris: Maspero, 1974 apud PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de: Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- BARTHES, Roland. **Mythologies**. Paris: Seuil, 1957 apud VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- BASTOS, Adilson Dias. Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes. **Revista Psicologia Jurídica/Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica**, São Paulo, v.2, n.3, p.15-21, jan/jun. 2002.
- BEZERRA, Silvana. **A construção da identidade da juventude na adversidade**: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.
- BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Lawrence Kohlberg e educação moral**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, Ciência e Cultura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

BOUMARD, Jean . **Les savants de l'intérieur**. Londres: Armand Colin, 1989 apud ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisões**. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez.1927.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 3.799, de 05 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov.1941.

\_\_\_\_\_. Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo. Brasília, DF, 11 out.1979.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRENNER, Ana Karina ; MONTEIRO, Elaine. **Direitos: redução da maioridade penal ou medidas sócioeducativas**. Disponível em: <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3516&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3516&Itemid=2)>. Acesso em: 10 out. 2008

BURITY, Joanildo A. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. 127 p. Relatório de pesquisa. Mimeografado.

CHAVES, Antonio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: LTR, 1997.

CRUZ NETO, Otávio et al. Grupos Focais e Pesquisa Social: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. , 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG.: ABEP, 2002. p. 26. Disponível em: <[www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc](http://www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc)>. Acesso em: 15 abr. 2008.

DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Tradução de: Antonio Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de: Valmir Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FLORENCE, J. As identificações. In: MANNONI, M. (Org.). **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 115-146.

FOUCAULT, Michel. **A verdade das formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de: Raquel Ramallete. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: a vontade de saber**.. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v.1

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Além do princípio de prazer**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **O ego e o id**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **O futuro de uma ilusão**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar na civilização**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**. Tradução de: J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976 apud GUIMARAES, Veridiana Canezin; CELES, Luiz Augusto M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. **Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 24-35, set. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722007000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jan. 2009.

GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUIMARAES, Veridiana Canezin; CELES, Luiz Augusto M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. **Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 24-35, set. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722007000300014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jan. 2009.

INDURSKI, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Lula Lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, RS, v. 17, n. 35, p. 101-121, jun. 2003.

LA TAILLE, Yves. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade da criança. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, RS, v. 19, n.1, p. 9-17, abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006b.

LEGENDRE, Pierre. Seriam os fundamentos da ordem jurídica razoáveis? In: ALTOÉ, Sonia (Org). **Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinte, 2004. p. 25-35.

LEITE, Nina. **Psicanálise e análise do discurso**: o acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro, Campo Matêmico, 1994.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional** : medida sócio-educativa é pena? São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MABLY, Gabriel Bonnot de. **De la législation, Oeuvres complètes**. Londres: Elibron Classics, 1789, t. IX apud FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de: Raquel Ramallete. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

MAGLIARI, Ma. F. B. M. **Infância e adolescência pobre no Brasil**: análise social da ideologia. 1993. 471 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1993.

MAIA, Maria Cláudia Gonçalves. **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, Mato Grosso, v.12, n.1, p. 21-45, 2006.

\_\_\_\_\_. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, SP, 1996.

MEZAN, R. **Freud, o pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Tempo de mudar**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MOTA, Candido. **A justiça criminal**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1895.

\_\_\_\_\_. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 210-230.

MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo . In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 177-157.

MOREIRA, Celeste Anunciata Baptista Dias. O Sistema Socio educativo do Rio de Janeiro: uma análise sobre o encarceramento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. , 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CBAS, 2007. p. 19-32. “A Questão Social na América Latina: Ofensiva Capitalista, Resistência de Classe e Serviço Social. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/38/celeste\\_38.pdf](http://www.achegas.net/numero/38/celeste_38.pdf)> Acesso em: 10 out. 2008.

NOTÍCIAS de uma Guerra Particular. Produção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Rio de Janeiro: Brasilfilmes, 1999. DVD. (57 min.).

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel. **Crianças em situação de rua: trabalho e estratégia de sobrevivência.** 1996. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1996.

ORLANDI, Eni P.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Orgs). **Discurso e intertextualidade.** Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. “A fala de muitos gumes (As formas do silêncio)”. In: \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 263-276.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PASSETI, Edson; ARRUDA, Maria Cláudia Rinaldo. **O mundo no menor infrator.** São Paulo: Cortez, 1987.

PASSETI, Edson. **O que é menor.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos).

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura o acontecimento.** Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de: Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1988 apud ORLANDI, Eni P.;

RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Orgs). **Discurso e intertextualidade.** Campinas: Pontes, 2006.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** 4. ed. São Paulo. Summus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A construção do homem segundo Piaget.** São Paulo: Summus, 1984.

RAMOS, Roberto Paes de Carvalho. **Cidade sitiada**: violência e medo na descrição discursiva do urbano carioca. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

REBOUL, Olivier. **O Slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975.

RICHARDSON, Robert Jerry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUDINESCO, E. ; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

SANTOS, Marcos Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 210-230.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de: José Antônio Cheline; José Paulo Paes e Izidoro Bliskstein. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHEINVAR, Estela. Idade e Proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente da família (pobres). In: NASCIMENTO, Maria Livia do (Org.). **Pivetes**: a produção de infâncias desiguais. Niterói, RJ: Intertexto, 2002. p. 89-109.

SEGUNDO, Rinaldo. **Notas sobre o direito da criança**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3626>>. Acesso em: 29 dez.2008.

SILVA, Roberto da. **Direito do Menor X Direito da Criança**. 2008., Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=3626>>. Acesso em: 28 dez. 2008.

TOREZAN, Sonia Aparecida Bortolotto. **Ser jovem em meio à violência**: identidade x singularidade no confronto com a lei. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unicamp, Campinas, SP, 2005.

TROPA de Elite. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Rodrigo Pimentel. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2007. DVD. (118 min.).

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

**APÊNDICE A – Roteiro do grupo focal**

**ROTEIRO DE DEBATE – GRUPOS FOCAIS**

**CRIAAD DUQUE DE CAXIAS**

**Questão-chave nº1 – Relações de poder no CRIAAD ( foquei no grupo, relações de adesão grupal e violação sem me referir as regras do próprio CRIAAD**

- a) Como é a adesão a um grupo? Escolhemos ou sou escolhido?
- b) Pode-se ficar sem grupos dentro do CRIAAD?
- c) Pertencem a algum grupo dentro do CRIAAD? Que grupo é este?
- d) Quais são as regras de convivência estabelecidas pelos grupos no CRIAAD?
- e) Quais são as regras de convivência estabelecidas pelo SEU grupo no CRIAAD?
- f) Quais são os motivos de conflitos entre os grupos dentro do CRIAAD?
- g) Quais são as regras de convivência estabelecidas pelo CRIAAD?
- h) O que ocorre quando há violação das regras do CRIAAD? Há alguma punição?
- i) Quem impõe as punições para a violação das regras?

**Questão-chave nº 2 – Relação com o ato infracional**

- a) Tem envolvimento com o tráfico de drogas (facção A, B ou C)?
- b) Quais os motivos o conduziram ao CRIAAD?
- c) O que pode ser feito diante do que fizeram? Tem que ter punição?
- d) O que é mais grave: trafico, roubo, furto, homicidio? Que relação estabelecem entre o que fizeram e vir para o CRIAAD?
- e) O que esperam para o futuro?

**Questão chave no. 3 – Relação consigo mesmo e com autonomia**

- a) Quem você já não se é, quem se deixou de ser quando está no CRIAAD?
- b) Como descreveriam sua relação com as pessoas que atuam no CRIAAD?
- c) Como se sente na ida à escola?
- d) Como você descreveria o que é desde sua chegada até agora no CRIAAD?
- e) Que tipo de mudanças houve , para melhor ou para pior?
- f) Como se sente quando atuam coletivamente?
- g) Quem decide o que vão fazer?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para técnicos CRIAAD Duque de Caxias****Questão-chave nº1 – Relações de poder no CRIAAD**

- c) Pertencem a alguma facção ou grupo dentro do CRIAAD?
- d) Quais são as regras de convivência estabelecidas pelo CRIAAD?
- e) Quais são as regras de convivência estabelecidas pelos grupos no CRIAAD? (    )
- f) Quais são os motivos de conflitos entre os grupos dentro do CRIAAD? (    )
- g) Quais são as punições para aqueles que violam as regras no CRIAAD? (    )
- h) Quem impõe as punições para a violação das regras? (    )

**Questão-chave nº 2 – Relação com a criminalidade (ato infracional)**

- a) Tem envolvimento com o tráfico de drogas (facção A, B ou C)? (    )
- b) O que pensa em relação ao tráfico de drogas? (    )
- c) Tem envolvimento com outros delitos? (    )
- d) O que pensa em relação a outros delitos (roubo, furto, homicídio etc)? (    )
- e) Quais os motivos o conduziram ao delito? (    )

**APÊNDICE C – CD com transcrição dos discursos**